

Sumário

DIREITO CONSTITUCIONAL..... 53

1. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....53

- 1.1. MUNICÍPIOS DEVEM EXIGIR QUE OS PAIS OU RESPONSÁVEIS COMPROVEM QUE AS CRIANÇAS RECEBERAM VACINA CONTRA A COVID-19 PARA QUE POSSAM SE MATRICULAR NA REDE PÚBLICA DE ENSINO..... 53
- 1.2. É INCONSTITUCIONAL LEI MUNICIPAL QUE PROÍBE, EM SEU TERRITÓRIO, A VACINAÇÃO COMPULSÓRIA E A RESPECTIVA IMPOSIÇÃO DE RESTRIÇÕES E SANÇÕES A PESSOAS NÃO VACINADAS..... 55
- 1.3. REQUISITOS PARA A CONCESSÃO JUDICIAL DE MEDICAMENTOS NÃO PREVISTOS PELO SUS..... 56
- 1.4. AS AÇÕES QUE PEDEM O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DO PODER PÚBLICO DEVEM SER OBRIGATORIAMENTE PROPOSTAS CONTRA A UNIÃO E PROCESSADAS NA JUSTIÇA FEDERAL?..... 62
- 1.5. APENAS EM CARÁTER EXCEPCIONAL – E DESDE QUE ATENDIDOS OS PARÂMETROS FIXADOS PELO STF –, UMA DECISÃO JUDICIAL PODE DETERMINAR O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO REGISTRADO NA ANVISA, MAS NÃO INCLUÍDO NAS LISTAS DO SUS..... 79
- 1.6. É CONSTITUCIONAL A POLÍTICA PÚBLICA INSTITUÍDA PELO ART. 3º DA LEI 12.871/2013 QUE CONDICIONA A AUTORIZAÇÃO PARA O FUNCIONAMENTO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA À PRÉVIA REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO 83
- 1.7. PESSOAS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS DEVEM TER ACESSO A ESPECIALIDADES MÉDICAS CONFORME SUAS NECESSIDADES BIOLÓGICAS E SEREM IDENTIFICADAS CONFORME SUA IDENTIDADE DE GÊNERO NAS DECLARAÇÕES DE NASCIDO VIVO..... 87
- 1.8. JORNAL PODERÁ ACESSAR DADOS SOBRE MORTES REGISTRADAS EM OCORRÊNCIAS POLICIAIS?..... 93
- 1.9. JORNALISTAS SÓ RESPONDEM CIVILMENTE POR NOTÍCIAS SOBRE FIGURAS PÚBLICAS OU TEMAS DE INTERESSE SOCIAL EM CASOS DE DOLOU OU CULPA GRAVE; EM CASO DE ASSÉDIO JUDICIAL, PODEM PEDIR A REUNIÃO DAS AÇÕES NO FORO DE SEU DOMICÍLIO 93
- 1.10. É INCONSTITUCIONAL A CONCESSÃO DE BONIFICAÇÃO DE INCLUSÃO REGIONAL INCIDENTE SOBRE A NOTA FINAL DO ENEM PARA O INGRESSO EM UNIVERSIDADE FEDERAL..... 96
- 1.11. É INCONSTITUCIONAL NORMA MUNICIPAL QUE VEDA MENÇÕES À IDENTIDADE, IDEOLOGIA OU ORIENTAÇÃO DE GÊNERO NOS CURRÍCULOS ESCOLARES DA REDE PÚBLICA LOCAL 98
- 1.12. AS ESCOLAS DEVEM COMBATER DISCRIMINAÇÃO POR GÊNERO OU ORIENTAÇÃO SEXUAL..... 100
- 1.13. LEI ESTADUAL PODE EXIGIR QUE UM PERCENTUAL MÍNIMO DOS SERVIDORES PÚBLICOS E DAS EMPRESAS CONTRATADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SEJA RESERVADO PARA PESSOAS MAIORES DE 40 ANOS..... 102
- 1.14. PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA PRECISA TER REGISTRO NO CREF PARA EXERCER AS ATIVIDADES..... 104
- 1.15. É CONSTITUCIONAL A UTILIZAÇÃO DE VESTIMENTAS OU ACESSÓRIOS RELACIONADOS A CRENÇA OU RELIGIÃO NAS FOTOS DE DOCUMENTOS OFICIAIS, DESDE QUE NÃO IMPEÇAM A ADEQUADA IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUAL, COM ROSTO VISÍVEL 106
- 1.16. TESTEMUNHAS DE JEOVÁ E TRANSFUSÃO DE SANGUE..... 107
- 1.17. É POSSÍVEL A PRESENÇA DE SÍMBOLOS RELIGIOSOS EM ESPAÇOS PÚBLICOS, PERTENCENTES AO ESTADO, NAS HIPÓTESES EM QUE SE BUSCA REPRESENTAR TRADIÇÃO CULTURAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA..... 110
- 1.18. SÃO CONSTITUCIONAIS OS ARTS. 13-A E 13-B DO CPP, INSERIDOS PELA LEI 13.344/2016..... 112

119.	LEI ESTADUAL PODE CRIAR CADASTROS DE PEDÓFILOS E DE PESSOAS CONDENADAS DEFINITIVAMENTE POR VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, DESDE QUE O ACESSO PÚBLICO NÃO EXPONHA NOMES OU DADOS QUE IDENTIFIQUEM AS VÍTIMAS.....	117	VIGILANTES E SEGURANÇAS DE EMPRESAS PÚBLICAS E PRIVADAS EM RAZÃO DA ATIVIDADE DE RISCO POR ELAS EXERCIDA.....	140	
120.	É INCONSTITUCIONAL NORMA QUE, A PRETEXTO DE REGULAMENTAR A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (CONADE), ACABA POR A DIFICULTAR.....	119	2.3.	LEI ESTADUAL NÃO PODE CONCEDER PORTE DE ARMA DE FOGO A DEFENSORES PÚBLICOS.....	142
121.	ALÉM DAS BALIZAS FIXADAS NA SV 11, A NECESSIDADE DE UTILIZAÇÃO DE ALGEMAS PELO ADOLESCENTE DEVE SER AVALIADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO E SUBMETIDA AO CONSELHO TUTELAR, QUE SE MANIFESTARÁ A RESPEITO DAS PROVIDÊNCIAS RELATADAS.....	121	2.4.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE TRATE SOBRE CORTE DE ENERGIA ELÉTRICA OU ÁGUA POR FALTA DE PAGAMENTO.....	143
122.	O CONGRESSO NACIONAL ENCONTRA-SE EM OMISSÃO INCONSTITUCIONAL POR NÃO TER AINDA EDITADO LEI FIXANDO O PRAZO DA LICENÇA-PATERNIDADE; SE A LEI NÃO FOR APROVADA EM 18 MESES, O PRÓPRIO SUPREMO IRÁ DEFINIR O PERÍODO DESSA LICENÇA.....	123	2.5.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE ESTABELECE DIRETRIZES PARA O COMPARTILHAMENTO DE INFRAESTRUTURA ENTRE PRESTADORES DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA ELÉTRICA E DE TELECOMUNICAÇÕES....	145
123.	DUAS MULHERES EM UNIÃO ESTÁVEL HOMOAFETIVA DECIDEM TER UM FILHO POR INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL; UMA DELAS SERÁ RESPONSÁVEL PELA GESTAÇÃO DA CRIANÇA; A OUTRA – MÃE NÃO GESTANTE – TAMBÉM TERÁ DIREITO À LICENÇA-MATERNIDADE.....	124	2.6.	É INCONSTITUCIONAL LEI DISTRITAL (OU ESTADUAL) QUE OBRIGA PESAGEM DE BOTIJÃO DE GÁS NA FRENTE DO CONSUMIDOR.....	147
124.	CONCLUSÕES DO STF SOBRE LICENÇA-PARENTAL....	125	2.7.	LEI ESTADUAL NÃO PODE PERMITIR, AINDA QUE EXCEPCIONALMENTE, A COMERCIALIZAÇÃO DE CARÇAÇAS DE PNEUS USADOS IMPORTADOS.....	149
125.	CONGRESSO NACIONAL ESTÁ SENDO OMISSO AO NÃO REGULAMENTAR O ADICIONAL DE PENOSIDADE (ART. 7º, XXXIII, DA CF); STF FIXOU PRAZO DE 18 MESES PARA QUE O LEGISLATIVO SUPLANTE ESSA OMISSÃO.....	128	2.8.	LEI ESTADUAL PODE OBRIGAR QUE EMPRESAS DE INTERNET FORNEÇAM INFORMAÇÕES SOBRE A VELOCIDADE DA INTERNET NA FATURA MENSAL.....	151
126.	NÃO É POSSÍVEL CONSTITUIR UM SINDICATO UTILIZANDO COMO CRITÉRIO O NÚMERO DE EMPREGADOS DAS EMPRESAS OU O SEU PORTE.....	130	2.9.	É INCONSTITUCIONAL LEI DISTRITAL (OU ESTADUAL) QUE PROÍBA AS EMPRESAS DE TV POR ASSINATURA DE COBRAREM PELA INSTALAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE PONTOS ADICIONAIS.....	153
127.	STJ AUTORIZOU A HOMOLOGAÇÃO DA SENTENÇA ESTRANGEIRA QUE CONDENOU ROBINHO NA ITÁLIA E DETERMINOU O CUMPRIMENTO IMEDIATO DA CONDENAÇÃO AQUI NO BRASIL.....	132	2.10.	LEI ESTADUAL NÃO PODE CONCEDER DESCONTO SOBRE HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA DEVIDOS EM RAZÃO DE AÇÕES TRIBUTÁRIAS E EXECUÇÕES FISCAIS.....	154
128.	CÔNJUGES, COMPANHEIROS OU PARENTES PODEM OCUPAR, AO MESMO TEMPO, OS CARGOS DE GOVERNADOR E DE PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA OU DE PREFEITO E DE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL; CONSTITUIÇÃO NÃO PROÍBE ESSA PRÁTICA.....	136	2.11.	É INCONSTITUCIONAL NORMA ESTADUAL QUE FIXA O PERCENTUAL DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA DEVIDOS AOS PROCURADORES ESTADUAIS EM RAZÃO DO PARCELAMENTO REALIZADO PELOS CONTRIBUINTE NAS AÇÕES TRIBUTÁRIAS E EXECUÇÕES FISCAIS AJUIZADAS.....	155
			2.12.	LEI ESTADUAL NÃO PODE OBRIGAR PLANOS DE SAÚDE A CUSTEAREM EXAMES LABORATORIAIS PEDIDOS POR NUTRICIONISTAS.....	157
			2.13.	SÃO INCONSTITUCIONAIS AS NORMAS ESTADUAIS QUE ESTABELECEM IDADE MÁXIMA PARA INSCRIÇÃO DE VOLUNTÁRIOS NA POLÍCIA MILITAR E NO CORPO DE BOMBEIROS, OU QUE PERMITAM A ESSES VOLUNTÁRIOS EXERCER ATIVIDADES DE GUARDA E POLICIAMENTO.....	158
2. COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS.....	139		2.14.	É INCONSTITUCIONAL NORMA ESTADUAL QUE INSTITUI NOVA HIPÓTESE DE INTERRUÇÃO DO CONTRATO DOS TRABALHADORES DA INICIATIVA PRIVADA.....	161
2.1.	LEIS ESTADUAIS QUE CONCEDAM PORTE DE ARMA A AGENTES DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVOS SÃO FORMALMENTE INCONSTITUCIONAIS, POIS VIOLAM COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO.....	139	2.15.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE CRIA CRIME DE INCÊNDIO, MESMO QUE SOB O ARGUMENTO DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE.....	162
2.2.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE AUTORIZA O PORTE DE ARMA DE FOGO AOS				

216.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE PREVEJA SANÇÕES PARA AS PESSOAS QUE PRATICAREM CRIMES	163	MILITARES EM ATIVIDADE NA ASSESSORIA MILITAR DESSE ÓRGÃO	181
217.	LEI MUNICIPAL NÃO PODE CONTRARIAR A LEGISLAÇÃO FEDERAL AO REGULAR HORÁRIOS E DISTÂNCIAS DE FUNCIONAMENTO DE ENTIDADES E EMPRESAS DE TIRO DESPORTIVO.....	164		
218.	É FORMALMENTE INCONSTITUCIONAL LEI MUNICIPAL QUE PROÍBA O USO DE LINGUAGEM NEUTRA.....	166		
219.	É CONSTITUCIONAL LEI MUNICIPAL DE ORIGEM PARLAMENTAR QUE ESTABELECE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO COMBATE À ALIENAÇÃO PARENTAL NA RESPECTIVA LOCALIDADE.....	169		
220.	É CONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL, MESMO QUE DE INICIATIVA PARLAMENTAR, QUE OBRIGA O GOVERNO A CUIDAR DE CÃES E GATOS ABANDONADOS E A CRIAR MEDIDAS SANITÁRIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CONTROLE DE SUA REPRODUÇÃO.....	170		
3. PODER LEGISLATIVO		173		
3.1.	A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DETERMINAVA QUE, NO INÍCIO DE CADA LEGISLATURA, FOSSE REALIZADA UMA ÚNICA ELEIÇÃO PARA ESCOLHER DUAS MESAS DIRETORAS: UMA PARA O PRIMEIRO BIÊNIO E OUTRA PARA O SEGUNDO. PREVISÃO INCONSTITUCIONAL.....	173		
3.2.	NORMA ESTADUAL QUE PERMITE A ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA PARA O SEGUNDO BIÊNIO ANTES DO INÍCIO DA SEGUNDA LEGISLATURA É INCONSTITUCIONAL; A ELEIÇÃO DEVE OCORRER A PARTIR DE OUTUBRO DO ANO ANTERIOR AO BIÊNIO.....	175		
4. PROCESSO LEGISLATIVO		177		
4.1.	NÃO SÃO VÁLIDAS AS RELAÇÕES JURÍDICAS REGIDAS POR MEDIDA PROVISÓRIA AFASTADA POR DECISÃO LIMINAR EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, QUANDO ESTA DECISÃO AINDA SE ENCONTRA EM VIGOR NO MOMENTO DA REJEIÇÃO DA MP.....	177		
4.2.	É INCONSTITUCIONAL EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL QUE CONDICIONE A COMPOSIÇÃO DOS QUADROS DE PESSOAL DOS CONSELHOS DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL À INDICAÇÃO DE MEMBROS PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA.....	179		
4.3.	A CASA REVISORA PODE INCLUIR PALAVRAS OU EXPRESSÕES EM UM PROJETO DE LEI PARA CORRIGIR IMPRECIÇÕES TÉCNICAS OU ESCLARECER O TEXTO, SEM NECESSIDADE DE RETORNO À CASA INICIADORA.....	180		
4.4.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL, DE INICIATIVA DO TRIBUNAL DE CONTAS, QUE CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORES			
			5. TRIBUNAL DE CONTAS	185
5.1.	TCE PODE IMPOR CONDENAÇÃO ADMINISTRATIVA A GOVERNADORES E PREFEITOS POR IRREGULARIDADES EM CONVÊNIOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS, SEM NECESSIDADE DE APROVAÇÃO LEGISLATIVA.....	185		
5.2.	OS TRIBUNAIS DE CONTAS POSSUEM COMPETÊNCIA PARA JULGAR ATOS PRATICADOS POR PREFEITOS NA CONDIÇÃO DE ORDENADORES DE DESPESAS, PODENDO APLICAR SANÇÕES.....	188		
5.3.	É INCONSTITUCIONAL NORMA QUE PERMITA MAIS DE UMA REELEIÇÃO CONSECUTIVA PARA OS CARGOS DE DIREÇÃO DO TCE; VALE RESSALTAR QUE A NORMA PODE PREVER UMA ÚNICA REELEIÇÃO CONSECUTIVA.....	189		
5.4.	O REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS PODE PREVER QUE OS AUDITORES NÃO VOTAM NA ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS DIRETIVOS DO TRIBUNAL DE CONTAS, MESMO QUE ESTEJAM SUBSTITUINDO O CONSELHEIRO.....	191		
5.5.	CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS ACUSADO DE HOMICÍDIO NÃO PODE SER JULGADO PELO STJ POR CRIME DE RESPONSABILIDADE CONSIDERANDO QUE ESSA PREVISÃO NÃO ESTÁ NA LEI.....	193		
5.6.	A LEI ESTADUAL QUE PROÍBE OS CONSELHEIROS DO TCE DE EXERCER COMÉRCIO OU PARTICIPAR DE SOCIEDADE COMERCIAL, EXCETO COMO ACIONISTA OU QUOTISTA SEM PODER DE VOTO OU PARTICIPAÇÃO MAJORITÁRIA, É CONSTITUCIONAL.....	195		
5.7.	NÃO HÁ NECESSIDADE DE REDISTRIBUIÇÃO DO FEITO NOS CASOS EM QUE O RELATOR/ CONSELHEIRO DE TRIBUNAL DE CONTAS SEJA VENCIDO EM DECISÃO COLEGIADA DE NATUREZA INTERLOCUTÓRIA (PRELIMINAR), QUANDO INEXISTENTE PREVISÃO ESPECÍFICA.....	195		
5.8.	É CONSTITUCIONAL NORMA QUE ESTABELECE QUE O ASSESSORAMENTO JURÍDICO E A REPRESENTAÇÃO JUDICIAL DO TCE SEJAM FEITOS POR SERVIDORES EFETIVOS, ATUANDO EM JUÍZO APENAS PARA DEFENDER PRERROGATIVAS E AUTONOMIA INSTITUCIONAL.....	196		
5.9.	SE O TCE ENVIOU PROJETO DE LEI PARA A ALE PREVENDO A INSTITUIÇÃO DE PROCURADORIA JURÍDICA, NÃO É POSSÍVEL APROVAR EMENDA PARLAMENTAR SOBRE MATÉRIA DIFERENTE (EX: CONDIÇÕES PARA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS).....	200		
5.10.	O ESTADO-MEMBRO É PARTE LEGÍTIMA PARA EXECUTAR CRÉDITO DECORRENTE DE MULTAS SIMPLES APLICADAS POR TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, MESMO QUE A AUTORIDADE PUNIDA SEJA UM GESTOR MUNICIPAL.....	201		

5.11.	É CONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL, DE INICIATIVA PARLAMENTAR, QUE ALTERA A DESTINAÇÃO DOS VALORES ARRECADADOS COM A COBRANÇA DE MULTAS APLICADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS.....	205	PRATICADA POR MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO AINDA EM ATIVIDADE, MESMO QUE ESTA SOMENTE SEJA CONSTATADA APENAS DURANTE A APOSENTADORIA.....	225
5.12.	O MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS ENCONTRA-SE ORGANICAMENTE INSERIDO NA ESTRUTURA DA RESPECTIVA CORTE DE CONTAS, MOTIVO PELO QUAL NÃO DETÉM AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E ORÇAMENTÁRIA.....	207		
5.13.	É ILEGAL ATO PRATICADO PELOS CONSELHEIROS DO TCE QUE, DURANTE SESSÃO PLENÁRIA ADMINISTRATIVA, SEM A PARTICIPAÇÃO DO MPC, DELIBERA SOBRE MATÉRIAS RELATIVAS A ATOS PRATICADOS PELO PROCURADOR-GERAL DO MPC.....	209		
6. PODER EXECUTIVO.....		210		
7. PODER JUDICIÁRIO.....		211		
7.1.	CNJ E CJF PODEM DISCIPLINAR, POR RESOLUÇÕES, A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS PROVENIENTES DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXADA EM SUBSTITUIÇÃO À PRISÃO OU COMO CONDIÇÃO PARA A SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO OU PARA A TRANSAÇÃO PENAL.....	211		
7.2.	É INCONSTITUCIONAL EMENDA CONSTITUCIONAL ESTADUAL, DE INICIATIVA PARLAMENTAR, QUE TRATE SOBRE A ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS DIRETIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA213			
7.3.	É INCONSTITUCIONAL LIMITAR O PORTE DE ARMAS A 50% DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO OU MP NA SEGURANÇA, OU CONDICIONAR A PROTEÇÃO DE AUTORIDADES JUDICIAIS E MEMBROS DO MP À AVALIAÇÃO E PROCEDIMENTOS DA POLÍCIA JUDICIÁRIA.....	214		
7.4.	NOVIDADES LEGISLATIVAS.....	216		
8. MINISTÉRIO PÚBLICO.....		217		
8.1.	A LEI ORGÂNICA ESTADUAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO PODE EXIGIR QUE O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA SEJA UM PROCURADOR DE JUSTIÇA, OU SEJA, PODE PROIBIR QUE PROMOTORES DE JUSTIÇA SEJAM PGJ.....	217		
8.2.	É CONSTITUCIONAL O ART. 156 DA LC 75/1993, QUE PREVÊ QUE O PROCURADOR-GERAL DO MP/DF É NOMEADO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (E NÃO PELO GOVERNADOR DO DF).....	219		
8.3.	SÃO INCONSTITUCIONAIS AS EXPRESSÕES “SUMÁRIO” E “DESBUROCRATIZADO” NO ART. 1º DA RES. 181/2017, DO CNMP, SOBRE O PROCEDIMENTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DO MP; O MP PODE INVESTIGAR CRIMES, MAS NÃO PRESIDE INQUÉRITOS POLICIAIS.....	221		
8.4.	É CABÍVEL A PENALIDADE DE CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA POR FALTA GRAVE			
9. DEFENSORIA PÚBLICA.....		226		
9.1.	OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SÃO DEVIDOS À DEFENSORIA PÚBLICA MESMO QUANDO ELA ATUA CONTRA A PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO À QUAL PERTENÇA; A SÚMULA 421 DO STJ FOI CANCELADA.....	226		
9.2.	A DEFENSORIA PÚBLICA SÓ PODE PEDIR SUSPENSÃO DE SEGURANÇA, LIMINAR OU SENTENÇA AO DEFENDER PRERROGATIVAS INSTITUCIONAIS DO PODER PÚBLICO EM INTERESSE PÚBLICO PRIMÁRIO.....	230		
9.3.	A INTIMAÇÃO POR APLICATIVO DE MENSAGENS VIOLA A PRERROGATIVA DA DEFENSORIA PÚBLICA DE INTIMAÇÃO PESSOAL, UMA VEZ QUE IMPOSSIBILITA A ANÁLISE DOS AUTOS E O CONTROLE DOS PRAZOS PROCESSUAIS.....	232		
10. ADVOCACIA PÚBLICA.....		232		
10.1.	É CONSTITUCIONAL E NÃO OFENDE O ART. 132 DA CF/88 A INSTITUIÇÃO DE PROCURADORIAS EM UNIVERSIDADES ESTADUAIS.....	232		
10.2.	O MUNICÍPIO É LIVRE PARA INSTITUIR, OU NÃO, A SUA PROCURADORIA MUNICIPAL; CASO DECIDA INSTITUIR A PROCURADORIA, DEVERÁ RESPEITAR AS REGRAS DO CONCURSO PÚBLICO.....	236		
10.3.	CONSTITUIÇÃO ESTADUAL PODE PREVER QUE O CARGO DE ADVOGADO-GERAL DO ESTADO SOMENTE PODE SER OCUPADO POR MEMBRO DA CARREIRA, ESTÁVEL E MAIOR DE 35 ANOS.....	238		
11. OUTROS TEMAS.....		239		
11.1.	PESSOAS IDOSAS QUE GOZAM DE GRATUIDADE NO TRANSPORTE COLETIVO, ALÉM DE NÃO PAGAREM A PASSAGEM, TAMBÉM SÃO ISENTOS DAS TARIFAS DE PEDÁGIO E DE UTILIZAÇÃO DOS TERMINAIS.....	239		
11.2.	MOSTRA-SE ILEGAL E ILEGÍTIMO O DISCRÍMEN ENTRE POVOS INDÍGENAS ALDEADOS E OUTROS QUE VIVAM FORA DA RESERVA NA OPERACIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE PELOS ENTES PÚBLICOS.....	241		
11.3.	LEVANTAMENTO DA ÁREA A SER DEMARCADADA EM PROCEDIMENTO DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS.....	242		
11.4.	NÃO VIOLA A SÚMULA N. 7/STJ A MAJORAÇÃO DE VALOR IRRISÓRIO DE DANOS MORAIS COLETIVOS EM RAZÃO DA PUBLICAÇÃO NA INTERNET DE ARTIGO OFENSIVO À HONRA DOS POVOS INDÍGENAS.....	244		
11.5.	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO NÃO ESTÁ SENDO OMISSO NA INSTITUIÇÃO DA POLÍCIA PENAL.....	246		

11.6.	É INCONSTITUCIONAL A INCLUSÃO DE INSTITUTO SOCIOEDUCATIVO ESTADUAL NO ROL DE ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA SEGURANÇA PÚBLICA DA RESPECTIVA UNIDADE FEDERATIVA.....	248	11.17.	A AUTONOMIA DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NÃO IMPÕE A ADOÇÃO DE UM MODELO; NO ENTANTO, QUALQUER QUE SEJA O ADOTADO, DEVE SER ASSEGURADO UM MÍNIMO DE RECURSOS E PATRIMÔNIO PARA GERIR	272
11.7.	É CONSTITUCIONAL A LEI Nº 12.030/2009, DE INICIATIVA PARLAMENTAR, QUE ESTABELECE NORMAS GERAIS SOBRE PERÍCIAS OFICIAIS DE NATUREZA CRIMINAL	250	DIREITO ADMINISTRATIVO277		
11.8.	LEI ESTADUAL NÃO PODE ASSEGURAR AUTONOMIA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA À PERÍCIA OFICIAL DE NATUREZA CRIMINAL CRIADA NA ESTRUTURA DA POLÍCIA CIVIL CORRESPONDENTE	251	1. PRINCÍPIOS 277		
11.9.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE DISPÕE SOBRE O PORTE DE ARMAS DE FOGO PELOS SERVIDORES PÚBLICOS DE INSTITUTO DE PERÍCIAS, ÓRGÃO INTEGRANTE DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA LOCAL.....	253	2. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA278		
11.10.	É INCONSTITUCIONAL GRATIFICAÇÃO CRIADA PARA REMUNERAR INVESTIGADORES E AGENTES DA POLÍCIA CIVIL PELA GUARDA DE PRESO EM CADEIAS PÚBLICAS E ESTABELECIMENTOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO, FICA CONFIGURADO DESVIO DE FUNÇÃO	255	2.1.	PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM NÃO PRECISAM QUITAR ANUIDADE PARA RENOVAR CARTEIRA DO CONSELHO	278
11.11.	AS FORÇAS ARMADAS NÃO POSSUEM AUTORIZAÇÃO CONSTITUCIONAL PARA EXERCER A FUNÇÃO DE PODER MODERADOR.....	256	2.2.	A OPERADORA DE PLANO PRIVADO DE SAÚDE ODONTOLÓGICA DEVE OBRIGATORIAMENTE REGISTRAR-SE PERANTE O CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA EM CUJA JURISDIÇÃO ESTEJA ESTABELECIDO OU EXERÇA AS SUAS ATIVIDADES	281
11.12.	SÃO CONSTITUCIONAIS AS DETENÇÕES E AS PRISÕES DISCIPLINARES PREVISTAS NO REGULAMENTO DISCIPLINAR DO EXÉRCITO (RDE – DECRETO 4.346/2002); O ART. 47 DO ESTATUTO DOS MILITARES FOI RECEPCIONADO PELA CF/88.....	260	2.3.	AS ANUIDADES DOS CONSELHOS PROFISSIONAIS SÃO TRIBUTOS, SUJEITAS A LANÇAMENTO DE OFÍCIO, CONCRETIZADO COM A NOTIFICAÇÃO PARA PAGAMENTO E, EM CASO DE RECURSO, COM O ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS	282
11.13.	O <i>AMICUS CURIAE</i> NÃO PODE INTERPOR QUALQUER RECURSO (NEM MESMO EMBARGOS DE DECLARAÇÃO) EM SEDE DE CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE E NAS CAUSAS COM REPERCUSSÃO GRAL QUE TRAMITAM NO STF.....	263	2.4.	SÚMULA 673 DO STJ	283
11.14.	É CONSTITUCIONAL A LEI 13.416/2017, QUE AUTORIZOU O BANCO CENTRAL A CONTRATAR FORNECEDOR ESTRANGEIRO PARA FABRICAÇÃO DE PAPEL-MOEDA E MOEDA METÁLICA, A FIM DE ABASTECER O MEIO CIRCULANTE NACIONAL	264	2.5.	ANUIDADE DA OAB NÃO POSSUI NATUREZA TRIBUTÁRIA E, PORTANTO, DEVE SER COBRADA MEDIANTE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, SOB O RITO DO CPC.....	284
11.15.	ESTADO PODE INTERVIR EM MUNICÍPIO COM BASE NO ART. 35, IV, DA CF/88 EM RAZÃO DE VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS SENSÍVEIS (ART. 34, VII, DA CF/88) MESMO SEM PREVISÃO NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DESSES PRINCÍPIOS	265	2.6.	SÃO CONSTITUCIONAIS AS NORMAS DOS INCISOS I E II DO § 2º DO ART. 17 DA LEI Nº 13.303/2016 (LEI DAS ESTATAIS), QUE IMPÕEM VEDAÇÕES À INDICAÇÃO DE MEMBROS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PARA A DIRETORIA DE EMPRESAS ESTATAIS.....	285
11.16.	A MP 2.170-36/2001, SOBRE CAPITALIZAÇÃO DE JUROS, NÃO VIOLOU O ART. 192 DA CF; A RESERVA DE LEI COMPLEMENTAR MENCIONADA NO ART. 192 DA CF SE APLICA APENAS À REGULAMENTAÇÃO DA ESTRUTURA DO SFN	270	2.7.	É CONSTITUCIONAL REVOGAR DISPOSITIVO DE CONSTITUIÇÃO ESTADUAL QUE EXIGE APROVAÇÃO PLEBISCITÁRIA PARA ALIENAÇÃO, TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE ACIONÁRIO, CISÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO OU EXTINÇÃO DE ESTATAIS	288
			2.8.	É ILEGAL RESOLUÇÃO DA ANVISA QUE, CONTRARIANDO REGRAS DA LEI Nº 9.294/1996, IMPONHAM OBRIGAÇÕES E CONDICIONANTES ÀS PEÇAS PUBLICITÁRIAS DE MEDICAMENTOS	290
			2.9.	É LÍCITA A CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO SANITÁRIA PARA O PLANTIO, CULTIVO, INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO CÂNHAMO INDUSTRIAL POR PESSOAS JURÍDICAS?	293
			2.10.	É POSSÍVEL A APLICAÇÃO DA MULTA ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 3º DA LEI Nº 9.847/1999 ABAIXO DO MÍNIMO LEGAL?	296

3. SERVIÇOS PÚBLICOS.....297

- 3.1. É CONSTITUCIONAL A LEI FEDERAL QUE OBRIGA A INCLUSÃO GRATUITA DE CANAIS DE PROGRAMAÇÃO LOCAL POR PRESTADORES DE SERVIÇOS DE TV POR ASSINATURA 297
- 3.2. METRÔ PODE EXIGIR DA EMPRESA DE TELEFONIA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA PARA QUE ELA UTILIZE CABOS DE FIBRA ÓPTICA NOS TÚNEIS DO METRÔ 299
- 3.3. É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE PRORROGA AS PERMISSÕES PARA EMPRESAS OPERAREM SERVIÇO DE TRANSPORTE ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS... 301
- 3.4. O SERVIÇO DE FRETAMENTO COLABORATIVO OFERECIDO PELA BUSER É ILEGAL 304
- 3.5. É CONSTITUCIONAL A AUTORIZAÇÃO AO PODER EXECUTIVO, POR LEI FEDERAL, PARA INSTITUIR PRODUTOS LOTÉRICOS CUJO PERCENTUAL DA ARRECADAÇÃO SERÁ DESTINADO AO FNS E À EMBRATUR..... 306
- 3.6. É INCONSTITUCIONAL A DELEGAÇÃO DO SERVIÇO DE LOTERIA PARA AGENTES PRIVADOS SEM PRÉVIA LICITAÇÃO..... 309
- 3.7. É CONSTITUCIONAL O PRAZO DE 25 ANOS, PRORROGÁVEL POR ATÉ 10 ANOS, PARA A OUTORGA A PARTICULARES DE CONCESSÃO OU DE PERMISSÃO DOS SERVIÇOS E DAS OBRAS PÚBLICAS DE PORTOS SECOS 310
- 3.8. SÃO CONSTITUCIONAIS AS NORMAS QUE INSTITUÍRAM O COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO MARANHÃO E A AMPLIAÇÃO DO OBJETO SOCIAL DA EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA (EMAP) 312
- 3.9. A LEI Nº 10.684/03, QUE ESTABELECE PRAZO DE 25 ANOS PARA CONCESSÕES E PERMISSÕES COM POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO POR 10 ANOS, APLICA-SE SOMENTE A CONTRATOS POSTERIORES À SUA PUBLICAÇÃO 317
- 3.10. FORMA DE CÁLCULO DA TARIFA PROGRESSIVA DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTO SANITÁRIO EM UNIDADES COMPOSTAS POR VÁRIAS ECONOMIAS E HIDRÔMETRO ÚNICO 318
- 3.11. EM CASO DE INTERRUPÇÃO PROGRAMADA DOS SERVIÇOS, CABE AO FORNECEDOR DE SERVIÇOS ESSENCIAIS A OBRIGAÇÃO DE AVISAR PREVIAMENTE OS CONSUMIDORES PELA FORMA DEFINIDA PELO RESPECTIVO ÓRGÃO REGULADOR 322

4. RESPONSABILIDADE CIVIL324

- 4.1. EMPRESAS ESTATAIS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS, QUE NÃO EXPLORAM ATIVIDADE ECONÔMICA COM FINALIDADE LUCRATIVA E NATUREZA

- CONCORRENÇIAL, SEGUEM AS MESMAS REGRAS DE PRESCRIÇÃO QUE A FAZENDA PÚBLICA 324
- 4.2. EM ACIDENTES CAUSADOS POR ANIMAIS DOMÉSTICOS EM RODOVIAS CONCEDIDAS, A CONCESSIONÁRIA É RESPONSÁVEL PELOS DANOS AO USUÁRIO, INDEPENDENTEMENTE DE CULPA, IDENTIFICAÇÃO DO DONO OU FISCALIZAÇÃO PÚBLICA 325
- 4.3. NAS AÇÕES DE DANOS MORAIS POR MAU CHEIRO DE ESGOTO, OS JUROS DE MORA SÃO CONTADOS DA CITAÇÃO, EXCETO SE COMPROVADA MORA ANTERIOR DA PRESTADORA DO SERVIÇO 327
- 4.4. ESTADO TEM RESPONSABILIDADE POR MORTE OU FERIMENTO DE VÍTIMAS DE ARMAS DE FOGO EM OPERAÇÃO POLICIAL; É POSSÍVEL QUE O PODER PÚBLICO COMPROVE ALGUMA CAUSA EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE..... 329
- 4.5. O TERMO INICIAL DA PENSÃO POR MORTE É FIXADO NA DATA DO EVENTO DANOSO, SENDO IRRELEVANTE A POSSIBILIDADE DE ATIVIDADE LABORAL DA VÍTIMA 331
- 4.6. APLICA-SE A RESPONSABILIDADE CIVIL PELA PERDA DE UMA CHANCE NO CASO DE ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS MÉDICOS QUE NÃO OBSERVAM ORIENTAÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE 332

5. CONCURSOS PÚBLICOS333

- 5.1. EM CONCURSOS PÚBLICOS, O CRITÉRIO UTILIZADO PARA DETERMINAR SE UM CANDIDATO TEM DIREITO A PARTICIPAR DAS VAGAS RESERVADAS PARA PESSOAS NEGRAS BASEIA-SE NAS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS VISÍVEIS, AO INVÉS DE SUA HERANÇA GENÉTICA..... 333
- 5.2. A COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO IRÁ CONFIRMAR SE O CANDIDATO TEM O DIREITO DE CONCORRER NAS VAGAS RESERVADAS PARA NEGROS UTILIZA O CRITÉRIO BASEADO NO FENÓTIPO, E NÃO MERAMENTE NO GENÓTIPO, NA ANCESTRALIDADE DO CANDIDATO.... 335
- 5.3. NÃO HOMOLOGAÇÃO, PELA COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO, DA AUTODECLARAÇÃO DO CANDIDATO ÀS VAGAS AFRODESCENDENTES IMPLICA SUA EXCLUSÃO DAS VAGAS RESERVADAS, SEM AFETAR SUA CLASSIFICAÇÃO NA AMPLA CONCORRÊNCIA..... 336
- 5.4. LEI ESTADUAL PREVÊ QUE UM PERCENTUAL DAS VAGAS DA POLÍCIA MILITAR SERÁ DESTINADA ÀS MULHERES; ESSE DISPOSITIVO DEVE SER INTERPRETADO COMO SENDO UM PERCENTUAL MÍNIMO, PODENDO AS MULHERES CONCORREREM A TODAS AS VAGAS..... 338
- 5.5. LEI ESTADUAL PREVÊ QUE UM PERCENTUAL DAS VAGAS DA POLÍCIA MILITAR SERÁ DESTINADO ÀS MULHERES; ESSE DISPOSITIVO DEVE SER INTERPRETADO COMO SENDO

UM PERCENTUAL MÍNIMO, PODENDO AS MULHERES CONCORREREM A TODAS AS VAGAS.....	339	PERCEPÇÃO DA GRATIFICAÇÃO QUANDO O SERVIDOR AINDA ESTAVA EM ATIVIDADE.....	358
5.6. STF PRORROGOU VALIDADE DA LEI 12.990/2014, QUE INSTITUIU O SISTEMA DE COTAS RACIAIS EM CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS.....	341	6.2. O PAGAMENTO DA VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL (VPI) DA LEI 10.698/2003 CESSOU COM A QUITAÇÃO DOS VALORES PREVISTOS NA LEI 13.317/2016.....	360
5.7. A PENALIDADE DE SUSPENSÃO PREVISTA NO ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR SI SÓ, NÃO INCOMPATIBILIZA O SERVIDOR ESTADUAL PARA NOVA INVESTIDURA EM CARGOS PÚBLICOS.....	344	6.3. ENTENDIMENTOS DO STF SOBRE LICENÇA-MATERNIDADE DE SERVIDORAS PÚBLICAS SEGUNDO A LEGISLAÇÃO ESTADUAL.....	362
5.8. CANDIDATO APROVADO FORA DO NÚMERO DE VAGAS OU DENTRO DO CADASTRO DE RESERVA, CASO PRETERIDO, PODE AJUIZAR AÇÃO PEDINDO SUA NOMEAÇÃO, MAS DESDE QUE ESSA PRETERIÇÃO TENHA OCORRIDO DURANTE O PRAZO DE VALIDADE DO CERTAME.....	344	6.4. SÃO CONSTITUCIONAIS NORMAS ESTADUAIS E DISTRITAIS QUE FIXAM PRAZO IGUAL OU SUPERIOR A 5 DIAS PARA A LICENÇA-PATERNIDADE DE SEUS SERVIDORES, NÃO SENDO A ELAS APLICÁVEL, DE FORMA AUTOMÁTICA, A PRORROGAÇÃO PREVISTA NA LEGISLAÇÃO FEDERAL.....	365
5.9. A CONVOCAÇÃO FRACIONADA DE APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DAS VAGAS PREVISTAS NO EDITAL NÃO PODE IMPLICAR EM RESTRIÇÃO ARTIFICIAL DA PREFERÊNCIA NA ESCOLHA DA LOTAÇÃO SEGUNDO A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO.....	346	6.5. A TELA DO SIAPE É SUFICIENTE PARA COMPROVAR QUE HOUVE TRANSAÇÃO ADMINISTRATIVA DO GOVERNO COM O SERVIDOR PARA PAGAMENTO DA VANTAGEM DE 28,86%?.....	367
5.10. EM AÇÃO ORDINÁRIA PARA ANULAR QUESTÃO DE PROVA E RECLASSIFICAR CANDIDATO, QUANDO A INCLUSÃO DESTE EXIGIR A EXCLUSÃO DE TERCEIROS, É NECESSÁRIO CHAMAR OS CANDIDATOS AFETADOS PARA INTEGRAR A LIDE.....	347	6.6. É INCONSTITUCIONAL A CONCESSÃO DE REAJUSTE REMUNERATÓRIO A SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO – E SUA CONSEQUENTE EXTENSÃO A SERVIDORES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS – COM BASE EM ATO EXCLUSIVO EXARADO PELA PRESIDÊNCIA DO ÓRGÃO.....	369
5.11. A LEI 14.010/2020 PREVIU QUE OS PRAZOS PRESCRICIONAIS FICARIAM IMPEDIDOS OU SUSPENSOS A PARTIR DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI ATÉ 30 DE OUTUBRO DE 2020; ESSA PREVISÃO NÃO SE APLICA PARA AS RELAÇÕES JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO.....	349	6.7. A SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL DE TITULAR DE CARGO COMISSIONADO POR SERVIDORA GESTANTE GARANTE APENAS O DIREITO À RETRIBUIÇÃO PROPORCIONAL AOS DIAS EM QUE HOUVER EXERCIDO A FUNÇÃO.....	372
5.12. A NEGATIVA DE BANCA EXAMINADORA DE CONCURSO PÚBLICO EM ATRIBUIR PONTUAÇÃO A REPOSTA FORMULADA DE ACORDO COM PRECEDENTE OBRIGATÓRIO DO STJ CONSTITUI FLAGRANTE ILEGALIDADE.....	350	6.8. SÃO INCONSTITUCIONAIS LEIS ESTADUAIS QUE PREVEJAM RECOMPOSIÇÃO LINEAR DOS VENCIMENTOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS PARA RECOMPOR AS PERDAS INFLACIONÁRIAS, SEM QUE A SUA INICIATIVA TENHA SIDO DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO.....	373
5.13. NÃO CABE AO PODER JUDICIÁRIO A ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE ESCOLHA DOS MEMBROS DE BANCA EXAMINADORA DE CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE PROFESSOR UNIVERSITÁRIO.....	352	6.9. É VEDADA A EXTENSÃO JUDICIAL DE BENEFÍCIOS OU PARCELAS REMUNERATÓRIAS DE SERVIDORES EFETIVOS AOS TEMPORÁRIOS, SALVO PREVISÃO LEGAL OU CONTRATUAL OU COMPROVADO DESVIRTUAMENTO DA CONTRATAÇÃO.....	375
5.14. O ADIAMENTO DE PROVAS DE CONCURSO PÚBLICO DEVIDO À PANDEMIA DA COVID-19 NÃO GERA RESPONSABILIDADE CIVIL ESTATAL, POIS CONFIGURA CASO FORTUITO QUE ROMPE O NEXO DE CAUSALIDADE, AFASTANDO O DEVER DE INDENIZAR.....	356	6.10. NÃO HÁ UM DEVER CONSTITUCIONAL DE A UNIÃO PAGAR VERBA PARA CUSTEIO DE ESCOLAS PARA DEPENDENTES DE DIPLOMATAS.....	377
5.15. LEI GERAL DOS CONCURSOS PÚBLICOS.....	358	6.11. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NÃO PODE SUSPENDER A PROMOÇÃO DE MILITAR ALEGANDO QUE ISSO EXCEDERIA OS LIMITES DE GASTOS COM PESSOAL PREVISTOS NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.....	379
6. SERVIDORES PÚBLICOS.....	358	6.12. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL NÃO PODE EQUIPARAR, PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS, A ATIVIDADE DE MEMBROS DO MP, JUDICIÁRIO, DEFENSORIA, PROCURADORIAS, OFICIAIS DE JUSTIÇA E AUDITORES FISCAIS À DOS POLICIAIS.....	381
6.1. A GACEN É EXTENSÍVEL AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS QUE SE ENQUADRAREM NA HIPÓTESE LEGAL, PRESSUPONDO A			

6.13.	NÃO VIOLA A CONSTITUIÇÃO NORMA ESTADUAL QUE FIXA O INÍCIO DO PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS DO RPPS A PARTIR DO MÊS SEGUINTE À PUBLICAÇÃO DO ATO CONCESSIVO.....	383	6.25.	CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA É DISCIPLINADA POR LEI ORDINÁRIA (E NÃO LEI COMPLEMENTAR); ESSA LEI NÃO PODE AUTORIZAR A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ATIVIDADES PERMANENTES E PREVISÍVEIS SEM A PRESENÇA DE UMA SITUAÇÃO EXCEPCIONAL	405
6.14.	A REGRA DE TRANSIÇÃO DO ART. 3º DA EC 47/2005 PARA APOSENTADORIA INTEGRAL NÃO ABRANGE PERÍODO CELETISTA.....	385	6.26.	TESES SOBRE PROGRESSÃO FUNCIONAL DE SERVIDORES DO INSS.....	413
6.15.	É CONSTITUCIONAL LEI DISTRITAL QUE VINCULA OS INTEGRANTES DAS CARREIRAS DA SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS) LOCAL.....	386	7. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA414		
6.16.	É INCONSTITUCIONAL NORMA DE CONSTITUIÇÃO ESTADUAL QUE ESTABELECE LIMITE ETÁRIO PARA APOSENTADORIA COMPULSÓRIA DIFERENTE DO QUE É FIXADO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	388	7.1.	É CONSTITUCIONAL LEI QUE PROÍBE DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREAS RURAIS EM CONFLITO POR DOIS ANOS APÓS DESOCUPAÇÃO; APLICA-SE SE A INVASÃO E A OCUPAÇÃO FOREM ANTERIORES OU CONTEMPORÂNEAS À VISTORIA DO INCRA E ATINGIR PORÇÃO SIGNIFICATIVA.....	414
6.17.	O ART. 217, II, DA LEI 8.112/90 GARANTE PENSÃO POR MORTE AO CÔNJUGE DIVORCIADO COM PENSÃO ALIMENTÍCIA JUDICIAL; APLICA-SE TAMBÉM À PENSÃO FIXADA POR ESCRITURA PÚBLICA DE DIVÓRCIO EXTRAJUDICIAL.....	391	7.2.	DIREITO DE EXTENSÃO NOS CASOS DE DESAPROPRIAÇÃO POR NECESSIDADE OU UTILIDADE PÚBLICA.....	416
6.18.	AS EMPRESAS ESTATAIS, QUANDO FOREM DEMITIR SEUS EMPREGADOS CONCURSADOS, NÃO PRECISAM INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO, MAS SÃO OBRIGADAS A INDICAR AS RAZÕES QUE MOTIVARAM A DEMISSÃO.....	392	7.3.	A DESAPROPRIAÇÃO PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS POSSUI CARÁTER REPARATÓRIO E DE PROMOÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS, NÃO SE APLICANDO A ESSE PROCEDIMENTO OS PRAZOS DE CADUCIDADE DAS DESAPROPRIAÇÕES COMUNS	418
6.19.	O SERVIDOR PÚBLICO NÃO POSSUI DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO OU À FORMA DE CÁLCULO DE SEUS VENCIMENTOS, APENAS À IRREDUTIBILIDADE DO VALOR NOMINAL TOTAL DOS PROVENTOS.....	394	8. PROCESSO ADMINISTRATIVO.....421		
6.20.	É COMPATÍVEL COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 NORMA DE LEI ESTADUAL QUE DISPÕE INTEGRAREM A ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA AS ATIVIDADES DE COMPETÊNCIA DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEFAZ) LOCAL.....	395	8.1.	NEGADO RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA A MULTA, A DATA DE VENCIMENTO CONTINUA SENDO AQUELA DA PRIMEIRA NOTIFICAÇÃO. JUROS COMEÇAM A SER COBRADOS NO DIA SEGUINTE AO PRAZO ORIGINAL DE PAGAMENTO	421
6.21.	SERVIDORES PÚBLICOS QUE SEJAM ELEITOS PARA CARGOS DE DEPUTADO FEDERAL OU DE SENADOR PODEM INGRESSAR E SE MANTER NO PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS CONGRESSISTAS (PSSC) CASO TENHAM FEITO A OPÇÃO ANTES DA EC 103/2019.....	397	8.2.	O ART. 57 DA LEI 9.784/99 FALA QUE O RECURSO ADMINISTRATIVO TRAMITARÁ POR TRÊS INSTÂNCIAS; ISSO NÃO SIGNIFICA, CONTUDO, QUE A PARTE PODERÁ INTERPOR TRÊS RECURSOS	422
6.22.	NÃO HÁ INCONSTITUCIONALIDADE NA LEI QUE APENAS ALTERA A NOMENCLATURA DE CARGOS PÚBLICOS.....	399	8.3.	SÚMULA 672 DO STJ.....	423
6.23.	É CONSTITUCIONAL A EC 19/1998, QUE ACABOU COM O REGIME JURÍDICO ÚNICO NO SERVIÇO PÚBLICO.....	400	8.4.	SÚMULA 674-STJ.....	424
6.24.	A ESTABILIDADE NÃO PODE SER EXIGIDA COMO REQUISITO PARA QUE O SERVIDOR INTEGRE DETERMINADA CARREIRA, SENDO VEDADO AO LEGISLADOR ESTADUAL ESTABELECEER RESTRIÇÃO ONDE O CONSTITUINTE NÃO O FAZ.....	402	8.5.	SE O SERVIDOR PÚBLICO COMETER UMA FALTA DISCIPLINAR DURANTE UM SURTO PSICÓTICO, QUANDO ESTAVA TOTALMENTE INCAPAZ DE COMPREENDER QUE A AÇÃO ERA ILÍCITA, ELE NÃO DEVE RECEBER PUNIÇÃO ADMINISTRATIVA	426
			9. LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS427		
			9.1.	MESMO NA VIGÊNCIA DA LEI 8.666/93, LEI ESTADUAL, DISTRITAL OU MUNICIPAL PODIA PREVER QUE A FASE DE APRESENTAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS VIRIA ANTES DA FASE DE HABILITAÇÃO DOS LICITANTES.....	427
			9.2.	ANÁLISE DO INCISO VIII DO ART. 75 DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES	429

9.3.	LEI DISTRITAL PODE EXIGIR LICENÇA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA PARA QUE AS EMPRESAS POSSAM SE HABILITAR EM LICITAÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMBATE A PRAGAS, HIGIENIZAÇÃO DE RESERVATÓRIOS E MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS.....	432	DA LIA (COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 14.320/2021) SE APLICA AOS PROCESSOS AINDA EM CURSO.....	456	
9.4.	É CONSTITUCIONAL A LEI 12.440/2011, QUE INSTITUIU A CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT) E TORNOU OBRIGATÓRIA A SUA APRESENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO DOS INTERESSADOS NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS.....	434	10.8.	A EXIGÊNCIA DE URGÊNCIA PARA INDISPONIBILIDADE DE BENS, SEGUNDO O ARTIGO 16 DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 14.230/2021), SE APLICA IMEDIATAMENTE A PROCESSOS EM CURSO, DADO SEU CARÁTER PROCESSUAL.....	458
9.5.	CONTRATOS DE FINANCIAMENTO HABITACIONAL CELEBRADOS POR EMPRESA PÚBLICA PODEM INCLUIR CLÁUSULA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA E, EM CASO DE INADIMPLÊNCIA DE MUTUÁRIOS, O LEILÃO DO IMÓVEL. ESSA PRÁTICA É LEGAL.....	437	10.9.	O ART. 16 DA LIA AUTORIZA A CONSTRIÇÃO EM VALORES DESIGUAIS ENTRE OS RÉUS, DESDE QUE O SOMATÓRIO NÃO ULTRAPASSE O MONTANTE INDICADO NA PETIÇÃO INICIAL COMO DANO AO ERÁRIO OU COMO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO.....	460
10. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA..... 439			10.10.	A ABSOLVIÇÃO CRIMINAL COM FUNDAMENTO NA ATIPICIDADE DA CONDUTA NÃO FAZ COISA JULGADA NO JUÍZO CÍVEL, CONSIDERANDO A INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS.....	462
10.1.	AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI 14.230/2021 AO ART. 11 DA LEI 8.249/92 APLICAM-SE AOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADOS NA VIGÊNCIA DO TEXTO ANTERIOR DA LEI, PORÉM SEM CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO.....	439	10.11.	O STJ, AO AVALIAR SE UMA DECISÃO ESTÁ DE ACORDO COM UM TEMA DE REPERCUSSÃO GERAL, VERIFICA APENAS A APLICABILIDADE DO TEMA AO CASO, SEM REANALISAR A MATÉRIA OU SE ESTÁ CONFORME SUA JURISPRUDÊNCIA.....	463
10.2.	O SUJEITO RESPONDEA POR IMPROBIDADE PELO CAPUT DO ART. 11 POR PROMOÇÃO PESSOAL EM PUBLICIDADE INSTITUCIONAL; COM A LEI 14.230/2021, A CONDUTA PASSOU A SER ENQUADRADA NO INCISO XII.....	444	10.12.	A SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS PODE SER APLICADA AO PARTICULAR QUE PRATIQUE IMPROBIDADE COM O AGENTE PÚBLICO; A PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO TAMBÉM AO AGENTE PÚBLICO, MESMO SEM ATIVIDADE EMPRESARIAL.....	466
10.3.	A DISPENSA INDEVIDA DE LICITAÇÃO QUE ACARRETA PAGAMENTO AO AGENTE ÍMPROBO E A AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO GERA DANO CONCRETO E ENSEJA A RESPONSABILIZAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 11, V, DA LEI Nº 8.429/1992.....	446	10.13.	AS PROVAS PRODUZIDAS NO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO TÊM VALOR PROBATÓRIO RELATIVO, MAS SÓ DEVEM SER AFASTADAS QUANDO HÁ CONTRAPROVA PRODUZIDA SOB A VIGILÂNCIA DO CONTRADITÓRIO.....	467
10.4.	A REVOGAÇÃO DO INCISO I DO ART. 11 DA LIA NÃO AFETA AS HIPÓTESES ESPECÍFICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE, COMO OS INCISOS DO ART. 73 DA LEI 9.504/1997, PELO PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE TÍPICO-NORMATIVA.....	449	11. TEMAS DIVERSOS..... 468		
10.5.	É POSSÍVEL A APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.230/2021, COM RELAÇÃO À EXIGÊNCIA DO DOLO ESPECÍFICO PARA A CONFIGURAÇÃO DO ATO ÍMPROBO, AOS PROCESSOS EM CURSO.....	451	11.1.	O ENTE FEDERADO PODE PROMOVER DIRETAMENTE AÇÃO JUDICIAL CONTRA OPERADORA PRIVADA DE PLANO DE SAÚDE PARA RESSARCIMENTO DE VALORES REFERENTES A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SAÚDE EM CUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL.....	468
10.6.	MESMO ANTES DA LEI 14.230/2021, ERA INCONSTITUCIONAL A PREVISÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO NA MODALIDADE CULPOSA; O DOLO É NECESSÁRIO PARA A CONFIGURAÇÃO DE QUALQUER ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	453	11.2.	O DO DIREITO À REFORMA É GARANTIDO AO MILITAR TEMPORÁRIO NÃO ESTÁVEL EM CASO DE CEGUEIRA, INDEPENDENTEMENTE DE AFETAR UM OU AMBOS OS OLHOS, SENDO DISPENSÁVEL A COMPROVAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE COM O SERVIÇO CASTRENSE.....	469
10.7.	A EXIGÊNCIA DO EFETIVO PREJUÍZO, EM RELAÇÃO AO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE CAUSA LESÃO AO ERÁRIO, PREVISTA NO CAPUT ART. 10, CAPUT,		11.3.	O MILITAR TEMPORÁRIO NÃO ESTÁVEL, CONSIDERADO INCAPAZ APENAS PARA O SERVIÇO MILITAR EM VIRTUDE DE ACIDENTE EM SERVIÇO, TERÁ DIREITO À REFORMA EX OFFICIO SE O ACIDENTE EM SERVIÇO OCORREU ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI 13.954/2019.....	471

11.4.	A ALTERAÇÃO DA FORMA DE CÁLCULO DO AUXÍLIO-INVALIDEZ DEVIDO AOS SERVIDORES MILITARES NÃO VIOLA OS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS, DESDE QUE O VALOR GLOBAL DA REMUNERAÇÃO NÃO SOFRA REDUÇÃO.....	473	11.16.	MENOR DE 18 ANOS NÃO PODE FAZER SUPLETIVO PARA ANTECIPAR A CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO.....	495
11.5.	NÃO TEM REPERCUSSÃO GERAL A DISCUSSÃO SOBRE O DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO DE PRAÇA DAS FORÇAS ARMADAS ANTES DO PRAZO LEGAL, APÓS INGRESSO POR CONCURSO.....	474	11.17.	O INMETRO NÃO TEM COMPETÊNCIA PARA FISCALIZAR AS BALANÇAS DOS POSTOS DE SAÚDE DOS ENTES PÚBLICOS.....	496
11.6.	NÃO É POSSÍVEL FORNECER ACESSO À INFORMAÇÃO SOBRE A CARGA HORÁRIA DE TODOS OS MILITARES DA ORGANIZAÇÃO MILITAR EM VIRTUDE DA DISPONIBILIDADE CONTÍNUA DE SUAS ATIVIDADES.....	476	11.18.	PRESCREVE EM CINCO ANOS A PRETENSÃO DE OBTER INDENIZAÇÃO PROPOSTA PELA FAZENDA PÚBLICA CONTRA O PARTICULAR; APLICA-SE O PRAZO DO DECRETO 20.910/32, COM BASE NO PRINCÍPIO DA ISONOMIA.....	497
11.7.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE PROÍBE MILITAR AFASTADO POR FALTA GRAVE DE PARTICIPAR DE CONCURSO PÚBLICO.....	478	11.19.	É POSSÍVEL A CUMULAÇÃO DA CONDENAÇÃO JUDICIAL POR DANOS MORAIS COLETIVOS COM AS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS FIXADAS EM DESFAVOR DO AGENTE INFRATOR QUE CELEBRA ACORDO DE LENIÊNCIA COM O CADE.....	498
11.8.	NÃO É PERMITIDA À DEPENDENTE A CUMULAÇÃO DE PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE REGIDA PELO ART. 30 DA LEI 4.242/1963 DO SEU FALECIDO PAI COM A PENSÃO POR MORTE DO SEU FALECIDO MARIDO.....	479	11.20.	É LÍCITO AO PODER JUDICIÁRIO DETERMINAR QUE O PODER PÚBLICO REALIZE ESTUDO PARA IDENTIFICAR NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS CONSOLIDADOS, ÁREAS DE RISCO E ÁREAS DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO, NO CASO DE OMISSÃO ESTATAL.....	500
11.9.	O ARREMATANTE QUE PAGOU LAUDÊMIO CONFORME EDITAL E CARTA DE ARREMATÇÃO PODE PEDIR A DEVOLUÇÃO DO VALOR SE CONSIDERAR O PAGAMENTO EXCESSIVO.....	481	11.21.	A CONDUTA DO ART. 5º, V, DA LEI ANTICORRUPÇÃO (CAUSAR EMBARAÇO À ATIVIDADE DE INVESTIGAÇÃO OU FISCALIZAÇÃO DE ÓRGÃOS OU AGENTES PÚBLICOS), ABRANGE A CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS DE FACHADA PARA FRUSTRAR A FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	501
11.10.	NO PERÍODO ENTRE A LEI Nº 11.481/2007 (PUBLICADA EM 31/05/2007) E A DECISÃO DO STF NA ADI 4264 (CUJA ATA DE JULGAMENTO FOI PUBLICADA EM 28/3/2011), OS CHAMAMENTOS FEITOS POR EDITAL DEVEM SER CONSIDERADOS VÁLIDOS.....	482	11.22.	A AÇÃO POPULAR VISA A TUTELA DE DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS, NÃO SENDO DESTINADA À MERA TUTELA PATRIMONIAL DOS COFRES ESTATAIS, À CONTRAPOSIÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA OU À DEFESA DE INTERESSES DO CIDADÃO NO POLO ATIVO.....	503
11.11.	QUEM OCUPOU IRREGULARMENTE BEM DA UNIÃO DEVERÁ PAGAR A INDENIZAÇÃO PREVISTA NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 10 DA LEI Nº 9.636/1998, INDEPENDENTEMENTE SE AGIU OU NÃO DE BOA-FÉ.....	484	11.23.	SÃO CONSTITUCIONAIS OS DISPOSITIVOS DO CBA, INCLUÍDOS PELA LEI 12.970/2014, QUE TRATAM DA RESTRIÇÃO DE ACESSO E DO USO DE INFORMAÇÕES SOBRE INVESTIGAÇÕES DE ACIDENTES AÉREOS.....	506
11.12.	É POSSÍVEL O LEVANTAMENTO DO SALDO DAS CONTAS VINCULADAS AO FGTS PARA CUSTEAR TRATAMENTO DE CRIANÇA VIVENDO COM O VÍRUS HIV (DEPENDENTE DA TITULAR).....	486			
11.13.	EMPRESA PAGA FGTS DIRETAMENTE AO TRABALHADOR EM ACORDO TRABALHISTA, EM VEZ DE DEPOSITAR NA CONTA VINCULADA; MESMO ASSIM, O STJ AFIRMA QUE ESSE PAGAMENTO É EFICAZ.....	487			
11.14.	O FGTS, COM FUNÇÃO SOCIAL, DEVE USAR O IPCA COMO REFERÊNCIA MÍNIMA PARA CORRIGIR OS SALDOS DAS CONTAS VINCULADAS.....	490			
11.15.	SE O MUNICÍPIO MOVIMENTA APENAS GÁS NATURAL OU PETRÓLEO DE ORIGEM TERRESTRE, ELE NÃO FAZ JUS AOS ROYALTIES DA LAVRA MARÍTIMA, MESMO TENDO A ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA MOVIMENTAR HIDROCARBONETOS DE LAVRA MARÍTIMA.....	492			

DIREITO ELEITORAL..... 511

1. OUTROS TEMAS..... 511

- 1.1. É VÁLIDA A RESOLUÇÃO DO TSE QUE PROÍBE A DIVULGAÇÃO OU COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES FALSAS OU GRAVEMENTE DESCONTEXTUALIZADAS QUE POSSAM COMPROMETER O PROCESSO ELEITORAL.....
- 1.2. É INCONSTITUCIONAL LIMITAR O ACESSO DE PARTIDOS E CANDIDATOS À SEGUNDA ETAPA DAS SOBRAS ELEITORAIS; TODOS PODEM PARTICIPAR, INDEPENDENTEMENTE DA CLÁUSULA DE DESEMPENHO.....
- 1.3. EM PROCESSOS ELEITORAIS, É ILÍCITA GRAVAÇÃO AMBIENTAL CLANDESTINA

- SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL, AINDA QUE PRODUZIDA POR UM DOS INTERLOCUTORES, EXCETO SE REALIZADA EM LOCAL PÚBLICO SEM CONTROLE DE ACESSO520
14. É INCONSTITUCIONAL A EC 123/2022, QUE INSTITUIU ESTADO DE EMERGÊNCIA E AMPLIOU BENEFÍCIOS SOCIAIS EM ANO ELEITORAL 521
15. É CONSTITUCIONAL O DISPOSITIVO DA LEI DAS ELEIÇÕES QUE PERMITE A CANDIDATOS OBTER A CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL APENAS COM A APRESENTAÇÃO, NO PRAZO ESTIPULADO, DAS CONTAS DE CAMPANHA, SEM EXIGÊNCIA DE APROVAÇÃO.....523
16. O ART. 1º, § 4º-A DA LC 64/90 APLICA-SE EXCLUSIVAMENTE AOS JULGAMENTOS DE GESTORES PÚBLICOS REALIZADOS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS; NÃO É APLICÁVEL PARA O JULGAMENTO DAS CONTAS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO PELO PODER LEGISLATIVO...525

DIREITO CIVIL 531

1. PARTE GERAL 531

- 1.1. É POSSÍVEL A INCLUSÃO DO SOBRENOME DO PADRINHO PARA CONSTITUIÇÃO DE PRENOME COMPOSTO, COM AMPARO NA REGRA DO ART. 56 DA LEI 6.015/73 (REDAÇÃO ORIGINAL), INDEPENDENTEMENTE DE MOTIVAÇÃO 531
- 1.2. TRANSEXUAL PODE ALTERAR SEU PRENOME E GÊNERO NO REGISTRO CIVIL MESMO SEM FAZER A CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO533
- 1.3. BAND NÃO FOI CONDENADA A INDENIZAR SILVIO SANTOS PELAS PARÓDIAS QUE ERAM FEITAS DO APRESENTADOR NO PROGRAMA PÂNICO.....535
- 1.4. NÃO HÁ ÔBICE PARA A IMEDIATA SUSPENSÃO DO PERFIL PROFISSIONAL DE MOTORISTA DE APLICATIVO QUE PRÁTICA ATO SUFICIENTEMENTE GRAVOSSO, COM A POSSIBILIDADE DE POSTERIOR EXERCÍCIO DE DEFESA VISANDO AO RECREDECENCIAMENTO.....536
- 1.5. RECONHECER OBRIGAÇÃO CONTRATUAL DE PAGAR VERBA ALIMENTAR A MINISTRO RELIGIOSO INATIVO NÃO CONFIGURA INTERFERÊNCIA INDEVIDA DO PODER PÚBLICO NAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS..... 540
- 1.6. PARA QUE OCORRA A VERIFICAÇÃO FICTA DA CONDIÇÃO PREVISTA NO ART. 120 DO CC/1916 EXIGE-SE APENAS QUE A PARTE TENHA PRATICADO INTENCIONALMENTE FATOS QUE FIZERAM COM QUE A CONDIÇÃO NÃO FOSSE IMPLEMENTADA..... 541
- 1.7. A COMPRA E VENDA DE LOTEAMENTO NÃO REGISTRADO É NULA, INDEPENDENTEMENTE DE TER SIDO FIRMADA ENTRE PARTICULARES QUE ESTAVAM CIENTES DA IRREGULARIDADE DO IMÓVEL NO MOMENTO DO NEGÓCIO JURÍDICO543
- 1.8. QUAL É O PRAZO PRESCRICIONAL DA AÇÃO DE INDENIZAÇÃO PROPOSTA PELA SEGURADA CONTRA A SEGURADORA EM RAZÃO DE DESCUMPRIMENTO DE CONTRATO INDIVIDUAL DE SEGURO DE VIDA DOTAL COM CLÁUSULA DE SOBREVIVÊNCIA?544
- 1.9. O TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO NOS CASOS DE ABUSO SEXUAL DURANTE A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NÃO É NECESSARIAMENTE A MAIORIDADE CIVIL; MAS NO MOMENTO EM QUE A VÍTIMA TOMOU PLENA CIÊNCIA DOS DANOS; APLICA-SE A TEORIA SUBJETIVA DA *ACTIO NATA* 546

2. BEM DE FAMÍLIA.....547

- 2.1. É POSSÍVEL A PENHORA DO BEM DE FAMÍLIA PARA ASSEGURAR O PAGAMENTO DE DÍVIDA CONTRAÍDA PARA REFORMA DESTA IMÓVEL..... 547
- 2.2. NÃO É POSSÍVEL SE REDISCUtir, EM EMBARGOS DE TERCEIROS OPOSTOS PELO FILHO DA EXECUTADA, A (IM) PENHORABILIDADE DE BEM DE FAMÍLIA JÁ ANALISADA EM EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE AJUIZADA PELA EXECUTADA.....549
- 2.3. A CONFUSÃO ENTRE A MORADIA DE ENTIDADE FAMILIAR COM O LOCAL DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESA NÃO CONSTITUI REQUISITO PARA O RECONHECIMENTO DA PROTEÇÃO DE IMÓVEL COMO BEM DE FAMÍLIA 549
- 2.4. O BEM DE FAMÍLIA VOLUNTÁRIO MANTÉM COM O BEM DE FAMÍLIA LEGAL RELAÇÃO DE COEXISTÊNCIA E NÃO DE EXCLUSÃO 550

3. OBRIGAÇÕES.....551

- 3.1. PRINCIPAIS CONCLUSÕES DO STJ SOBRE A CAPITALIZAÇÃO DE JUROS..... 551
- 3.2. A CAPITALIZAÇÃO DE JUROS, SEJA QUAL FOR A SUA PERIODICIDADE, SOMENTE SERÁ CONSIDERADA VÁLIDA SE ESTIVER EXPRESSAMENTE PACTUADA NO CONTRATO554
- 3.3. A TAXA A QUE SE REFERE O ART. 406 DO CÓDIGO CIVIL É A SELIC, SENDO ESTE O ÍNDICE APLICÁVEL NA CORREÇÃO MONETÁRIA E NOS JUROS DE MORA DAS RELAÇÕES CIVIS.....554
- 3.4. A QUITAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES PERANTE O AGENTE FINANCIADOR DO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO É NECESSÁRIA PARA A EXTINÇÃO DO PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO..... 557
- 3.5. LEI 14.905/2024558

4. RESPONSABILIDADE CIVIL 560

- 4.1. NÃO É POSSÍVEL RESPONSABILIZAR A LOJA OU A EMPRESA POR COMPRAS FEITAS COM CARTÃO DE CRÉDITO PERDIDO, ROUBADO OU FRAUDULENTO, SE O LADRÃO USOU A SENHA

	CORRETA OU SE INSERIU TODOS OS DADOS NECESSÁRIOS DO CARTÃO PARA A COMPRA ONLINE.....	560		DE VOO, NÃO GERA DANO MORAL AO CONSUMIDOR, O QUAL DEVE SER AFERIDO A PARTIR DAS PECULIARIDADES INERENTES À ATIVIDADE DE NAVEGAÇÃO AÉREA.....	576
4.2.	O METRÔ PODE SER RESPONSABILIZADO POR ROUBOS EM SUAS INSTALAÇÕES SE NÃO ADOPTAR OS PROCEDIMENTOS MÍNIMOS DE SEGURANÇA, CONFORME A LEI 6.149/74, INCLUINDO ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS.....	561	4.13.	O DANO MORAL REFLEXO (DANO POR RICOCHETE) PODE SE CARACTERIZAR AINDA QUE A VÍTIMA DIRETA DO EVENTO DANOSO SOBREVIVA.....	577
4.3.	NÃO SE PODE IMPOR AOS SITES DE INTERMEDIÇÃO DE VENDA E COMPRA A PRÉVIA FISCALIZAÇÃO SOBRE A ORIGEM DE TODOS OS PRODUTOS ANUNCIADOS, NA MEDIDA EM QUE NÃO CONSTITUI ATIVIDADE INTRÍNSECA AO SERVIÇO PRESTADO.....	562	5. CONTRATOS.....578		
4.4.	O INTERMEDIADOR DE COMÉRCIO ELETRÔNICO (EX: MERCADO LIVRE) NÃO É OBRIGADO A RETIRAR ANÚNCIOS CONCORRENTES VIOLADORES DE TERMOS DE USO APENAS COM NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	564	5.1.	NÃO É POSSÍVEL DAR MAIOR EFICÁCIA JURÍDICA AO CONTRATO PRELIMINAR DO QUE AO DEFINITIVO, ESPECIALMENTE QUANDO AS PARTES, NO NOVO ACORDO, ASSUMEM OBRIGAÇÕES CONTRÁRIAS E DESAUTORIZAM EXPRESSAMENTE A PROPOSTA ORIGINAL.....	578
4.5.	O PROVEDOR DE APLICAÇÃO DE INTERNET (EX: YOUTUBE) PODE, POR INICIATIVA PRÓPRIA, MESMO SEM ORDEM JUDICIAL, RETIRAR DE SUA PLATAFORMA CONTEÚDOS QUE VIOLEM A LEI OU SEUS TERMOS DE USO.....	565	5.2.	SE UMA CLÁUSULA CONTRATUAL LIMITA O VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DO AJUSTE, NÃO PODE SER IGNORADA APENAS POR UMA PARTE TER MAIOR PODERIO ECONÔMICO E TÉCNICO.....	579
4.6.	É POSSÍVEL QUE ORDEM JUDICIAL BRASILEIRA DETERMINE A REMOÇÃO GLOBAL DE CONTEÚDO ILÍCITO EM PLATAFORMA DIGITAL, SEM QUE ISSO CONFIGURE VIOLAÇÃO À SOBERANIA ESTRANGEIRA.....	567	5.3.	É POSSÍVEL A RESPONSABILIDADE CIVIL POR RUPTURA ABRUPTA DE TRATATIVAS VERIFICADA NA FASE PRÉ-CONTRATUAL PARA A AQUISIÇÃO DE INVENTO, EM DECORRÊNCIA DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA E DIANTE DA LEGÍTIMA EXPECTATIVA CRIADA.....	580
4.7.	É POSSÍVEL CUMULAR PENSÃO VITALÍCIA INTEGRAL DO ESTADO, EM DECORRÊNCIA DO ÓBITO DE SEU COMPANHEIRO, OCUPANTE DO CARGO PÚBLICO, E A DECORRENTE DE ATO ILÍCITO CAUSADO POR ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO?.....	569	5.4.	É ABUSIVA A CLÁUSULA QUE PREVÊ A RETENÇÃO DE RECEBÍVEL A PARTIR DE SIMPLES CONTESTAÇÃO DA COMPRA PELO TITULAR DO CARTÃO JULGADA PROCEDENTE PELOS PARTICIPANTES DA RELAÇÃO DE ARRANJOS DE PAGAMENTO.....	582
4.8.	SE RECÉM-NASCIDO MORRE EM RAZÃO DE ERRO MÉDICO DENTRO DE HOSPITAL, O MÉDICO E O HOSPITAL PODEM SER CONDENADOS A PAGAR PENSÃO MENSAL EM FAVOR DOS PAIS, PENSIONAMENTO QUE SE INICIA QUANDO A VÍTIMA COMPLETARIA 14 ANOS..	570	5.5.	A EXCLUSÃO DE UM MÉDICO COOPERADO QUE FUNDARA UMA NOVA COOPERATIVA MÉDICA PARA ATUAR NO MESMO SETOR DA ANTERIOR NÃO É VISTA COMO ARBITRÁRIA OU DISCRIMINATÓRIA, GERANDO EVIDENTE CONFLITO DE INTERESSES.....	583
4.9.	JORNAL NÃO PODE DIVULGAR FATO VERÍDICO ENVOLVENDO CRIME DE ESTUPRO, MAS FAZENDO MENÇÕES INJURIOSAS À HONRA DA VÍTIMA.....	572	5.6.	A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO VEICULAR QUE FOI ESTIPULANTE DE CONTRATO DE SEGURO COLETIVO RESPONDE SOLIDARIAMENTE COM A SEGURADORA PELO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA.....	585
4.10.	NOTA JORNALÍSTICA QUE EXPÕE INFORMAÇÕES PESSOAIS DA PRIMEIRA-DAMA SOBRE QUESTÕES PRIVADAS DO CASAL DESVIA-SE DA PRERROGATIVA DE INFORMAR, VIOLANDO DIREITOS DA PERSONALIDADE.....	573	5.7.	É LEGÍTIMA A RECUSA DE SEGURADORA EM RENOVAR O CONTRATO DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO, DESDE QUE PREVIAMENTE NOTIFICADO O SEGURADO E NÃO ACEITA A PROPOSTA ALTERNATIVA APRESENTADA.....	587
4.11.	DE ACORDO COM A TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE, HÁ RESPONSABILIDADE CIVIL DE EMPRESA ORGANIZADORA DE COMPETIÇÃO AUTOMOBILÍSTICA QUE DEIXA DE PRESTAR SOCORRO A PILOTO QUE FALECE POR AFOGAMENTO APÓS ACIDENTE DURANTE O PERCURSO.....	575	5.8.	NAS DEMANDAS DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DEVE-SE APLICAR A REGRA GERAL DE DISTRIBUIÇÃO ESTÁTICA DO ÔNUS DA PROVA, RECAINDO SOBRE A SEGURADORA O ÔNUS DE COMPROVAR AS CAUSAS EXCLUDENTES DA COBERTURA.....	588
4.12.	O MERO INADIMPLENTO CONTRATUAL, RESULTANTE DE ATRASO OU CANCELAMENTO		5.9.	O ATO DO INDIVÍDUO DE CONTRATAR UM SEGURO SOBRE A VIDA DE OUTREM COM A	

	INTENÇÃO DE CEIFAR A VIDA DO SEGURADO IMPEDE O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA POR QUAISQUER DOS BENEFICIÁRIOS E GERA NULIDADE DO CONTRATO 589		6.3.	A ANOTAÇÃO DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA NO CRV NÃO É NECESSÁRIA PARA QUE O BANCO INGRESSE COM AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DO AUTOMÓVEL..... 608
510.	NO CASO DE O BENEFICIÁRIO DE SEGURO DE VIDA SE CONFUNDIR COM A FIGURA DO PRÓPRIO SEGURADO, O PRAZO PRESCRICIONAL PARA INGRESSAR EM JUÍZO EM FACE DA SEGURADORA PLEITEANDO O ADIMPLEMENTO DO SEGURO É ANUO..... 590		6.4.	NO PROCEDIMENTO DE BUSCA E APREENSÃO DE BEM ALIENADO FIDUCIARIAMENTE, DO DL 911/1969, NÃO É OBRIGATÓRIA A AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DO ART. 334 DO CPC, E SUA AUSÊNCIA NÃO GERA NULIDADE..... 610
511.	SE A CONSTRUTORA ATRASAR A ENTREGA DO IMÓVEL, O PROMITENTE COMPRADOR PODE OPTAR POR MANTER O CONTRATO E RECEBER LUCROS CESSANTES, OU PELA RESCISÃO, COM DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS, SEM INDENIZAÇÃO POR LUCROS CESSANTES..... 592		6.5.	É POSSÍVEL QUE ESSA NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO DEVEDOR FIDUCIANTE SEJA FEITA POR E-MAIL? 613
512.	É CABÍVEL O PAGAMENTO DE ALUGUEL PELO TEMPO DE PERMANÊNCIA NO IMÓVEL QUANDO HOVER A RESILIÇÃO UNILATERAL DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA, INDEPENDENTEMENTE DO CAUSADOR DA QUEBRA CONTRATUAL..... 595		6.6.	APÓS SEIS ANOS DO VENCIMENTO DA DÍVIDA EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, A EXECUÇÃO PRESCREVE (ART. 206, § 5º, I), MAS O CREDOR PODE AJUIZAR BUSCA E APREENSÃO DO BEM DADO EM GARANTIA..... 615
513.	EM UM CONTRATO DE LOCAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO, MANOEL ACEITOU SER FIADOR PORQUE SEU IRMÃO ERA SÓCIO DA EMPRESA LOCATÁRIA; ANTES DO FIM DA LOCAÇÃO, O IRMÃO DEIXOU A SOCIEDADE; MANOEL SÓ DEIXARÁ DE SER FIADOR AO FIM DO CONTRATO 596		7. PROPRIEDADE INTELECTUAL..... 617	
514.	É ILEGÍTIMO DESCUMPRIR CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA PACTUADA POR SOCIEDADE SUCEDIDA PELA UNIÃO, MESMO ANTES DA LEI 13.129/2015, SOB PENA DE VIOLAR O ATO JURÍDICO PERFEITO 597		7.1.	AINDA QUE TERCEIRIZADA A EXECUÇÃO DE SHOWS E APRESENTAÇÕES MUSICAIS, SUBSISTE A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO ENTE PÚBLICO IDEALIZADOR DO EVENTO PELAS SANÇÕES DECORRENTES DA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS AUTORAIS 617
515.	MESMO ANTES DO ADVENTO DA LEI 13.129/2015, A INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ARBITRAL CONSTITUI CAUSA DE INTERRUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL..... 599		7.2.	TRANSMISSÃO DE MÚSICAS POR STREAMING EXIGE PAGAMENTO DE DIREITOS AUTORAIS AO ECAD 619
516.	JOÃO FIRMOU CONCESSÃO ONEROSA DE JAZIGO, PAGOU À VISTA E ASSUMIU PRESTAÇÕES MENSAS; AO DESISTIR, PODERÁ REAVER O PAGO, DESCONTADO UM PERCENTUAL.... 599		7.3.	DURANTE CAMPANHA, APOIADORES DE UM CANDIDATO USARAM MÚSICA SEM AUTORIZAÇÃO DA COMPOSITORA PARA PEDIR VOTOS. APESAR DA VIOLAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS, O CANDIDATO E O PARTIDO NÃO SÃO RESPONSÁVEIS SE NÃO PARTICIPARAM..... 621
517.	É VEDADA A PACTUAÇÃO DA CLÁUSULA DEL CREDERE NOS CONTRATOS DE AGÊNCIA OU DISTRIBUIÇÃO POR APROXIMAÇÃO 601		7.4.	VIOLA O DIREITO DO AUTOR O USO NÃO AUTORIZADO DE SUAS LETRAS MUSICAIS EM ESTAMPAS DE CAMISETAS, QUANDO ULTRAPASSAM A MERA REFERÊNCIA À SUA OBRA... 624
518.	MARCO LEGAL DOS SEGUROS..... 603		7.5.	BAR PODE USAR O NOME 'DO LEME AO PONTAL', MESMO SENDO O TÍTULO DE UMA CANÇÃO DE TIM MAIA, NÃO HAVENDO, NESTE CASO, VIOLAÇÃO A DIREITO AUTORAL..... 628
6. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA..... 604			8. DIREITOS REAIS..... 629	
6.1.	NOS CONTRATOS DE MÚTUO IMOBILIÁRIO COM PACTO ADJETO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, É POSSÍVEL QUE O DEVEDOR FIDUCIANTE FAÇA A PURGAÇÃO DA MORA APÓS A CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE EM NOME DO FIDUCIÁRIO?..... 604		8.1.	CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS PODEM IMPEDIR, POR MEIO DA CONVENÇÃO CONDOMINIAL, O USO DE IMÓVEIS PARA LOCAÇÃO PELO AIRBNB 629
6.2.	AS NORMAS QUE IMPEDEM A ARREMATACÃO POR PREÇO VIL SÃO APLICÁVEIS À EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE IMÓVEL ALIENADO FIDUCIARIAMENTE..... 605		8.2.	A VEDAÇÃO À ALIENAÇÃO DE VAGA DE GARAGEM COM MATRÍCULA PRÓPRIA PARA TERCEIRO ESTRANHO AO CONDOMÍNIO, SEM AUTORIZAÇÃO EXPRESSA NA CONVENÇÃO CONDOMINIAL, PREVALECE MESMO NO CASO DE ALIENAÇÃO JUDICIAL POR HASTA PÚBLICA..... 631
			8.3.	O CONDÔMINO, INDIVIDUALMENTE, NÃO POSSUI LEGITIMIDADE PARA PROPOR AÇÃO DE EXIGIR CONTAS CONTRA O SÍNDICO; QUEM TEM LEGITIMIDADE É O CONDOMÍNIO..... 632

8.4.	É POSSÍVEL A USUCAPIÃO MESMO EM UMA ÁREA IRREGULAR (ÁREA NA QUAL NÃO HOUVE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA).....	633	CARLOS PODE PROPOR AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONTRA A MÃE DE MARIANA, INVENTARIANTE DOS BENS DEIXADOS PELO PAI DE MARIANA.....	650	
8.5.	O HERDEIRO QUE TEM A POSSE EXCLUSIVA DE IMÓVEL OBJETO DE HERANÇA POSSUI LEGITIMIDADE E INTERESSE NA DECLARAÇÃO DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA EM NOME PRÓPRIO	635	9.8.	É POSSÍVEL A DECRETAÇÃO DO DIVÓRCIO SE UM DOS CÔNJUGES FALECE APÓS A PROPOSITURA DA RESPECTIVA AÇÃO, NOTADAMENTE QUANDO SE MANIFESTOU NO SENTIDO DE AQUIESCER AO PEDIDO QUE FORA FORMULADO EM SEU DESFAVOR	651
8.6.	NÃO É POSSÍVEL USUCAPIÃO DE IMÓVEL AFETADO À FINALIDADE PÚBLICA ESSENCIAL PERTENCENTE À SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA QUE ATUA EM REGIME NÃO CONCORRENCIAL.....	636	9.9.	O HERDEIRO DETÉM LEGITIMIDADE ATIVA PARA PROPOR AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL ENTRE COMPANHEIROS JÁ FALECIDOS.....	653
8.7.	PARA CONFIGURAR O ANIMUS DOMINI, É NECESSÁRIO QUE A PARTE AUTORA TENHA A POSSE DO BEM, E NÃO APENAS A DETENÇÃO, SENDO IMPRESCINDÍVEL A DEMONSTRAÇÃO DA INTENÇÃO DE TER A COISA COMO SUA, COMO OCORREU NO CASO	638	9.10.	MESMO COM SEPARAÇÃO LEGAL OBRIGATÓRIA, PRÊMIO DE LOTERIA É BEM COMUM QUE INTEGRA A COMUNHÃO COMO BEM ADQUIRIDO POR FATO EVENTUAL, COM OU SEM TRABALHO OU DESPESA ANTERIOR (ART. 1.660, II, DO CC).....	653
8.8.	A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA ENCERROU OS PRIVILÉGIOS DA FAMÍLIA IMPERIAL SOBRE IMÓVEIS ADQUIRIDOS COM DINHEIRO PÚBLICO, COMO O PALÁCIO GUANABARA, QUE RETORNOU AO ESTADO.....	639	10. ALIMENTOS	654	
9. CASAMENTO E UNIÃO ESTÁVEL.....	640	10.1.	A PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS PODE SER AFASTADA QUANDO PARTICULARIDADES DO CASO CONCRETO PERMITEM AFERIR A AUSÊNCIA DE URGÊNCIA NO RECEBIMENTO DOS ALIMENTOS EXECUTADOS..	654	
9.1.	AO CASAR OU INICIAR UNIÃO ESTÁVEL APÓS OS 70 ANOS, O REGIME DE BENS SERÁ, EM PRINCÍPIO, DE SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA, CONFORME O ART. 1.641, II, DO CC. NO ENTANTO, AS PARTES PODEM OPTAR POR OUTRO REGIME POR MEIO DE ESCRITURA PÚBLICA.....	640	10.2.	A DECISÃO QUE DECRETA A PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS DEVE SER FUNDAMENTADA NO TOCANTE À DOSIMETRIA DO PRAZO DE ENCARCERAMENTO (ENTRE 1 MÊS E 3 MESES), NOTADAMENTE QUANDO SE ADOTAR PRAZO SUPERIOR AO MÍNIMO LEGAL.....	656
9.2.	A PARTILHA DE BENS É DIREITO POTESTATIVO QUE NÃO SE SUJEITA À PRESCRIÇÃO OU À DECADÊNCIA, PODENDO SER REQUERIDA A QUALQUER TEMPO POR UM DOS EX-CÔNJUGES, SEM QUE O OUTRO POSSA SE OPOR.....	643	10.3.	A AUSÊNCIA DE VAGAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO, POR SI SÓ, NÃO JUSTIFICA A SUBSTITUIÇÃO DO REGIME FECHADO PELO REGIME ABERTO NO CUMPRIMENTO DA PRISÃO CIVIL DECRETADA COM BASE NO ART. 528 DO CPC/2015.....	657
9.3.	SOB A ÉGIDE DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, É POSSÍVEL O PEDIDO DE HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO CIVIL DE PESSOAS DO MESMO SEXO	645	10.4.	É POSSÍVEL A FIXAÇÃO DE VERBA ALIMENTAR EM PATAMAR INFERIOR AO POSTULADO NA INICIAL AINDA QUE HAJA O RECONHECIMENTO DA REVELIA DO RÉU DEVIDAMENTE CITADO E A INCIDÊNCIA DE SEUS EFEITOS CONSEQUENTES...	658
9.4.	É JURIDICAMENTE POSSÍVEL O PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL DE CASAL DO MESMO SEXO.....	646	10.5.	A MAIORIDADE CIVIL E A CAPACIDADE, EM TESE, DE PROMOÇÃO AO PRÓPRIO SUSTENTO, POR SI SÓ, NÃO SÃO CAPAZES DE DESCONSTITUIR A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR, DEVENDO HAVER PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA DA AUSÊNCIA DE NECESSIDADE DOS ALIMENTOS.....	659
9.5.	O DIREITO REAL DE HABITAÇÃO TAMBÉM EXISTE PARA O(A) COMPANHEIRO(A) DA UNIÃO ESTÁVEL; ISSO PORQUE A PREVISÃO DA LEI 9.278/96 NÃO FOI REVOGADA PELO CÓDIGO CIVIL DE 2022.....	647	10.6.	O DIREITO A ALIMENTOS VENCIDOS E NÃO PAGOS NÃO SE TRANSMITE AOS HERDEIROS EM CASO DE MORTE DO ALIMENTANDO	659
9.6.	LAURA E FELIPE FORAM SE CASARAM E A MULHER PASSOU A ADOTAR O SOBRENOME DO MARIDO; DEPOIS DE VINTE ANOS CASOS, ELES SE DIVORCIARAM E O EX-MARIDO QUERIA QUE ELA DEIXASSE DE USAR O PATRONÍMICO; O STJ NÃO CONCORDOU.....	649	10.7.	É COMPATÍVEL COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 A NORMA DA LEI 5.478/1968 QUE DISPENSA A ASSISTÊNCIA DE ADVOGADO NA AUDIÊNCIA INICIAL DO PROCEDIMENTO ESPECIAL DA AÇÃO DE ALIMENTOS	660
9.7.	CARLOS E MARIANA ERAM CASADOS SOB COMUNHÃO UNIVERSAL E SE SEPARARAM;				

- 10.8. AUTOR NÃO PODE DESISTIR DA AÇÃO DE ALIMENTOS, MESMO TENDO APRESENTADO A DESISTÊNCIA ANTES DA CONTESTAÇÃO, SE ISSO FOR PREJUDICAR OS INTERESSES DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA (SÍNDROME DE DOWN) QUE SERIA BENEFICIADA COM OS ALIMENTOS.....661
- 11. SUCESSÕES..... 663**
- 11.1. O PRAZO PRESCRICIONAL PARA PROPOR AÇÃO DE PETIÇÃO DE HERANÇA CONTA-SE DA ABERTURA DA SUCESSÃO; O PRAZO PARA A PETIÇÃO DE HERANÇA NÃO SOFRE QUALQUER INTERFERÊNCIA DE EVENTUAL AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE FILIAÇÃO..... 663
- 11.2. VIOLA A PROIBIÇÃO LEGAL DO PACTO DE CORVINA CLÁUSULA DE ACORDO JUDICIAL QUE EXCLUI DO HERDEIRO O DIREITO DE PARTICIPAR DE FUTURA SUCESSÃO, MEDIANTE RENÚNCIA ANTECIPADA AO QUINHÃO HEREDITÁRIO..... 664
- 11.3. MESMO EM CASO DE COMORIÊNCIA, É CABÍVEL O DIREITO DE REPRESENTAÇÃO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DE SEGURO DE VIDA, QUANDO O CONTRATO É OMISSO E OS BENEFICIÁRIOS SÃO DEFINIDOS PELA ORDEM DE VOCAÇÃO SUCESSÓRIA..... 665
- 11.4. NA SUBSTITUIÇÃO VULGAR, EM CASO DE FALECIMENTO DO LEGATÁRIO OU HERDEIRO, APÓS A ACEITAÇÃO DO LEGADO OU DA HERANÇA, O SUBSTITUTO NÃO TERÁ DIREITO AO LEGADO OU HERANÇA, QUE CABERÁ AOS SUCESSORES DO LEGATÁRIO OU HERDEIRO.....667
- 11.5. O PATRIMÔNIO HERDADO POR REPRESENTAÇÃO JAMAIS INTEGRA O PATRIMÔNIO DO DESCENDENTE PRÉ-MORTO E, POR ISSO, NÃO PODE SER ALCANÇADO PARA PAGAMENTO DE SUAS DÍVIDAS..... 668
- 12. TEMAS DIVERSOS..... 669**
- 12.1. O PRAZO MÍNIMO PARA DURAÇÃO DE CONTRATOS DE ARRENDAMENTO RURAL ENVOLVENDO PECUÁRIA DE GADO BOVINO É DE CINCO ANOS, INDEPENDENTEMENTE DA ESCALA DA ATIVIDADE OU DA EXTENSÃO DA ÁREA CONTRATADA..... 669
- 12.2. CASO UM PAI PRATIQUE ABANDONO AFETIVO, OMITINDO-SE COMPLETAMENTE NO FORNECIMENTO DE SUPORTE EMOCIONAL AO SEU FILHO, TAL CONDUTA PODERÁ JUSTIFICAR A CONCESSÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS?..... 671
- 12.3. EM AÇÕES NEGATÓRIAS DE PATERNIDADE AJUIZADAS PELO PAI CONSTANTE NO REGISTRO DE NASCIMENTO - PAI REGISTRAL -, EM LINHA DE PRINCÍPIO, A PATERNIDADE SOCIOAFETIVA PREVALECE SOBRE A VERDADE BIOLÓGICA..... 672
- 12.4. É JURIDICAMENTE POSSÍVEL O PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA ENTRE AVÓS E NETO, TENDO EM VISTA NÃO HAVER QUALQUER VEDAÇÃO LEGAL EXPRESSA NO ORDENAMENTO JURÍDICO A ESSE RESPEITO..... 674
- 12.5. O CÔNJUGE SUPÉRSTITE TEM LEGITIMIDADE PARA PROMOVER AÇÃO ANULATÓRIA DE REGISTRO DE NASCIMENTO EM RAZÃO DE FALSIDADE IDEOLÓGICA, AMPARADA NO ART. 1.064 DO CÓDIGO CIVIL..... 676
- 12.6. É POSSÍVEL RELATIVIZAR COISA JULGADA DE ANTERIOR AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE, SEM EXAME DE DNA, MESMO POR RECUSA DO PAI, QUANDO EXISTENTE TESTE NEGATIVO JÁ REALIZADO POR DETERMINAÇÃO DO PRÓPRIO JUDICIÁRIO..... 677
- 12.7. É POSSÍVEL PRESUMIR A MATERNIDADE DE MÃE NÃO BIOLÓGICA DE CRIANÇA GERADA POR INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL CASEIRA NO CURSO DE UNIÃO ESTÁVEL HOMOAFETIVA..... 678
- 12.8. A HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA PELO STJ NÃO É, POR SI SÓ, ÔBICE À PROPOSITURA DE AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE GUARDA EM TERRITÓRIO NACIONAL QUANDO AQUI ESTABELECIDOS OS MENORES CUJO INTERESSE SE DISCUTE EM JUÍZO..... 680
- 12.9. O TIPO DE RELAÇÃO COMERCIAL OU SOCIETÁRIA TRAVADA ENTRE AS EMPRESAS, OU MESMO A EXISTÊNCIA DE GRUPO ECONÔMICO, POR SI SÓ, NÃO É SUFICIENTE PARA ENSEJAR A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA..... 683
- DIREITO DO CONSUMIDOR.....685**
- 1. RESPONSABILIDADE PELO VÍCIO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO..... 685**
- 1.1. SE O VÍCIO REDIBITÓRIO NÃO FOR RESOLVIDO EM 30 DIAS, O CONSUMIDOR QUE OPTAR POR RESCINDIR O CONTRATO E RECEBER O REEMBOLSO DEVE OBTÊ-LO INTEGRALMENTE, SEM ABATIMENTO PELO USO DO BEM..... 685
- 1.2. CONSUMIDOR NÃO PODE REQUERER A RESTITUIÇÃO DA QUANTIA PAGA POR UM PRODUTO QUE FOI UTILIZADO POR UM LONGO PERÍODO APÓS REPARO, MESMO QUE O CONserto TENHA OCORRIDO APÓS O PRAZO DE 30 DIAS DO § 1º, DO ART. 18, DO CDC..... 686
- 2. RESPONSABILIDADE PELO FATO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO..... 687**
- 2.1. PROVEDORES NÃO RESPONDEM POR DANO MORAL DE CONTEÚDO OFENSIVO DE USUÁRIOS, MAS DEVEM REMOVÊ-LO AO SEREM NOTIFICADOS, SOB PENA DE RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA..... 687

22.	COMPANHIA AÉREA É CIVILMENTE RESPONSÁVEL POR NÃO PROMOVER CONDIÇÕES DIGNAS DE ACESSIBILIDADE DE PESSOA CADEIRANTE AO INTERIOR DA AERONAVE.....	688	3.7.	A OPERADORA DO PLANO DE SAÚDE TEM O DEVER DE CUSTEAR AS DESPESAS DE COMPANHANTE DO PACIENTE IDOSO NO CASO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR.....	708
23.	É DEVER DE TODOS OS FORNECEDORES DA CADEIA DE CONSUMO ZELAR PELA DISPONIBILIZAÇÃO DE CONDIÇÕES ADEQUADAS DE ACESSO AOS EVENTOS, A FIM DE PERMITIR A PARTICIPAÇÃO, SEM PERCALÇOS, DE TODOS, INCLUSIVE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	691	3.8.	O PLANO DE SAÚDE É OBRIGADO A CUSTEAR CIRURGIAS PLÁSTICAS EM PACIENTE PÓS-CIRURGIA BARIÁTRICA?.....	709
24.	CLIENTE DO BANCO SACOU GRANDE QUANTIA DA AGÊNCIA; ELE DIRIGIU ATÉ A SUA EMPRESA E, NO ESTACIONAMENTO DO ESCRITÓRIO, FOI ROUBADO; O BANCO NÃO TEM RESPONSABILIDADE PELO OCORRIDO; TRATA-SE DE FORTUITO EXTERNO.....	693	3.9.	É DEVIDA A COBERTURA, PELO PLANO DE SAÚDE, DO PROCEDIMENTO DE CRIOPRESERVAÇÃO DE OVÚLOS DE PACIENTE FÉRTIL, ATÉ A ALTA DO TRATAMENTO QUIMIOTERÁPICO, COMO MEDIDA PREVENTIVA À INFERTILIDADE.....	711
25.	DONO DE ESTABELECIMENTO DE HOSPEDAGEM ONEROSA DE VISITANTES NÃO RESPONDE CIVILMENTE POR DANOS MORAIS EM RAZÃO DE HOMICÍDIO PRATICADO EM SUAS DEPENDÊNCIAS POR VISITANTE HOSPEDADO NO LOCAL.....	695	3.10.	A NATUREZA TAXATIVA OU EXEMPLIFICATIVA DO ROL DA ANS NÃO IMPORTA PARA FINS DE ANÁLISE DO DEVER DE COBERTURA DE MEDICAMENTOS PARA O TRATAMENTO DE CÂNCER.....	712
26.	GOLPE DO LEILÃO FALSO: BANCO NÃO DEVE INDENIZAR SE COMPROVAR QUE VALIDOU A IDENTIDADE E QUALIFICAÇÃO DOS TITULARES DA CONTA, ALÉM DA AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES, CONFORME RESOLUÇÃO DO BANCO CENTRAL.....	697	3.11.	PLANO DE SAÚDE FOI CONDENADO A CONCEDER O MEDICAMENTO FINGIMODE PARA TRATAR ESCLEROSE MÚLTIPLA, MESMO SENDO UM MEDICAMENTO ORAL QUE SE TOMA EM CASA.....	713
3. PLANO DE SAÚDE 698			3.12.	A AUTORIZAÇÃO DA ANVISA PARA IMPORTAR MEDICAMENTO PARA USO PRÓPRIO, COM PRESCRIÇÃO MÉDICA, EMBORA NÃO SUBSTITUA O REGISTRO, DEMONSTRA A SEGURANÇA SANITÁRIA DO FÁRMACO; COBERTURA OBRIGATÓRIA PELA OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE.....	715
3.1.	A REGULAMENTAÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DOS DENOMINADOS 'CARTÕES DE DESCONTOS EM SERVIÇOS DE SAÚDE' SÃO DE COMPETÊNCIA DA ANS.....	698	3.13.	SE NO MUNICÍPIO NÃO TIVER QUEM PRESTE O SERVIÇO DE SAÚDE NECESSÁRIO PARA O TRATAMENTO E O PACIENTE TIVER QUE SE DESLOCAR PARA OUTRO MUNICÍPIO NÃO LIMÍTROFE, O PLANO DE SAÚDE DEVERÁ CUSTEAR O TRANSPORTE DE IDA E VOLTA.....	716
3.2.	NOS TRATAMENTOS DE CARÁTER CONTINUADO, DEVERÃO SER OBSERVADAS, A PARTIR DA SUA VIGÊNCIA, AS INOVAÇÕES TRAZIDAS PELA LEI Nº 14.454/2022, DIANTE DA APLICABILIDADE IMEDIATA DA LEI NOVA.....	700	3.14.	A OPERADORA DO PLANO DE SAÚDE NÃO É OBRIGADA A CUSTEAR EXAME REALIZADO NO EXTERIOR, SALVO SE ELA SE COMPROMETEU MEDIANTE CLÁUSULA CONTRATUAL EXPRESSA.....	717
3.3.	PLANOS DE SAÚDE SÃO OBRIGADOS A CUSTEAR PSICOPEDAGOGIA, EQUOTERAPIA E MUSICOTERAPIA PARA CRIANÇAS COM AUTISMO, SE TAIS TRATAMENTOS TIVEREM SIDO PRESCRITOS PELO MÉDICO ASSISTENTE.....	703	3.15.	OPERADORA SÓ PODE APLICAR O REAJUSTE POR AUMENTO DE SINISTRALIDADE SE DEMONSTRAR, COM EXTRATO PORMENORIZADO, O AUMENTO NA PROPORÇÃO ENTRE AS DESPESAS ASSISTENCIAIS E AS RECEITAS DIRETAS DO PLANO.....	718
3.4.	PLANO DE SAÚDE DEVE COBRIR TERAPIA ABA PARA TRATAMENTO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA).....	706	3.16.	AO EX-EMPREGADO APOSENTADO DEVE SER GARANTIDO O MESMO MODELO DE CUSTEIO E VALOR DE CONTRIBUIÇÃO APLICADOS AOS BENEFICIÁRIOS ATIVOS DE PLANO DE SAÚDE COLETIVO, DEVENDO OS INATIVOS PAGAREM INTEGRALMENTE AS CONTRIBUIÇÕES.....	721
3.5.	TERAPIAS MULTIDISCIPLINARES PARA O TRATAMENTO DE BENEFICIÁRIO DE PLANO DE SAÚDE, EXECUTADAS EM ESTABELECIMENTO DE SAÚDE, POR PROFISSIONAL DEVIDAMENTE HABILITADO, DEVEM SER COBERTAS PELA OPERADORA, SEM LIMITES DE SESSÕES.....	706	4. PRÁTICAS COMERCIAIS.....722		
3.6.	O PLANO DE SAÚDE É OBRIGADO A COBRIR, DE FORMA ILIMITADA, AS TERAPIAS PRESCRITAS AO PACIENTE COM SÍNDROME DE DOWN.....	707	4.1.	SE A CONSTRUTORA ATRASAR A ENTREGA DO IMÓVEL, O PROMITENTE COMPRADOR PODE OPTAR POR MANTER O CONTRATO E RECEBER LUCROS CESSANTES, OU PELA RESCISÃO,	

COM DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS, SEM INDENIZAÇÃO POR LUCROS CESSANTES.....	722
4.2. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL EDIFICADO, PRESUME-SE LUCROS CESSANTES; POR OUTRO LADO, ATRASO NA ENTREGA DE UM IMÓVEL NÃO EDIFICADO, NÃO HÁ PRESUNÇÃO IMEDIATA DE LUCROS CESSANTES	725
4.3. SE O CONSUMIDOR É INJUSTIFICADAMENTE COBRADO EM EXCESSO, TERÁ DIREITO À DEVOLUÇÃO EM DOBRO MESMO QUE NÃO PROVE A MÃ-FÉ DO FORNECEDOR.....	727
4.4. CANCELAMENTO DE VOOS SEM RAZÕES TÉCNICAS OU DE SEGURANÇA É PRÁTICA ABUSIVA.....	729
4.5. O “NO SHOW” ADOTADO POR ALGUMAS COMPANHIAS AÉREAS CONFIGURA PRÁTICA ABUSIVA.....	731
4.6. É ABUSIVA A PUBLICIDADE DE ALIMENTOS DIRECIONADA, DE FORMA EXPLÍCITA OU IMPLÍCITA, A CRIANÇAS.....	732
4.7. É ABUSIVA A PRÁTICA DE CONDICIONAR INFORMAÇÕES AO FORNECIMENTO DE DADOS PESSOAIS; É TAMBÉM ABUSIVO NEGAR O FORNECIMENTO DO NÚMERO DE PROTOCOLO	734
4.8. FORNECEDOR SE COMPROMETEU A VENDER UM CARRO IMPORTADO PARA O CONSUMIDOR; ADVEIO A COVID-19 E O DÓLAR DISPAROU; FORNECEDOR EXIGIU UM AUMENTO DO PREÇO PARA MANTER O NEGÓCIO; STJ ENTENDEU QUE ESSA EXIGÊNCIA FOI ABUSIVA	735
4.9. O RECONHECIMENTO DA ABUSIVIDADE EM CONTRATO DE COMPRA DE DÍVIDA DEVE LIMITAR-SE À REDUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES EXCESSIVAS IMPOSTAS AO CONSUMIDOR, COM O OBJETIVO DE RESTABELECEER SUA SITUAÇÃO ECONÔMICA ANTERIOR AO CONTRATO ONEROSO ...	736
4.10. É POSSÍVEL A COBRANÇA DIFERENCIADA DE MENSALIDADE ENTRE CALOUROS E VETERANOS, DESDE QUE DEMONSTRADO O AUMENTO DO CUSTO PELA ALTERAÇÃO NO MÉTODO DE ENSINO	737
4.11. O SIMPLES FATO DE UMA PESSOA TER ESPERADO MAIS TEMPO DO QUE É FIXADO PELA LEI DA FILA NÃO É SUFICIENTE PARA, OBRIGATORIAMENTE, ENSEJAR INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS	738
4.12. A TAXA DE CONVENIÊNCIA É LÍCITA; TAMBÉM É VÁLIDA A COBRANÇA DE TAXAS DE RETIRADA OU ENTREGA DE INGRESSOS COMPRADOS PELA INTERNET, DESDE QUE O VALOR COBRADO PELO SERVIÇO SEJA ACESSÍVEL E CLARO.....	740
4.13. SÃO VÁLIDAS AS PRÁTICAS DE COBRANÇA DE TAXA DE CONVENIÊNCIA NA VENDA DE INGRESSOS PELA INTERNET, A VENDA ANTECIPADA PARA GRUPOS ESPECÍFICOS E A RESTRIÇÃO DE ALGUMAS FORMAS DE PAGAMENTO EM COMPRAS ONLINE E VIA CALL CENTER	741
4.14. NOS CONTRATOS DE TV POR ASSINATURA E INTERNET, SÃO NULAS CLÁUSULAS QUE IMPUTAM AO CONSUMIDOR A INDENIZAÇÃO POR DANO, PERDA, FURTO, ROUBO OU EXTRAVIO DE EQUIPAMENTOS EM COMODATO OU LOCAÇÃO PELA PRESTADORA.....	743
4.15. A COISA JULGADA IMPEDE NOVA AÇÃO PARA RESTITUIR JUROS REMUNERATÓRIOS SOBRE TARIFAS BANCÁRIAS JÁ DECLARADAS NULAS EM AÇÃO ANTERIOR DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO ...	744
5. OUTROS TEMAS.....	745
5.1. NÃO INCIDE O CDC NO CASO DE CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS PERTENCENTE A GRANDE GRUPO ECONÔMICO.....	745
5.2. ANTES DO CONSUMIDOR SER INSCRITO NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO (EXS: SPC/SERASA), ELE PRECISA SER PREVIAMENTE NOTIFICADO. ESSA NOTIFICAÇÃO DEVE SER POR E-MAIL?	746
5.3. A INCLUSÃO DO DEVEDOR EM CADASTRO DE INADIMPLENTES É LIMITADA A CINCO ANOS, CONTADOS DO DIA SEGUINTE AO VENCIMENTO DA DÍVIDA REGISTRADA NO BANCO DE DADOS	747
5.4. É DESNECESSÁRIO O CONSENTIMENTO PRÉVIO E EXPRESSO DO CONSUMIDOR PARA A DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE CONSULTA COM A FINALIDADE DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO	749
5.5. GESTOR DE BANCO DE DADOS QUE DISPONIBILIZA PARA TERCEIROS CONSULENTES O ACESSO AOS DADOS DO CADASTRADO QUE APENAS PODERIAM SER COMPARTILHADOS ENTRE BANCOS DE DADOS DEVE RESPONDER OBJETIVAMENTE PELOS DANOS MORAIS CAUSADOS	751
5.6. O DECRETO 4.680/2003 PREVÊ QUE OS RÓTULOS DE ALIMENTOS COM MENOS DE UM POR CENTO DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS (OGM) NÃO PRECISAM INFORMAR QUE ELES CONTÊM OGM. ESSE DECRETO É VÁLIDO.....	754
5.7. SÚMULA 675 DO STJ	755
5.8. AS SANÇÕES PELO NÃO COMPARECIMENTO INJUSTIFICADO DO CREDOR À AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO NO PROCESSO DE TRATAMENTO DO SUPERENDIVIDAMENTO, PREVISTAS NO ART. 104-A, § 2º, DO CDC, PODEM SER APLICADAS NA FASE CONSENSUAL (PRÉ-PROCESSUAL)	757
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL.....	761
1. REGIME JURÍDICO	761

1.1.	SÃO CONSTITUCIONAIS AS RESOLUÇÕES 80/2009 E 81/2009, QUE DECLARAM A VACÂNCIA DE SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTROS E ORGANIZAM AS VAGAS DESSES SERVIÇOS PARA FINS DE CONCURSO PÚBLICO	761
1.2.	NÃO HÁ VIOLAÇÃO CONSTITUCIONAL NA ACUMULAÇÃO DE ESPECIALIDADE EM SERVENTIA PREEXISTENTE, SE O DELEGATÁRIO FOI HABILITADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA UMA DAS ATIVIDADES NA EXCEÇÃO DO ART. 26, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 8.935/94.....	763
1.3.	OS ESCRIVENTES JURAMENTADOS COM VÍNCULOS TRABALHISTAS EM CARTÓRIOS NÃO OFICIALIZADOS, ADMITIDOS VIA CONCURSO ANTES DA LEI 8.935/1994, NÃO SE ENQUADRAM NO ART. 48 DESSA LEI, QUE TRATA EXCLUSIVAMENTE DE ESCRIVENTES ESTATUTÁRIOS	765
2.	TEMAS DIVERSOS.....	767
2.1.	É CONSTITUCIONAL A CRIAÇÃO, POR LEI ESTADUAL, DE FUNDO DE APOIO AO REGISTRO DAS PESSOAS NATURAIS PARA COMPENSAR A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS GRATUITOS NOTARIAIS.....	767
2.2.	É CONSTITUCIONAL NORMA ESTADUAL QUE PERMITE A GESTÃO CONJUNTA DE AGENTES PÚBLICOS E PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO NO FUNDO DE APOIO AO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS (FUNARPEN), FORMADO POR RECURSOS PÚBLICOS.....	769
2.3.	O CONCEITO AGRÁRIO DE IMÓVEL RURAL NÃO SE APLICA À CERTIFICAÇÃO DO GEORREFERENCIAMENTO, PARA OS FINS E EFEITOS DO REGISTRO IMOBILIÁRIO, DEVENDO O GEORREFERENCIAMENTO SER REALIZADO NO ÂMBITO DE CADA MATRÍCULA INDIVIDUALIZADA.....	770
2.4.	O REGISTRO PRECOCE DE TÍTULO, IRREGULAR POR DESRESPEITAR PRENOTAÇÃO ANTERIOR, PODE SER CONVALIDADO SE A ANOTAÇÃO PROVISÓRIA CADUCAR POR OMISSÃO DO INTERESSADO EM CUMPRIR EXIGÊNCIAS LEGAIS (ART. 205 DA LRP).....	772
	COLETIVO E SOCIAL, MAS O STJ ENTENDEU NÃO HAVER INTERESSE PROCESSUAL.....	776
1.3.	EM REGRA, NÃO SE DEVE TIRAR A CRIANÇA DO ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA COLOCÁ-LO NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL; DUAS EXCEÇÕES: 1) SE ISSO FOR NECESSÁRIO PARA EVITAR A FORMAÇÃO DE LAÇOS AFETIVOS; 2) SE HOUVER RISCO CONCRETO À CRIANÇA.....	777
1.4.	O FATO DE O NETO, CONCEBIDO POR INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL, COABITAR RESIDÊNCIA COM MÃE E O AVÔ MATERNO E RECONHECÊ-LO COMO PAI, NÃO É SUFICIENTE PARA AFASTAR A PROIBIÇÃO PREVISTA NO ART. 42, § 1º, DO ECA, QUE VEDA A ADOÇÃO POR AVÓS.....	777
1.5.	A GESTANTE OU PARTURIENTE QUE MANIFESTE O INTERESSE DE ENTREGAR SEU FILHO PARA ADOÇÃO TEM DIREITO AO SIGILO JUDICIAL EM TORNO DO NASCIMENTO E DA ENTREGA DA CRIANÇA, INCLUSIVE EM RELAÇÃO AO SUPOSTO GENITOR E À FAMÍLIA AMPLA	780
2.	TEMAS DIVERSOS.....	782
2.1.	A NEGLIGÊNCIA OU OMISSÃO DOS GENITORES ANTE O GRAVE ABUSO SEXUAL CONFIGURA HIPÓTESE EXCEPCIONAL DE DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR.....	782
2.2.	A DEPENDER DO CASO CONCRETO, A SUSPEITA DE OCORRÊNCIA DA ADOÇÃO IRREGULAR DE CRIANÇA NÃO JUSTIFICA A SUA INSERÇÃO EM ABRIGO INSTITUCIONAL.....	783
2.3.	NÃO É POSSÍVEL A UNIFICAÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS ESTIPULADAS EM REMISSÃO E EM SENTENÇA QUE DÁ PROCEDÊNCIA À REPRESENTAÇÃO LEGAL.....	785
2.4.	É NULO PROCESSO NO QUAL O JUIZ, ANTES DA AUDIÊNCIA, FEZ A OITIVA INFORMAL DO ADOLESCENTE INFRATOR, NO CORREDOR DO FÓRUM, SEM A PRESENÇA DA DEFESA	787
2.5.	A SANÇÃO PREVISTA NO ART. 249 DO ECA APLICA-SE A QUALQUER PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA QUE DESCUMpra DETERMINAÇÕES JUDICIAIS OU DO CONSELHO TUTELAR.....	788

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE..... 775

1. ADOÇÃO..... 775

- 1.1. É POSSÍVEL A ADOÇÃO DE DUAS CRIANÇAS POR PESSOA QUE MANTÉM UNIÃO HOMOAFETIVA COM COMPANHEIRA QUE ANTES JÁ ADOTARA OS MESMOS FILHOS
- 1.2. CASAL TENTOU ADOÇÃO À BRASILEIRA, MAS A CRIANÇA FOI ENTREGUE ÀS AUTORIDADES; MP AJUIZOU ACP PEDINDO DANO MORAL

DIREITO EMPRESARIAL..... 791

1. PROPRIEDADE INDUSTRIAL..... 791

- 1.1. PARA RECONHECER A IMPRESCRITIBILIDADE DA NULIDADE DE REGISTRO DE MARCA, É PRECISO DEMONSTRAR A NOTORIEDADE DA MARCA, MÁ-FÉ DO REGISTRADOR PELO USO INDEVIDO E ANALISAR O COMPORTAMENTO DAS PARTES.....
- 1.2. A UTILIZAÇÃO DE MARCA COMO PALAVRA-CHAVE PARA DIRECIONAR O CONSUMIDOR DO

	PRODUTO OU SERVIÇO PARA O LINK DE SEU CONCORRENTE CONFIGURA-SE COMO MEIO FRAUDULENTO PARA DESVIO DE CLIENTELA.....793		OU NÃO, O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL APROVADO EM ASSEMBLEIA.....810
1.3.	É POSSÍVEL A ARGUIÇÃO DE NULIDADE COMO MATÉRIA DE DEFESA EM AÇÃO DE INFRAÇÃO DE DESENHO INDUSTRIAL.....796	3.5.	APÓS A ENTRADA EM VIGOR DA LEI 14.112/2020, É INDISPENSÁVEL A APRESENTAÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITOS FISCAIS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL..... 811
1.4.	A DIVULGAÇÃO DE NOVIDADE ESTÉTICA DE DESENHO INDUSTRIAL QUE NÃO POSSUI REGISTRO PERANTE O INPI RESULTA IMEDIATA INCORPORAÇÃO AO ESTADO DA ARTE, POSSIBILITANDO SUA UTILIZAÇÃO POR TERCEIROS, INDEPENDENTEMENTE DE AUTORIZAÇÃO.....798	3.6.	A ANUÊNCIA DO TITULAR DA GARANTIA REAL É INDISPENSÁVEL NA HIPÓTESE EM QUE O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL PREVÊ A SUA SUPRESSÃO OU SUBSTITUIÇÃO..... 812
1.5.	A MERA CIRCUNSTÂNCIA DE UM SIGNO CONTER EXPRESSÃO DE PROPAGANDA, É INSUFICIENTE PARA CONDUZIR, AUTOMATICAMENTE, À CONCLUSÃO DE QUE O SINAL NÃO PREENCHA OS PRESSUPOSTOS PARA EXERCER A FUNÇÃO DE MARCA.....799	3.7.	NO CONTRATO ESTIMATÓRIO, MERCADORIAS VENDIDAS APÓS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL GERAM CRÉDITOS CONCURSAIS, SUJEITOS AO PLANO DE RECUPERAÇÃO.....816
2. CONTRATOS EMPRESARIAIS.....800		3.8.	É VÁLIDA A CLÁUSULA QUE POSSIBILITA NOVA CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EM VEZ DA IMEDIATA CONVERSÃO EM FALÊNCIA..... 817
2.1.	É INVÁLIDO O INSTRUMENTO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA CUJA ORIGEM DECORRE DE VALORES CEDIDOS EM CONTRATO DE FACTORING, AINDA QUE O REFERIDO INSTRUMENTO DE CONFISSÃO, ASSINADO PELO DEVEDOR E DUAS TESTEMUNHAS, TENHA FORÇA EXECUTIVA.....800	3.9.	EXAURIDO O STAY PERIOD, COMPETE AO JUÍZO TRABALHISTA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA EXTRACONCURSAL, SENDO VEDADO AO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL PROCEDER AO CONTROLE DOS ATOS CONSTRITIVOS A SEREM EXARADOS.....819
2.2.	A INSTALAÇÃO DE LOJAS DO MESMO RAMO EM SHOPPING CENTER NÃO CONFIGURA, POR SI SÓ, ATIVIDADE PREDATÓRIA NEM OFENSA AO TENANT MIX, DESDE QUE QUE ESSA OPÇÃO NÃO IMPLIQUE DESRESPEITO AOS CONTRATOS FIRMADOS COM OS LOJISTAS..... 803	3.10.	ULTRAPASSADO O PERÍODO DE BLINDAGEM (STAY PERIOD) E INEXISTINDO DECISÃO DO JUÍZO RECUPERACIONAL DETERMINANDO SUA PRORROGAÇÃO, A EXECUÇÃO DO CRÉDITO TRABALHISTA CONCURSAL PODE PROSSEGUIR NORMALMENTE PERANTE O JUÍZO TRABALHISTA.... 820
3. FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL..... 805		3.11.	NÃO COMPETE AO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DETERMINAR A SUBSTITUIÇÃO DOS ATOS DE CONSTRUÇÃO RELATIVOS A VALORES EM DINHEIRO POR NÃO CONSTITUÍREM BENS DE CAPITAL.....822
3.1.	SE NÃO FICAR DEMONSTRADO O ABUSO DE DIREITO POR PARTE DO CREDOR QUE SE MANIFESTOU CONTRA O PLANO DE RECUPERAÇÃO, NÃO É POSSÍVEL APLICAR O CRAM DOWN SEM O PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 45 DA LEI 11.101/2005.....805	3.12.	O CREDOR PODE DESISTIR DE AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, AINDA QUE NELE EXISTAM QUESTÕES ORDEM PÚBLICA E DE INTERESSE DA COLETIVIDADE DOS CREDORES DA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....823
3.2.	A PARTIR DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI 14.112/2020 TORNA-SE EXIGÍVEL A APRESENTAÇÃO DAS CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL COMO CONDIÇÃO PARA A HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....807	3.13.	SE A DÍVIDA ORIGINÁRIA À QUAL ESTÁ ATRELADA A CARTA DE FIANÇA É ANTERIOR AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, O CRÉDITO ESTÁ SUBMETIDO AOS SEUS EFEITOS, NÃO IMPORTANDO A DATA EM QUE SE TORNOU EXIGÍVEL.....824
3.3.	EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL INICIADA ANTES DA LEI 14.112/2020, SE A EMPRESA NÃO APRESENTOU CERTIDÕES FISCAIS E A LEI ENTROU EM VIGOR ANTES DA CONCESSÃO, O JUIZ DEVE CONCEDER PRAZO PARA REGULARIZAÇÃO.....808	3.14.	AS FUNDAÇÕES DE DIREITO PRIVADO NÃO POSSUEM LEGITIMIDADE PARA O AJUIZAMENTO DE PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL..... 826
3.4.	COM A LEI 14.112/2020, SOMENTE APÓS A JUNTADA DA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDAS FISCAIS (OU CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA) É QUE O JUIZ IRÁ HOMOLOGAR,	3.15.	OS VALORES DEVIDOS AO CREDOR DO ADIANTAMENTO DE CONTRATO DE CÂMBIO NÃO SE SUJEITAM AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL..... 828

3.16.	AS SOCIEDADES E EMPRESÁRIOS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL NÃO SÃO ISENTOS DO DEPÓSITO GARANTIDOR DO JUÍZO NA JUSTIÇA DO TRABALHO NA FASE EXECUTÓRIA.....	830
3.17.	À LUZ DO DL 7.661/1945, A ANULAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO REALIZADO PELA EMPRESA FALIDA APÓS A DECRETAÇÃO DA QUEBRA PRESCINDE DO AJUIZAMENTO DE AÇÃO REVOCATÓRIA, PODENDO SER PRONUNCIADA, DE OFÍCIO, PELO JUÍZO FALIMENTAR.....	831
3.18.	ACIONISTAS DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PODEM INTERVIR NA FALÊNCIA REQUERIDA PELO LIQUIDANTE, SEM NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA GERAL EM SE TRATANDO DE FALÊNCIA DECORRENTE DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	833
3.19.	DEPOIS DA LEI 14.112/2020, COMPETE AO JUÍZO DA EXECUÇÃO FISCAL DECIDIR SOBRE A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO QUE SE BUSCA HABILITAR PERANTE O JUÍZO DA FALÊNCIA.....	834
3.20.	PELO PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS, A ANULAÇÃO DE AÇÕES CONEXAS AO PROCESSO FALIMENTAR, POR AUSÊNCIA DE INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, SOMENTE SE JUSTIFICA QUANDO FICAR CARACTERIZADO EFETIVO PREJUÍZO À PARTE.....	837
3.21.	O ART. 82-A DA LEI Nº 11.101/2005 NÃO CONFERE AO JUÍZO FALIMENTAR COMPETÊNCIA EXCLUSIVA PARA DESCONSIDERAR A PERSONALIDADE JURÍDICA.....	838
3.22.	OS ENCARGOS CONDOMINIAIS, MESMO QUE ANTERIORES À RECUPERAÇÃO, SÃO CRÉDITOS EXTRACONCURSAIS QUE NÃO SE SUJEITAM À HABILITAÇÃO, NEM À SUSPENSÃO DETERMINADA PELA LEI DE FALÊNCIAS.....	839
3.23.	COMPETE AO JUÍZO UNIVERSAL DA FALÊNCIA DISPOR SOBRE OS BENS DA MASSA FALIDA E DOS SEUS SÓCIOS SUJEITOS A MEDIDAS ASSECURATÓRIAS NO JUÍZO CRIMINAL.....	840
3.24.	COMPETE AO JUÍZO FALIMENTAR A EXECUÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DECORRENTES DE SENTENÇA PROFERIDA PELA JUSTIÇA DO TRABALHO E DEVIDAS POR SOCIEDADE FALIDA.....	842
3.25.	EM CASO DE FALÊNCIA DE CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, É POSSÍVEL A RESTITUIÇÃO DOS VALORES CUSTODIADOS EM NOME DO INVESTIDOR, DIFERENTEMENTE DO QUE OCORRE COM DEPÓSITOS EM BANCOS.....	842
4.	SOCIEDADES EMPRESÁRIAS.....	845
4.1.	O ACIONISTA MINORITÁRIO NÃO TEM LEGITIMIDADE EXTRAORDINÁRIA PARA BUSCAR A RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL DOS CONTROLADORES (ART. 246 DA LEI 6.404/76 – AÇÃO SOCIAL UT SINGULI) ENQUANTO NÃO CARACTERIZADA A INÉRCIA DA COMPANHIA.....	845
4.2.	A PARTICIPAÇÃO INDIRETA DO ADMINISTRADOR NA APROVAÇÃO DE SUAS CONTAS CONFIGURA UM VÍCIO DE VOTO, SENDO ESSA DELIBERAÇÃO PASSÍVEL DE ANULABILIDADE E NÃO NULIDADE.....	847
4.3.	É CONSTITUCIONAL O ART. 289 DA LEI DA S.A., NA REDAÇÃO DADA PELA LEI 13.818/2019, QUE DISPENSA A PUBLICAÇÃO DOS ATOS SOCIETÁRIOS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS NO DIÁRIO OFICIAL.....	849
4.4.	A RETIRADA DE VALORES DO CAIXA DA SOCIEDADE, EM CONTRARIEDADE AO DELIBERADO EM REUNIÃO DE SÓCIOS, CONFIGURA FALTA GRAVE, APTA A JUSTIFICAR A EXCLUSÃO DE SÓCIO.....	851
4.5.	NAS AÇÕES DE DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE COM APURAÇÃO DE HAVERES RELATIVAS A FATOS ANTERIORES AO CÓDIGO CIVIL VIGENTE, OS JUROS DE MORA CONTAM-SE DA CITAÇÃO INICIAL, MESMO QUE NÃO TENHA AINDA SIDO QUANTIFICADA A DÍVIDA.....	853
4.6.	AS DISPOSIÇÕES DO ART. 602 DO CPC/2015, QUE TRATAM DA DISSOLUÇÃO PARCIAL DA SOCIEDADE, SE MOSTRAM COMPATÍVEIS À HIPÓTESE DE DISSOLUÇÃO TOTAL DA EMPRESA.....	854
4.7.	O TERMO INICIAL PARA AÇÃO CONTRA ADMINISTRADOR POR MÁ-GESTÃO NÃO É A DATA DOS ATOS, MAS A DATA EM QUE OS SÓCIOS TOMARAM CONHECIMENTO, COM BASE NA TEORIA DA ACTIO NATA SUBJETIVA.....	855
5.	DIREITO ECONÔMICO.....	856
DIREITO AMBIENTAL.....		861
1.	RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL.....	861
1.1.	O DESMATAMENTO E A EXPLORAÇÃO MADEIREIRA SEM LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL OCASIONA DANOS AMBIENTAIS, CONSTITUI INFRAÇÃO AMBIENTAL E GERA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COLETIVO IN RE IPSA, INCIDINDO A SÚMULA 629/STJ.....	861
1.2.	A CONSOLIDAÇÃO DA INTERVENÇÃO NA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - ANTROPIZAÇÃO - NÃO JUSTIFICA QUE SEJA MANTIDA A SITUAÇÃO LESIVA AO MEIO AMBIENTE	863
1.3.	O DANO MORAL COLETIVO AMBIENTAL ATINGE DIREITOS DE PERSONALIDADE DO GRUPO MASSIFICADO, SENDO DESNECESSÁRIA A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A COLETIVIDADE SINTA DOR, REPULSA, INDIGNAÇÃO, TAL QUAL FOSSE UM INDIVÍDUO ISOLADO.....	864

14.	A RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR DANOS AO MEIO AMBIENTE DECORRENTE DE SUA OMISSÃO NO DEVER DE FISCALIZAÇÃO É OBJETIVA, ILIMITADA E SOLIDÁRIA, MAS DE EXECUÇÃO SUBSIDIÁRIA.....	864	PROVIDÊNCIAS NA ADFP 743, EM TRAMITAÇÃO NA CORTE.....	883
15.	A AUSÊNCIA DE PROVA TÉCNICA PARA A COMPROVAÇÃO DO EFETIVO DANO AMBIENTAL NÃO INVIABILIZA O RECONHECIMENTO DO DEVER DE REPARAÇÃO AMBIENTAL, NO CASO DE DESPEJO IRREGULAR DE ESGOTO.....	867	3.5. NÃO HÁ ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NA POLÍTICA AMBIENTAL DE PROTEÇÃO DO BIOMA AMAZÔNICO, UMA VEZ QUE ESTÁ EM CURSO UM PROCESSO DE RETOMADA DO EFETIVO EXERCÍCIO DESSE DEVER CONSTITUCIONAL.....	885
16.	NO CASO DE DANOS AMBIENTAIS INDIVIDUAIS (MICROBEM AMBIENTAL), A PRETENSÃO DE INDENIZAÇÃO ESTÁ SUJEITA À PRESCRIÇÃO, CUJO TERMO INICIAL CONTA-SE DA CIÊNCIA INEQUÍVOCA DOS EFEITOS DO FATO GERADOR.....	869	3.6. A CONCESSÃO FLORESTAL NÃO CONSTITUI CONCESSÃO OU ALIENAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS; POR ESSE MOTIVO, NÃO SE ENQUADRA NO ART. 49, XVII, DA CF, NÃO SENDO NECESSÁRIA APROVAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL.....	886
17.	O EXPROPRIADO NÃO TEM O DEVER DE PAGAR PELA REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL NO BEM DESAPROPRIADO, PODENDO RESPONDER, NO ENTANTO, POR EVENTUAL DANO MORAL COLETIVO.....	870	3.7. FORAM SUSPENSOS OS DISPOSITIVOS DO DECRETO 10.935/2022 QUE PERMITIA A REALIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS EM CAVERNAS, GRUTAS, LAPAS E ABISMOS E EM SUAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA.....	889
2. INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA.....871			3.8. O CONGRESSO NACIONAL ESTÁ EM MORA NA EDIÇÃO DE LEI REGULAMENTADORA ESPECÍFICA PARA A PROTEÇÃO DO BIOMA DO PANTANAL MATO-GROSSENSE (ART. 225, § 4º, CF/88); DIANTE DISSO, O STF FIXOU PRAZO DE 18 MESES PARA QUE SEJA SANADA A OMISSÃO.....	891
21.	O AUTUADO POR INFRAÇÃO AMBIENTAL PODE SER INTIMADO POR EDITAL PARA APRESENTAR ALEGAÇÕES FINAIS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL?.....	871	3.9. É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE PREVEJA A CASTRAÇÃO COMPULSÓRIA E INDISCRIMINADA DE CÃES E GATOS ANTES DOS QUATRO MESES, SEM CONSIDERAR SUAS CARACTERÍSTICAS, POIS VIOLA A DIGNIDADE E A INTEGRIDADE FÍSICA DOS ANIMAIS.....	892
22.	INDIVÍDUO FOI AUTUADO PELO IBAMA POR INFRAÇÃO AMBIENTAL; NO PROCESSO ADMINISTRATIVO, FOI INTIMADO POR EDITAL, EM VEZ DE VIA POSTAL, PARA APRESENTAR ALEGAÇÕES FINAIS; A ANULAÇÃO SÓ OCORRE COM PROVA DE PREJUÍZO À DEFESA.....	872	3.10. É CONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE PREVÊ MULTAS A TODAS AS PESSOAS ENVOLVIDAS EM RINHAS DE GALOS.....	896
23.	A AUSÊNCIA DE RESPOSTA AO PEDIDO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL NÃO AUTORIZA O INÍCIO DO EMPREENDIMENTO, POIS NÃO HÁ LICENÇA TÁCITA, AUTOMÁTICA OU POR PROTOCOLO.....	875	DIREITO PROCESSUAL CIVIL..... 899	
3. OUTROS TEMAS.....876			1. COMPETÊNCIA..... 899	
31.	É INDISPENSÁVEL A AUTORIZAÇÃO FEDERAL PARA A UTILIZAÇÃO DE ÁGUA MINERAL OBTIDA DIRETAMENTE DO SOLO COMO INSUMO EM PROCESSO INDUSTRIAL, MESMO QUE NÃO DESTINADA AO ENVASE E CONSUMO HUMANO.....	876	1.1. COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL JULGAR A CAUSA, ESTABELECIDA ENTRE PARTICULARES, QUE TEM POR OBJETO REINTEGRAÇÃO DE POSSE DE IMÓVEL QUE FAZ PARTE DE COMUNIDADE QUILOMBOLA.....	899
32.	DIREITO À INFORMAÇÃO AMBIENTAL E OBRIGAÇÃO DO ESTADO COM A TRANSPARÊNCIA.....	878	1.2. COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR E JULGAR A AÇÃO POPULAR DE DESOCUPAÇÃO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO LAGO PARANOÁ, NO DISTRITO FEDERAL, APENAS NO QUE SE REFERE AOS IMÓVEIS DA UNIÃO.....	900
33.	UNIÃO DEVE ELABORAR PLANO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS NO PANTANAL E NA AMAZÔNIA.....	880	1.3. DUAS EMPRESAS ESTÃO LITIGANDO NA JUSTIÇA ESTADUAL; A RÉ ALEGA QUE É NECESSÁRIA A INTERVENÇÃO DA UNIÃO NA CAUSA; ESSA MERA ALEGAÇÃO NÃO É SUFICIENTE PARA QUE HAJA O DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA PARA A JUSTIÇA FEDERAL.....	901
34.	O STF DETERMINOU A SUSPENSÃO DOS PROCESSOS EM PRIMEIRA INSTÂNCIA QUE EXIGIAM MEDIDAS DA UNIÃO PARA COMBATER OS INCÊNDIOS NA AMAZÔNIA E NO PANTANAL, DE FORMA A CONCENTRAR TODAS AS			

14.	COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL DECIDIR AS CAUSAS DE INTERESSE DO CONSELHO CURADOR DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	903	2.2.	O RECURSO INTERPOSTO PELO VENCEDOR PARA AMPLIAR A CONDENAÇÃO – AINDA QUE NÃO SEJA CONHECIDO OU QUE SEJA DESPROVIDO - NÃO IMPLICARÁ HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL PARA A PARTE CONTRÁRIA.....	926
15.	A REGRA DO ART. 43 DO CPC PODE SER SUPERADA, SEMPRE EM CARÁTER EXCEPCIONAL, QUANDO SE CONSTATAR QUE O JUÍZO PERANTE O QUAL TRAMITA A AÇÃO NÃO É ADEQUADO OU CONVENIENTE PARA PROCESSÁ-LA E JULGÁ-LA.....	905	2.3.	SE HOUVER MAIS DE UM VENCEDOR NA DEMANDA, A PARTE SUCUMBENTE PAGARÁ APENAS UM VALOR DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE SERÁ DIVIDIDO ENTRE OS VENCEDORES.....	929
16.	COMPETE AO JUÍZO ESTADUAL O PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PROMOVIDO PELO INSS RELATIVO AO RESSARCIMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS ANTECIPADOS NO BOJO DE AÇÃO ACIDENTÁRIA.....	909	2.4.	NOS CASOS DE OBRIGAÇÃO DE FAZER PARA CUSTEIO DE TRATAMENTO DE SAÚDE COM DANOS MORAIS, A BASE DE CÁLCULO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS SERÁ A SOMA DA COBERTURA NEGADA E DA INDENIZAÇÃO	930
17.	SE A CREDORA ESTRANGEIRA AJUIZOU EXECUÇÃO NO BRASIL COM BASE NO CONTRATO, A JUSTIÇA BRASILEIRA SERÁ COMPETENTE PARA JULGAR OS EMBARGOS, PODENDO ANALISAR TAMBÉM O DIREITO ESTRANGEIRO QUE FUNDAMENTA A DÍVIDA.....	912	2.5.	PELO CPC/2015, HAVENDO SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA, A PARTE AUTORA ARCARÁ COM OS HONORÁRIOS DO ADVOGADO DO RÉU E VICE-VERSA.....	931
18.	COMPETE AO PLENÁRIO DO STF JULGAR AGRAVOS INTERNOS E EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS E EM RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS COM AGRAVOS INTERPOSTOS EM FACE DE ACÓRDÃOOS PROFERIDOS EM AÇÕES DIRETAS ESTADUAIS.....	913	2.6.	O VALOR DA CAUSA, POR SI SÓ, NÃO É ELEMENTO HÁBIL A PROPICIAR A QUALIFICAÇÃO DO QUANTUM COMO ÍNFIMO OU ABUSIVO, PARA FINS DE REVISÃO DA VERBA HONORÁRIA FIXADA NA ORIGEM (CPC/1973).....	932
19.	COMPETE ÀS TURMAS DA SEGUNDA SEÇÃO DO STJ JULGAR LITÍGIO ACERCA DE PROVA PARA OBTENÇÃO DE TÍTULO DE ESPECIALISTA EM CARDIOLOGIA (TEC), PROMOVIDA PELA SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA.....	916	2.7.	A PARTIR DA VIGÊNCIA DO CPC/2015, É CABÍVEL AÇÃO AUTÔNOMA PARA COBRANÇA E DEFINIÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUANDO A DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO FOR OMISSA.....	934
110.	A PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA PERICIAL PODE SER PROCESSADA NO FORO ONDE SITUADO O OBJETO A SER PERICIADO AO INVÉS DO FORO DE SEDE DA EMPRESA RÉ, QUE COINCIDE COM O FORO ELEITO EM CONTRATO	918	2.8.	O JUIZ, AO RECONHECER A ILEGITIMIDADE AD CAUSAM DE UM DOS LITISCONSORTES PASSIVOS E EXCLUÍ-LO DA LIDE, PODE FIXAR OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ENTRE 3 E 5% DO VALOR ATUALIZADO DA CAUSA (ART. 338, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC).....	935
111.	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS FOI CONTRATADO, PELO REGIME CELETISTA, PARA PRESTAR SERVIÇOS NO MUNICÍPIO; ELE DESEJA INGRESSAR COM AÇÃO COBRANDO UMA VERBA QUE ENTENDE TER DIREITO; A COMPETÊNCIA PARA JULGAR SERÁ DA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	919	2.9.	SE A PLATAFORMA DE COMÉRCIO ELETRÔNICO CUMPRIR A TUTELA DE URGÊNCIA SEM OFERTAR OPOSIÇÃO À PRETENSÃO DO AUTOR, ELA NÃO DEVERÁ SER CONDENADA A PAGAR HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	936
112.	CANCELAMENTO DA SÚMULA 222 DO STJ	921	2.10.	SE O JUIZ PROFERIU DECISÃO INTERLOCUTÓRIA EXCLUINDO UM DOS LITISCONSORTES POR ILEGITIMIDADE, OS HONORÁRIOS SERÃO FIXADOS DE FORMA PROPORCIONAL, PODENDO SER INFERIORES AO LIMITE MÍNIMO DO ART. 85, § 2º, DO CPC.....	937
113.	LEI 14.879/2024.....	924	2.11.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE REDUZ OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DECORRENTES DA COBRANÇA DE DÍVIDA ATIVA PARA CINCO POR CENTO	938
2.	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E PERICIAIS	924	2.12.	AS AÇÕES DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, POR TRATAREM DE DIREITOS DE PERSONALIDADE SEM CONTEÚDO PATRIMONIAL, SÃO DE VALOR INESTIMÁVEL; ASSIM, EM CASO DE IMPROCEDÊNCIA, ADMITE-SE FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS POR EQUIDADE.....	939
2.1.	O ADVOGADO DE NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DESIGNADO PARA ATUAR COMO DEFENSOR DATIVO, ANTE A IMPOSSIBILIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA, POSSUI DIREITO AOS HONORÁRIOS REMUNERATÓRIOS FIXADOS PELO JUIZ E PAGOS PELO ESTADO	924	2.13.	É VEDADO AOS ENTES PÚBLICOS CELEBRAR CONTRATOS AD EXITUM PARA AÇÕES	

JUDICIAIS, POIS TAIS CLÁUSULAS VIOLAM
NORMAS DE LICITAÇÕES, EXPÕEM O ERÁRIO A
RISCOS E COMPROMETEM A UNIVERSALIDADE
ORÇAMENTÁRIA 940

3. CITAÇÃO E INTIMAÇÃO..... 942

- 3.1. INCERTO O ENDEREÇO DO RÉU NO PAÍS
ESTRANGEIRO, ADMITE-SE A CITAÇÃO POR
EDITAL, DISPENSADA A CARTA ROGATÓRIA..... 942
- 3.2. A EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS A CADASTROS
PÚBLICOS E CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS
PÚBLICOS PARA LOCALIZAR O RÉU ANTES DA
CITAÇÃO POR EDITAL NÃO É OBRIGATÓRIA,
MAS UMA POSSIBILIDADE A SER AVALIADA
PELO MAGISTRADO 943
- 3.3. AUTOR AJUIZOU AÇÃO DENTRO DO PRAZO
PRESCRICIONAL; JUIZ DETERMINOU A
COMPLEMENTAÇÃO DAS CUSTAS INICIAIS, O
QUE FOI CUMPRIDO NO PRAZO; PRESCRIÇÃO
NÃO DEVE SER RECONHECIDA MESMO A
CITAÇÃO SENDO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL... 944
- 3.4. É NULA A MODIFICAÇÃO OU ALTERNÂNCIA DO
MEIO DE INTIMAÇÃO ELETRÔNICA (PORTAL
OU DIÁRIO ELETRÔNICO) PELOS TRIBUNAIS,
DURANTE A TRAMITAÇÃO PROCESSUAL, SEM
AVISO PRÉVIO, CAUSANDO PREJUÍZO ÀS PARTES.... 946

4. OUTROS TEMAS 950

- 4.1. QUANDO COMPROVADO O EMPENHO
DA PARTE E O INSUCESSO DAS MEDIDAS
ADOTADAS, O JUIZ TEM O DEVER DE
AUXILIÁ-LA A FIM DE QUE ENCONTRE AS
INFORMAÇÕES QUE, À DISPOSIÇÃO DO JUÍZO,
CONDICIONEM O EFICAZ DESEMPENHO DE
SUAS ATRIBUIÇÕES..... 950
- 4.2. A DEFENSORIA PÚBLICA, NO EXERCÍCIO DA
FUNÇÃO DE CURADORIA ESPECIAL, GOZA DE
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS
CASO O RÉU SAGRE-SE VENCEDOR NA DEMANDA... 951
- 4.3. A LOCUÇÃO 'JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE',
PARA FINS DE PUIL, DEVE ABRANGER AS
HIPÓTESES PREVISTAS NO ART. 927, III,
DO CPC, E TAMBÉM OS ACÓRDÃOS DO STJ
PROFERIDOS EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA
E EM PEDIDOS DE UNIFORMIZAÇÃO DE LEI
FEDERAL 953
- 4.4. O PRAZO DE 30 DIAS PARA A FORMULAÇÃO
DO PEDIDO PRINCIPAL PREVISTO NO ART.
308 DO CPC POSSUI NATUREZA JURÍDICA
PROCESSUAL E, CONSEQUENTEMENTE, SUA
CONTAGEM DEVE SER REALIZADA EM DIAS
ÚTEIS, NOS TERMOS DO ART. 219 DO CPC 955
- 4.5. A CONTESTAÇÃO TEM FORÇA DE IMPEDIR
A ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA
ANTECEDENTE (ART. 303 DO CPC) OU SOMENTE
A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, CONFORME
PREVÊ A REDAÇÃO DO ART. 304?..... 958

- 4.6. SE HOUVE RENÚNCIA DE MANDATO,
COMUNICADA PELO ADVOGADO AO CLIENTE
CONFORME O ART. 112 DO CPC, NÃO É
NECESSÁRIO QUE A PARTE SEJA INTIMADA
JUDICIALMENTE PARA CONSTITUIR NOVO
ADVOGADO; ELA TEM ESSE ÔNUS POR LEI..... 962
- 4.7. COMPETE A CADA UM DOS PAIS, DE FORMA
IGUAL E EQUIVALENTE, O PLENO EXERCÍCIO
DO PODER FAMILIAR E, POR CONSEQUÊNCIA, A
REPRESENTAÇÃO DE FILHOS MENORES EM JUÍZO 963
- 4.8. A PROCURAÇÃO CONCEDIDA PELA PESSOA
JURÍDICA AO ADVOGADO PERMANECE VÁLIDA
MESMO QUE O SÓCIO QUE ASSINOU O
INSTRUMENTO MORRA..... 964
- 4.9. É POSSÍVEL A ALTERAÇÃO DO POLO PASSIVO
DA DEMANDA MESMO APÓS O SANEAMENTO
DO PROCESSO E SEM AUTORIZAÇÃO DO RÉU,
DESDE QUE NÃO HAJA ALTERAÇÃO DO PEDIDO
OU DA CAUSA DE PEDIR..... 965
- 4.10. É EXIGIDA A PUBLICAÇÃO DO ATO DECISÓRIO
NA IMPRENSA OFICIAL PARA QUE SE INICIE O
PRAZO PROCESSUAL CONTRA O REVEL QUE
NÃO TENHA ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS
AUTOS, NÃO SENDO SUFICIENTE A MERA
PUBLICAÇÃO EM CARTÓRIO..... 966
- 4.11. AINDA QUE A PARTE RÉ SEJA VITORIOSA
COM O RECONHECIMENTO DA DECADÊNCIA
DO DIREITO, PERSISTE SEU INTERESSE NA
ADEQUAÇÃO DO VALOR DA CAUSA..... 967
- 4.12. PENSIONISTA NÃO TEM DIREITO EXCLUSIVO
DE RECEBER VALORES ATRASADOS DEVIDOS
A SERVIDOR PÚBLICO FALECIDO, DEVENDO A
SUCESSÃO SEGUIR AS REGRAS DOS ARTS. 110
E 778, § 1º, II, DO CPC/2015..... 967
- 4.13. O CPC DE 2015 ALBERGA A COISA JULGADA
PROGRESSIVA E AUTORIZA O CUMPRIMENTO
DEFINITIVO DE PARCELA INCONTROVERSA DA
SENTENÇA CONDENATÓRIA..... 968
- 4.14. O ENQUADRAMENTO NA FAIXA DE ISENÇÃO DE
IMPOSTO DE RENDA NÃO DEVE SER UTILIZADO
COMO CRITÉRIO PARA O DEFERIMENTO DO
BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA 970
- 4.15. A PERÍCIA REALIZADA POR PERITO MÉDICO
NÃO ESPECIALISTA NÃO GERA NULIDADE
DO LAUDO, DESDE QUE OS ELEMENTOS
CONCRETOS INDIQUEM QUE ISSO NÃO
COMPROMETERÁ A IDONEIDADE DA PROVA..... 972
- 4.16. O ART. 278 DO CPC ESTABELECE QUE A
NULIDADE DEVE SER ALEGADA NA PRIMEIRA
OPORTUNIDADE EM QUE A PARTE POSSA SE
MANIFESTAR NOS AUTOS; A COMUNICAÇÃO DAS
PARTES SOBRE A DIGITALIZAÇÃO DO PROCESSO
NÃO CONFIGURA TAL OPORTUNIDADE..... 973
- 4.17. NA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA, A
QUANTIA QUE O DEVEDOR RECONHECE
E EXPRESSAMENTE DECLARA COMO
DEVIDA REPRESENTA A PARTE LÍQUIDA DA
CONDENAÇÃO E PODE SER EXIGIDA LOGO,

	CABENDO AO DEVEDOR ARCAR COM OS HONORÁRIOS PERICIAIS.....	974		QUE JULGOU A PRIMEIRA FASE DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS.....	988
4.18.	OS DEPÓSITOS JUDICIAIS NA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL À DISPOSIÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL SEGUEM AS REGRAS DAS CADERNETAS DE POUPANÇA PARA REMUNERAÇÃO BÁSICA E PRAZO, SEM INCLUIR JUROS.....	975	5.6.	COMPETE EXCLUSIVAMENTE AO ÓRGÃO PROLATOR DA DECISÃO, QUE ALTERA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STF OU DE TRIBUNAIS SUPERIORES, MODULAR SEUS EFEITOS COM BASE NO ART. 927, § 3º, DO CPC.....	990
4.19.	É POSSÍVEL A CONVERSÃO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER EM PERDAS E DANOS, INDEPENDENTE DO PEDIDO DO TITULAR DO DIREITO SUBJETIVO, EM QUALQUER FASE PROCESSUAL, CASO VERIFICADA A IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO DA TUTELA ESPECÍFICA.....	976	5.7.	O FATO DE A COMISSÃO GESTORA DE PRECEDENTES INDICAR QUE O TEMA DE UM RECURSO DEVE SER REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA PARA RECURSO REPETITIVO NÃO IMPLICA QUE OS DEMAIS RECURSOS SOBRE O TEMA FIQUEM SOBRESTADOS.....	992
4.20.	A POSSIBILIDADE DE ATENDIMENTO À OBRIGAÇÃO DE FAZER POR TERCEIRO PREVISTA NO ART. 817, CAPUT DO CPC PRESSUPÕE A ANUÊNCIA NÃO SÓ DO EXEQUENTE, COMO TAMBÉM DO TERCEIRO.....	978	5.8.	CABE RECURSO ESPECIAL CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE FIXA TESE JURÍDICA EM ABSTRATO DO IRDR SE O RECORRENTE ESTIVER DISCUTINDO A ADMISSÃO E O JULGAMENTO DO IRDR.....	996
4.21.	A MULTA DIÁRIA FIXADA EM TUTELA ANTECIPADA SÓ PODE SER EXECUTADA: 1) APÓS CONFIRMAÇÃO NA SENTENÇA DE MÉRITO; E 2) SE O RECURSO CONTRA ESSA SENTENÇA NÃO TIVER EFEITO SUSPENSIVO.....	979	5.9.	É INADMISSÍVEL A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL CONTRA DECISÃO QUE, EMBORA FIXE TESE EM IRDR, TEM ORIGEM EM MANDADO DE SEGURANÇA DENEGADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM.....	1002
4.22.	O DIREITO DE RECEBER CRÉDITO RELATIVO À MULTA COMINATÓRIA É TRANSMISSÍVEL AOS SUCESSORES DA PARTE BENEFICIÁRIA, MESMO QUE A OBRIGAÇÃO PRINCIPAL QUE ORIGINOU A MULTA SEJA PERSONALÍSSIMA.....	980	5.10.	PARA JULGAMENTO DO IRDR EXIGE-SE, EM REGRA, O JULGAMENTO CONJUNTO DE UMA CAUSA-PILOTO.....	1006
5. TEORIA GERAL DOS RECURSOS, TÉCNICA DO JULGAMENTO AMPLIADO E OUTROS TEMAS.....981			5.11.	SE AS PARTES AUTORAS DOS PROCESSOS SELECIONADOS EM INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS NÃO OS ABANDONARAM OU DELES DESISTIRAM, SUA EFETIVA PARTICIPAÇÃO É IMPOSIÇÃO DO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO.....	1011
5.1.	A DOENÇA DO ADVOGADO DA PARTE PODE SER INVOCADA COMO JUSTA CAUSA PARA A DEVOLUÇÃO DO PRAZO RECURSAL?.....	981	5.12.	NÃO É POSSÍVEL EXIGIR O RECOLHIMENTO DO PREPARO RECURSAL APÓS A DESISTÊNCIA DE RECURSO QUE VERSE SOBRE A CONCESSÃO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA.....	1017
5.2.	ADMITE-SE A COMPROVAÇÃO DA INSTABILIDADE DO SISTEMA ELETRÔNICO, COM A JUNTADA DE DOCUMENTO OFICIAL, EM MOMENTO POSTERIOR AO ATO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO.....	982	5.13.	CONSIDERA-SE RECOLHIDO DEVIDAMENTE O PREPARO NO DIA EM QUE REALIZADO O PAGAMENTO PERANTE O CORRESPONDENTE BANCÁRIO, AINDA QUE OUTRO TENHA SIDO O DIA DA COMPENSAÇÃO BANCÁRIA.....	1020
5.3.	EXISTINDO ATESTADO MÉDICO DE QUE O ADVOGADO DEVA SE AFASTAR DO TRABALHO, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM SUBSTABELECIMENTO DOS PODERES RECEBIDOS, PODENDO O PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DO PRAZO RECURSAL SER FORMULADO INCIDENTALMENTE.....	984	5.14.	AO DEFENSOR DATIVO NÃO SE APLICA A OBRIGATORIEDADE DE RECOLHIMENTO DO PREPARO DO RECURSO QUE VERSE APENAS SOBRE OS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS.....	1021
5.4.	APLICA-SE A TÉCNICA DE JULGAMENTO AMPLIADO (ART. 942 DO CPC) AO AGRAVO DE INSTRUMENTO QUE, POR MAIORIA, REFORMA DECISÃO PROFERIDA EM INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA, ADMITINDO OU REJEITANDO O PEDIDO.....	986	5.15.	CONFIGURA USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STJ QUANDO O TRIBUNAL DE ORIGEM NÃO CONHECE DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO COMO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL, A DESPEITO DE PEDIDO SUBSIDIÁRIO EXPRESSO.....	1023
5.5.	É APLICÁVEL A TÉCNICA DE JULGAMENTO ESTENDIDO OU DE AMPLIAÇÃO DO COLEGIADO NA HIPÓTESE DE PARCIAL PROVIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO		5.16.	A INTERPOSIÇÃO DE UM RECURSO INEXISTENTE NÃO GERA PRECLUSÃO CONSUMATIVA, SENDO CABÍVEL A SUBSEQUENTE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO PREVISTO NA LEGISLAÇÃO.....	1025
			5.17.	O REJULGAMENTO DA APELAÇÃO NA MESMA SESSÃO QUE ACOLHE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - SEM NOTIFICAÇÃO	

	PARA SUSTENTAÇÃO ORAL - CONFIGURA CERCEAMENTO AO DIREITO DE DEFESA E AO CONTRADITÓRIO, OCASIONANDO NULIDADE DO JULGAMENTO.....	1026
518.	AFIRMADA A ILEGIBILIDADE DO CARIMBO DE PROTOCOLO, COMPETE À PARTE, NO MOMENTO PROCESSUAL SUBSEQUENTE, DEMONSTRAR A DATA DE PROTOCOLO POR MEIO DE CERTIDÃO DA ORIGEM.....	1027
519.	NO JULGAMENTO ASSÍNCRONO EM AMBIENTE ELETRÔNICO, SE O PROCESSO FOR RETIRADO DA PAUTA (E NÃO ADIADO), É OBRIGATÓRIA A RENOVAÇÃO DE INTIMAÇÃO DAS PARTES, ESPECIALMENTE QUANDO A RETIRADA ATENDE SOLICITAÇÃO DE SUSTENTAÇÃO ORAL.....	1028

6. AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO... 1029

6.1.	SE A BASE DE CÁLCULO DE UMA DETERMINADA GRATIFICAÇÃO PAGA AOS APOSENTADOS FOI CALCULADA DE MANEIRA INCORRETA, O PRAZO DECADENCIAL DO MS INICIOU-SE COM A CIÊNCIA DOS VALORES DESSA APOSENTADORIA....	1029
6.2.	NÃO HÁ QUE SE FALAR EM SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA QUANDO INEXISTE NOS AUTOS QUALQUER TIPO DE DOCUMENTO QUE EVIDENCIE CONCRETAMENTE O RISCO IMINENTE, CONCRETO E INJUSTIFICÁVEL DE GRAVE LESÃO À ORDEM ECONÔMICA.....	1030
6.3.	NÃO PODEM SER FIXADOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PROFERIDA EM MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL, MESMO QUE EXISTAM EFEITOS PATRIMONIAIS A SEREM EXECUTADOS NOS PRÓPRIOS AUTOS.....	1032
6.4.	É CABÍVEL AÇÃO RESCISÓRIA CONTRA DECISÃO PROFERIDA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO QUE DETERMINA A RETIFICAÇÃO DA PARTE BENEFICIÁRIA DE PRECATÓRIO JUDICIAL, DIANTE DO CONTEÚDO MERITÓRIO DA DECISÃO.....	1033
6.5.	O DEPÓSITO PRÉVIO DEVE SER REVERTIDO EM FAVOR DO RÉU QUANDO A AÇÃO RESCISÓRIA É EXTINTA SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. EXCEÇÃO: SE A EXTINÇÃO FOI PORQUE O JUÍZO PROLATOR DA SENTENÇA VOLTOU ATRÁS, O DEPÓSITO SERÁ DEVOLVIDO AO AUTOR.....	1034
6.6.	NOS TERMOS DO ART. 535, § 8º, DO CPC, É ADMISSÍVEL O AJUIZAMENTO DE AÇÃO RESCISÓRIA PARA ADEQUAR JULGADO REALIZADO ANTES DE 13/5/2021 À MODULAÇÃO DE EFEITOS ESTABELECIDO NO TEMA 69/STF - REPERCUSSÃO GERAL.....	1036
6.7.	É CABÍVEL AÇÃO RESCISÓRIA PARA ADEQUAR DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO À MODULAÇÃO TEMPORAL DOS EFEITOS DA TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIXADA NO RE 574.706 ED (TEMA 69 RG).....	1039

6.8.	O TERCEIRO JURIDICAMENTE INTERESSADO TEM LEGITIMIDADE PARA AJUIZAR A AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE (QUERELA NULLITATIS INSANABILIS) SEMPRE QUE HOUVER ALGUM VÍCIO INSANÁVEL NA SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO.....	1040
6.9.	O VALOR DA CAUSA NA AÇÃO DE QUERELA NULLITATIS DEVE CORRESPONDER AO VALOR DA CAUSA ORIGINÁRIA OU DO PROVEITO ECONÔMICO OBTIDO, A DEPENDER DO TEOR DA DECISÃO QUE SE PRETENDE DECLARAR INEXISTENTE.....	1042

7. EXECUÇÃO..... 1043

7.1.	SE A ENTREGA DAS AÇÕES AO ACIONISTA FOR IMPOSSÍVEL, HAVERÁ CONVERSÃO EM PERDAS E DANOS. NA INDENIZAÇÃO, SERÃO CONSIDERADOS OS EVENTOS SOCIETÁRIOS, COMO GRUPAMENTOS E DESDOBRAMENTOS DE AÇÕES, ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA.....	1043
7.2.	INCIDE A PRECLUSÃO CONSUMATIVA SOBRE O MONTANTE ACUMULADO DA MULTA COMINATÓRIA, DE FORMA QUE, JÁ TENDO HAVIDO MODIFICAÇÃO, NÃO É POSSÍVEL NOVA ALTERAÇÃO, PRESERVANDO-SE AS SITUAÇÕES JÁ CONSOLIDADAS.....	1044
7.3.	EM CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, A COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DE VALORES INDEVIDAMENTE RECOLHIDOS PODE SER SUPRIDA POR DOCUMENTO ADMINISTRATIVO EMITIDO PELO ENTE PÚBLICO QUE RECONHEÇA O ADIMPLEMENTO.....	1048
7.4.	É IMPRESCINDÍVEL O ESGOTAMENTO DOS MEIOS EXECUTIVOS TÍPICOS PARA A UTILIZAÇÃO DO SISTEMA CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE DE BENS (CNIB) COMO MEDIDA EXECUTIVA ATÍPICA.....	1049
7.5.	É CABÍVEL A UTILIZAÇÃO DA CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE DE BENS (CNIB) PELO JUÍZO CÍVEL, DE MANEIRA SUBSIDIÁRIA, EM EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL AJUIZADA ENTRE PARTICULARES, DESDE QUE EXHAURIDOS OS MEIOS EXECUTIVOS TÍPICOS.....	1051
7.6.	SÃO ADMITIDOS O SERASAJUD E O CNIB, DESDE QUE OBSERVADOS, NO CASO CONCRETO, OS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE.....	1052
7.7.	PARA CARACTERIZAR FRAUDE À EXECUÇÃO QUANDO O CREDOR NÃO REGISTRA A PENHORA IMOBILIÁRIA, É PRECISO PROVAR QUE O TERCEIRO ADQUIRENTE SABIA DO ÔNUS SOBRE O BEM. ESSE ENTENDIMENTO EXISTE DESDE A REDAÇÃO ORIGINAL DO CPC/1973.....	1053
7.8.	NÃO É POSSÍVEL A APLICAÇÃO DO LIMITE DE CRÉDITO DE 150 SALÁRIOS-MÍNIMOS, PREVISTO NO ART. 83, I, DA LEI 11.101/2005,	

- À HIPÓTESE DE CONCURSO SINGULAR DE CREDORES CONTRA DEVEDOR SOLVENTE..... 1058
- 7.9. EM CONCURSO SINGULAR DE CREDORES, A CAUÇÃO LOCATÍCIA SE CONFIGURA COMO DIREITO REAL DE GARANTIA APTO A GERAR DIREITO DE PREFERÊNCIA DO CREDOR CAUCIONÁRIO SOBRE O PRODUTO DA EXPROPRIAÇÃO DO IMÓVEL?..... 1060
- 7.10. A CESSÃO DE CRÉDITO, DESDE LOGO NOTICIADA EM TRANSAÇÃO FIRMADA ENTRE CREDOR E DEVEDOR, AFASTA A LEGITIMIDADE DO CEDENTE PARA EXECUTAR DIFERENÇAS DECORRENTES DA MORA NO CUMPRIMENTO DO PACTO CELEBRADO..... 1061
- 7.11. O TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO SOBRE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA TORNA A QUESTÃO PRECLUSA, IMPEDINDO NOVO REQUERIMENTO COM A MESMA CAUSA DE PEDIR..... 1062
- 7.12. O DEVEDOR NÃO É RESPONSÁVEL POR JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA QUANDO HÁ ATRASO NA TRANSFERÊNCIA DE VALORES BLOQUEADOS VIA SISBAJUD PARA A CONTA JUDICIAL, DURANTE O PERÍODO EM QUE O DINHEIRO FICA RETIDO SEM ATUALIZAÇÃO..... 1064
- 7.13. A RESPONSABILIDADE PELOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS NOS EMBARGOS DE TERCEIROS, QUANDO EXTINTOS SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, EM RAZÃO DA PERDA SUPERVENIENTE DE SEU OBJETO, DEVE SER DE QUEM DEU CAUSA À CONSTRICÇÃO INDEVIDA..... 1065
- 7.14. MESMO COM PREVISÃO NO EDITAL, ARREMATANTE NÃO RESPONDE POR DÍVIDA TRIBUTÁRIA ANTERIOR À ALIENAÇÃO DO IMÓVEL. 1067
- 7.15. É POSSÍVEL SUSPENDER A EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL ATÉ O CUMPRIMENTO INTEGRAL DE TRANSAÇÃO FEITA ANTES DA CITAÇÃO, COM SOBRESTAMENTO CONDICIONADO AO CUMPRIMENTO..... 1068
- 7.16. EM EXECUÇÃO DE DÍVIDA DE NATUREZA NÃO ALIMENTAR, É POSSÍVEL A PENHORA DE SALÁRIO, AINDA QUE ESTE NÃO EXCEDA 50 SALÁRIOS MÍNIMOS, QUANDO GARANTIDO O MÍNIMO NECESSÁRIO PARA A SUBSISTÊNCIA DIGNA DO DEVEDOR E DE SUA FAMÍLIA..... 1070
- 7.17. É POSSÍVEL O EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA PELO SÓCIO ANTES MESMO DA INTIMAÇÃO DA SOCIEDADE CUJAS QUOTAS FORAM PENHORADAS E DA APRESENTAÇÃO DO BALANÇO ESPECIAL..... 1071
- 7.18. A LICITAÇÃO ENTRE PRETENDENTES (ART. 876 DO CPC) DIFERE DO CONCURSO DE PREFERÊNCIAS (ART. 908 DO CC); O CONCURSO OCORRE EM DISPUTA SOBRE O DINHEIRO DA ADJUDICAÇÃO DO BEM A TERCEIRO, ENQUANTO A LICITAÇÃO TRATA DO BEM PENHORADO..... 1074
- 7.19. É POSSÍVEL A SUBSTITUIÇÃO DA PENHORA EM DINHEIRO POR SEGURO GARANTIA JUDICIAL, OBSERVADOS OS REQUISITOS DO ART. 835, § 2º, DO CPC/2015..... 1076
- 7.20. OS DIREITOS AQUISITIVOS DA AQUISIÇÃO DO IMÓVEL ALIENADO FIDUCIARIAMENTE (ART. 835, XII, DO CPC) SÃO EXTINTOS COM A CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE EM FAVOR DO CREDOR FIDUCIÁRIO, DEVIDO AO INADIMPLEMENTO DO DEVEDOR FIDUCIANTE..... 1077

8. IMPENHORABILIDADE..... 1079

- 8.1. É POSSÍVEL A PENHORA DOS VALORES DECORRENTES DE RECOMPRA DOS CERTIFICADOS FINANCEIROS DO TESOURO SÉRIE E (CFT-E)..... 1079
- 8.2. O PARTIDO POLÍTICO PODE RENUNCIAR À IMPENHORABILIDADE DOS RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO, DESDE QUE O FAÇA PARA VIABILIZAR O PAGAMENTO DE DÍVIDA CONTRAÍDA, CONFORME ART. 44 DA LEI 9.096/95. 1082
- 8.3. NÃO É POSSÍVEL A PENHORA DAS VERBAS DE NATUREZA SALARIAL (ART. 833, IV, DO CPC/2015) PARA O PAGAMENTO HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS COM BASE NO § 2º DO ART. 833 DO CPC/2015..... 1084
- 8.4. NÃO É POSSÍVEL PENHORAR O FGTS PARA PAGAR HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, MESMO SENDO ESTES CONSIDERADOS VERBA ALIMENTAR..... 1087
- 8.5. A IMPENHORABILIDADE DO ART. 833, X, DO CPC ABRANGE APENAS QUANTIAS DEPOSITADAS NA POUPANÇA OU TAMBÉM EM OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS?..... 1089
- 8.6. SÃO IMPENHORÁVEIS OS VALORES DEPOSITADOS EM INSTITUIÇÃO BANCÁRIA ATÉ O LIMITE DE 40 SALÁRIOS MÍNIMOS, AINDA QUE NÃO SE TRATE ESPECIFICAMENTE DE CONTA-POUPANÇA..... 1091
- 8.7. CONSTATADO QUE A PARTE EXECUTADA NÃO POSSUI SALDO SUFICIENTE, CABE AO JUIZ, INDEPENDENTEMENTE DA MANIFESTAÇÃO DA INTERESSADA, INDEFERIR O BLOQUEIO DE ATIVOS FINANCEIROS OU DETERMINAR A LIBERAÇÃO DOS VALORES CONSTRITOS..... 1092
- 8.8. O JUIZ NÃO PODE RECONHECER DE OFÍCIO A IMPENHORABILIDADE PREVISTA NO ART. 833, X, DO CPC..... 1093
- 8.9. RECONHECIDA A IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA, NOS EMBARGOS À EXECUÇÃO OPOSTOS PELO DEVEDOR, SÃO DEVIDOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PELO CREDOR EMBARGADO QUE SE OPÕE A PEDIDO DE EXCLUSÃO DA PENHORA DESTES BEM..... 1096
- 8.10. QUEM TEM O ÔNUS DE PROVAR OS REQUISITOS DA IMPENHORABILIDADE DA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL?..... 1097
- 8.11. VEÍCULO ESSENCIAL AO TRABALHO DA PESSOA EXECUTADA É IMPENHORÁVEL; SE ESSE

VEÍCULO ESTIVER EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, A IMPENHORABILIDADE SE ESTENDE PARA OS DIREITOS AQUISITIVOS DERIVADOS DO CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA 1099

9. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA E PRECATÓRIOS 1100

- 9.1. É INCONSTITUCIONAL A LEI ESTADUAL QUE DISPENSA O REGIME DE PRECATÓRIOS PARA TODAS AS DÍVIDAS DE NATUREZA ALIMENTÍCIA ORIUNDAS DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA, INDEPENDENTEMENTE DO VALOR DO DÉBITO 1100
- 9.2. A LEI QUE DEFINE O QUE SEJA PEQUENO VALOR PARA FINS DE RPV PODE SER APRESENTADA POR PARLAMENTAR (A INICIATIVA LEGISLATIVA É CONCORRENTE) 1104
- 9.3. É INCONSTITUCIONAL O ART. 78 DO ADCT, INCLUÍDO PELA EC 30/2000, QUE PERMITE O PARCELAMENTO DE PRECATÓRIOS VENCIDOS 1105
- 9.4. QUANDO NÃO HOVER O PAGAMENTO DAS PARCELAS DO PRECATÓRIO, PODEM INCIDIR JUROS DE MORA DURANTE O PRAZO DE PARCELAMENTO ESTABELECIDO NO ART. 78 DO ADCT, EXCLUINDO-SE O PERÍODO DE GRAÇA CONSTITUCIONAL 1106
- 9.5. É CONSTITUCIONAL EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIOS COMPLEMENTARES OU SUPLEMENTARES DE VALOR PAGO APENAS NOS CASOS DE ERRO MATERIAL, INEXATIDÃO ARITMÉTICA OU SUBSTITUIÇÃO DE ÍNDICES APLICÁVEIS POR ALTERAÇÃO NORMATIVA 1109
- 9.6. DURANTE O PERÍODO EM QUE A LEI 13.463/2017 PRODUZIU EFEITOS (06/07/2017 A 06/07/2022), O CANCELAMENTO DOS PRECATÓRIOS E RPVS SÓ ERA POSSÍVEL SE CARACTERIZADA A INÉRCIA DO CREDOR PELO PRAZO DE 2 ANOS 1111
- 9.7. A VEDAÇÃO AO FRACIONAMENTO DE CRÉDITOS JUDICIAIS DA FAZENDA PÚBLICA (ART. 100, § 8º, CF) NÃO INCLUI EXECUÇÕES INDIVIDUAIS DE PEQUENO VALOR POR SUBSTITUTO PROCESSUAL, MESMO QUE O CRÉDITO GLOBAL ULTRAPASSE O LIMITE DE RPV 1113
- 9.8. É INCONSTITUCIONAL A COMPENSAÇÃO DE DÉBITOS DA FAZENDA PÚBLICA INSCRITOS EM PRECATÓRIOS ESTABELECIDOS PELOS §§ 9º E 10 DO ART. 100 DA CF/88 1114
- 9.9. MESMO DEPOIS DA EC 113/2021, NÃO INCIDE A SELIC DURANTE O PERÍODO DE GRAÇA DOS PRECATÓRIOS (INCIDE APENAS CORREÇÃO MONETÁRIA) 1117
- 9.10. SE A FAZENDA PÚBLICA NÃO IMPUGNAR A EXECUÇÃO, NÃO DEVERÁ PAGAR HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS 1120
- 9.11. CABE FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COM

EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO, PELA REJEIÇÃO DA IMPUGNAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA, CONFORME ART. 85, § 7º, DO CPC, EXCETO SOBRE A PARCELA INCONTROVERSA DO CRÉDITO 1122

- 9.12. OS PARÂMETROS POSTERIORES DE CORREÇÃO MONETÁRIA PARA A ATUALIZAÇÃO DE DÉBITOS DA FAZENDA PÚBLICA DEVEM SER APLICADOS, MESMO QUE O TÍTULO EXECUTIVO TENHA TRANSITADO EM JULGADO COM A DETERMINAÇÃO DE UM ÍNDICE DIFERENTE 1123

10. EXECUÇÃO FISCAL 1126

- 10.1. O TEMA 444/STJ TRATA DO REDIRECIONAMENTO CONTRA OS SÓCIOS DE UMA PESSOA JURÍDICA EXECUTADA APÓS SUA DISSOLUÇÃO IRREGULAR. ESSE ENTENDIMENTO PODE APLICAR-SE A OUTROS RESPONSÁVEIS TRIBUTÁRIOS, COMO O FIADOR 1126
- 10.2. O JUDICIÁRIO PODE EXTINGUIR EXECUÇÃO FISCAL DE VALOR BAIXO SE CONSTATAR FALTA DE INTERESSE DE AGIR, QUANDO NÃO FOREM EXAURIDAS MEDIDAS EXTRAJUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS MAIS EFICIENTES E MENOS ONEROSAS PARA COBRAR A DÍVIDA 1128
- 10.3. NÃO HÁ HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA EXECUÇÃO FISCAL EXTINTA POR PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE 1129
- 10.4. NÃO É POSSÍVEL, ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA, A INTIMAÇÃO DA EMPRESA SEGURADORA PARA DEPOSITAR O VALOR DO SEGURO OFERECIDO COMO GARANTIA DE EXECUÇÃO FISCAL 1131
- 10.5. NÃO HÁ NO CPC, NEM NA LEF, REGRA QUE AUTORIZA O MAGISTRADO QUE EXTINGUE A EXECUÇÃO FISCAL EM FACE DO PAGAMENTO A PROCEDER COM A TRANSFERÊNCIA DA PENHORA EXISTENTE PARA OUTRO PROCESSO EXECUTIVO ENVOLVENDO AS MESMAS PARTES 1132
- 10.6. É POSSÍVEL A PENHORA DE FATURAMENTO MESMO SEM QUE TENHA HAVIDO O ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS 1133
- 10.7. SE A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE FOR ACOLHIDA UNICAMENTE PARA EXCLUIR SÓCIO DO POLO PASSIVO DE EXECUÇÃO FISCAL, OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SERÃO FIXADOS POR MEIO DE APRECIÇÃO EQUITATIVA 1135
- 10.8. SE A EMPRESA EXECUTADA ADERIU À PROGRAMA DE PARCELAMENTO E, NA ESFERA ADMINISTRATIVA, PAGOU A DÍVIDA E OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, ELA NÃO IRÁ PAGAR NOVOS HONORÁRIOS QUANDO DA EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL QUE COBRAVA O DÉBITO 1137
- 10.9. A REITERAÇÃO AUTOMÁTICA DE ORDENS DE BLOQUEIO ON-LINE DE VALORES (TEIMOSINHA) NÃO É, POR SI SÓ, REVESTIDA DE ILEGALIDADE, DEVENDO A SUA LEGALIDADE SER AVALIADA EM CADA CASO CONCRETO 1138

- 10.10. É POSSÍVEL O USO DA FERRAMENTA DENOMINADA TEIMOSINHA, QUE É A REITERAÇÃO AUTOMÁTICA E PROGRAMADA DE ORDENS DE BLOQUEIO DE VALORES, PARA PESQUISA E BLOQUEIO DE BENS DO DEVEDOR.....1140
- 10.11. AFASTA-SE A REGRA DE COMPETÊNCIA JURISDICIONAL PREVISTA NO ART. 46, § 5º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, QUANDO A SUA INCIDÊNCIA IMPLICAR O AJUIZAMENTO E O PROCESSAMENTO DA AÇÃO EXECUTIVA EM OUTRO ESTADO DA FEDERAÇÃO1140
- 10.12. AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI 14.195/2021 NO ART. 8º DA LEI 12.514/2011 TEM APLICAÇÃO IMEDIATA NAS AÇÕES EM TRÂMITE.....1141
- 10.13. SENDO O ESPÓLIO REPRESENTADO PELO INVENTARIANTE OU PELO ADMINISTRADOR PROVISÓRIO, NÃO ESTÁ A FAZENDA PÚBLICA DESOBRIGADA DE IDENTIFICAR O REPRESENTANTE LEGAL NA INICIAL DA EXECUÇÃO FISCAL1144

11. PROCESSO COLETIVO..... 1145

- 11.1. APLICA-SE O ENTENDIMENTO EXARADO PELO STF NO JULGAMENTO DO ARE 709.212/DF AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA QUE SE PRETENDE A EXECUÇÃO INDIVIDUAL DOS DIREITOS REFERENTES À COBRANÇA DE VALORES NÃO DEPOSITADOS NO FGTS 1145
- 11.2. HÁ LEGITIMIDADE DAS VÍTIMAS PARA EXECUTAR INDIVIDUALMENTE O TAC FIRMADO POR ENTE PÚBLICO QUE VERSE SOBRE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS1148
- 11.3. O MP TEM LEGITIMIDADE PARA PROPOR ACP SOBRE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ABUSIVOS QUANDO HOVER HIPOSSUFICIÊNCIA E REPERCUSSÃO SOCIAL, COMO EM CASOS DE BENEFICIÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.....1149
- 11.4. A EXTINÇÃO DA AÇÃO POPULAR POR PERDA DE OBJETO DECORRENTE DA SATISFAÇÃO DA PRETENSÃO DO AUTOR ENSEJA A CONDENAÇÃO DA PARTE RÉ AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS, UMA VEZ RECONHECIDO QUE ESTA DEU CAUSA À PROPOSITURA DA DEMANDA.....1151
- 11.5. O ACÓRDÃO DO TRF1 QUE REJEITOU PEDIDOS DE REVERSÃO DA PRIVATIZAÇÃO DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE (ATUALMENTE, VALE S.A.), OCORRIDA EM 1997, TEM EFICÁCIA SOBRE TODAS AS AÇÕES POPULARES SOBRE O MESMO TEMA1152
- 11.6. NAS AÇÕES COLETIVAS EM QUE A ASSOCIAÇÃO REPRESENTA SEUS ASSOCIADOS POR LEGITIMAÇÃO ORDINÁRIA O ENTENDIMENTO QUE DEVE SER APLICADO É O FIRMADO NO TEMA 499 DO STF..... 1154
- 11.7. SENTENÇA COLETIVA BENEFICIOU TODOS OS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS INDISTINTAMENTE; NÃO É POSSÍVEL, NA EXECUÇÃO INDIVIDUAL, QUERER RESTRINGIR A APENAS AOS SERVIDORES FILIADOS DIRETAMENTE A ESSE SINDICATO.....1160
- 11.8. A PRETENSÃO DE FAZER CESSAR A COBRANÇA DE TRIBUTO, MESMO QUE JÁ ANTERIORMENTE DECLARADO INCONSTITUCIONAL, CONTÉM DISCUSSÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, ENSEJANDO A ILEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA A AÇÃO..... 1162
- 11.9. A EXTINÇÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVO PROPOSTO PELO LEGITIMADO EXTRAORDINÁRIO, POR PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE, NÃO IMPEDE A EXECUÇÃO INDIVIDUAL DO MESMO TÍTULO..... 1163
- 11.10. SENTENÇA EM AÇÃO COLETIVA MOVIDA POR SINDICATO ESTADUAL NÃO BENEFICIA CATEGORIA EM TODO O PAÍS.....1164
- 11.11. A NORMA DO ART. 103, III, DO CDC, QUE CONFERE EFEITO ERGA OMNES À SENTENÇA GÊNÉRICA PROFERIDA NA FASE DE CONHECIMENTO, EM AÇÃO COLETIVA, NÃO SE APLICA ÀS DECISÕES PROFERIDAS NO CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA..... 1167
- 11.12. A RESPONSABILIDADE CIVIL E A TUTELA INIBITÓRIA PODEM SER IMPOSTAS EM DECORRÊNCIA DOS DANOS NOTÓRIOS E INEQUÍVOCOS CAUSADOS PELO TRÁFEGO DE VEÍCULOS COM EXCESSO DE PESO EM RODOVIAS .1169
- 11.13. A SIMPLES APRESENTAÇÃO DE LISTAGEM DOS SUBSTITUÍDOS, QUANDO DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO COLETIVA, POR SI SÓ, NÃO IMPORTA EM RESTRIÇÃO DOS EFEITOS DA COISA JULGADA..... 1170
- 11.14. QUAL É O TERMO FINAL DA INCIDÊNCIA DOS JUROS REMUNERATÓRIOS EM AÇÕES JUDICIAIS QUE TRATAM DA REPOSIÇÃO DE PERDAS INFLACIONÁRIAS EM CADERNETAS DE POUPANÇA?.....1171

12. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS..... 1173

- 12.1. O CREDOR DO FALECIDO (AUTOR DA HERANÇA) TEM LEGITIMIDADE CONCORRENTE PARA REQUERER A ABERTURA DO INVENTÁRIO, CONFORME O ART. 616, VI, DO CPC.....1173
- 12.2. É CABÍVEL AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE JULGA PROCEDENTE, TOTAL OU PARCIALMENTE, A PRIMEIRA FASE DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS.....1174

DIREITO PENAL 1177

1. DOSIMETRIA DA PENA, PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO, DETRAÇÃO, PENA DE MULTA, EFEITOS DA CONDENAÇÃO (OU TEMAS DA PARTE GERAL).....1177

- 1.1. É ATÍPICA A TENTATIVA DE SUBTRAÇÃO, SEM VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA, DE OITO SHAMPOOS, EM VALOR GLOBAL INFERIOR A R\$ 100,00, AINDA QUE A PESSOA QUE PRATICOU O FATO JÁ TENHA REGISTRO DE OUTRAS CONDUTAS DESSA NATUREZA.....1177
- 1.2. A REITERAÇÃO DA CONDUTA DELITIVA OBSTA A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA AO CRIME DE DESCAMINHO?..... 1178
- 1.3. O INADIMPLEMENTO DA PENA DE MULTA IMPEDE A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE MESMO QUE JÁ TENHA SIDO CUMPRIDA A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE OU A PENA RESTRITIVA DE DIREITOS?.....1181
- 1.4. A MULTA APLICADA NA SENTENÇA CONDENATÓRIA TEM CARÁTER PENAL; EMBORA SEJAM APLICÁVEIS AS CAUSAS SUSPENSIVAS DA PRESCRIÇÃO DA LEI E AS INTERRUPTIVAS DO ART. 174 DO CTN, O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE É O DO ART. 114, II, DO CP.....1186
- 1.5. A INCIDÊNCIA DA CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE NÃO PODE CONDUZIR À REDUÇÃO DA PENA ABAIXO DO MÍNIMO LEGAL (A SÚMULA 231 DO STJ CONTINUA VÁLIDA)..... 1187
- 1.6. SE O TRIBUNAL ACOLHEU RECURSO DA DEFESA E RETIROU CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL NEGATIVA, A PENA DEVERÁ SER OBRIGATORIAMENTE REDUZIDA?.....1189
- 1.7. OS DESÍGNIOS AUTÔNOMOS QUE CARACTERIZAM O CONCURSO FORMAL IMPRÓPRIO REFEREM-SE A QUALQUER FORMA DE DOLO, DIRETO OU EVENTUAL.....1191
- 2. FURTO, ROUBO, ESTELIONATO E OUTROS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO 1192**
- 2.1. EXAME PERICIAL TORNA-SE EXCEPCIONALMENTE PRESCINDÍVEL PARA QUALIFICADORA PREVISTA NO INCISO III, DO § 4º, DO ART. 155 DO CP, QUANDO INEXISTIREM VESTÍGIOS NO VEÍCULO FURTADO E HOVER A APREENSÃO DE CHAVE FALSA EM PODER DO AGENTE.....1192
- 2.2. O DENOMINADO ESTELIONATO JUDICIAL É CONDUTA ATÍPICA NA ESFERA PENAL.....1193
- 3. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL... 1194**
- 3.1. NOS TERMOS DA SÚMULA 593 DO STJ, O CONSENTIMENTO DA VÍTIMA MENOR DE 14 ANOS E O SEU NAMORO COM O ACUSADO NÃO AFASTAM A EXISTÊNCIA DO DELITO DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL. O STJ ADMITE DISTINGUISHING EM RELAÇÃO A ESSE ENTENDIMENTO?1194
- 3.2. A CONSTITUIÇÃO DE FAMÍLIA NÃO EXCLUI, PER SE, A PUNIBILIDADE DO CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL1196
- 3.3. NÃO HOUE ESTUPRO DE VULNERÁVEL EM CASO DE JOVEM DE 20 ANOS, TRABALHADOR RURAL E COM POUCA ESCOLARIDADE, QUE SE RELACIONOU COM UMA ADOLESCENTE DE 12 ANOS, SOBREVINDO UMA FILHA1198
- 3.4. NÃO HOUE ESTUPRO DE VULNERÁVEL EM CASO DE JOVEM DE 23 ANOS QUE SE RELACIONOU COM UMA ADOLESCENTE DE 13 ANOS, COM CONSENTIMENTO DA ADOLESCENTE PARA A RELAÇÃO SEXUAL, ALÉM DE OCORRIDO RELACIONAMENTO AMOROSO ENTRE AMBOS..... 1200
- 3.5. NÃO HOUE ESTUPRO DE VULNERÁVEL EM CASO DE HOMEM DE 29 ANOS QUE SE RELACIONOU COM UMA ADOLESCENTE DE 13 ANOS, COM CONSENTIMENTO DA FAMÍLIA, RELACIONAMENTO ATÉ OS DIAS ATUAIS E NASCIMENTO DE UM FILHO FRUTO DA RELAÇÃO ...1202
- 3.6. MOTORISTA DA VAN ESCOLAR POSSUI AUTORIDADE SOBRE A CRIANÇA OU ADOLESCENTE, VÍTIMA DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL, INCIDINDO A CAUSA DE AUMENTO DE PENA DO ART. 226, II, DO CP1203
- 3.7. É INADMISSÍVEL A TENTATIVA PARA O CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL. ISSO PORQUE O DELITO SE CONSUMA A PARTIR DE QUALQUER ATO LIBIDINOSO CONTRA A VÍTIMA1204
- 3.8. NO CRIME SEXUAL COMETIDO DURANTE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA DA VÍTIMA, SOB A ÉGIDE DO ART. 225 DO CP COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI 12.015/2009, A AÇÃO PENAL É CONDICIONADA À REPRESENTAÇÃO1205
- 3.9. FALTA DE REAÇÃO ENÉRGICA DA VÍTIMA E CONSENTIMENTO INICIAL NÃO AFASTAM O CRIME DE ESTUPRO..... 1208
- 3.10. A AUSÊNCIA DE VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA NA CONDUTA DO RÉU DE APALPAR AS PARTES ÍNTIMAS DA VÍTIMA, COM O OBJETIVO DE SATISFAZER SUA LASCÍVIA, IMPÕE A DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME DE ESTUPRO PARA O DELITO IMPORTUNAÇÃO SEXUAL..... 1210
- 3.11. O RELACIONAMENTO ENTRE ADOLESCENTE MAIOR DE 14 E MENOR DE 18 ANOS (SUGAR BABY) E UM ADULTO (SUGAR DADDY OU SUGAR MOMMY) QUE OFERECE VANTAGENS ECONÔMICAS CONFIGURA O TIPO PENAL PREVISTO NO ART. 218-B, § 2º, I, DO CÓDIGO PENAL..... 1214
- 3.12. CONFIGURA O CRIME DO ART. 218-B DO CP AINDA QUE A VÍTIMA SEJA PROSTITUTA1215
- 3.13. EM REGRA: NOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL, É POSSÍVEL A APLICAÇÃO DA AGRAVANTE DO ART. 61, II, F, E DA MAJORANTE DO ART. 226, II, DO CP. EXCEÇÃO: SE O JUIZ USAR A RELAÇÃO DE AUTORIDADE COMO

ARGUMENTO PARA APLICAR OS DOIS
DISPOSITIVOS..... 1216

4. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 1220

- 4.1. O COMPRADOR DA SUPOSTA INFLUÊNCIA NÃO É SUJEITO ATIVO DO CRIME DE EXPLORAÇÃO DE PRESTÍGIO 1220
- 4.2. OS EMPREGADOS DA OAB SÃO EQUIPARADOS A FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS PARA FINS PENAIS 1223
- 4.3. A REITERAÇÃO QUE AFASTA A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NO CRIME DE CONTRABANDO É EM CRIMES DA MESMA NATUREZA; EM CRIMES DE NATUREZA DIVERSA, É POSSÍVEL, EM TESE, A INSIGNIFICÂNCIA..... 1224
- 4.4. CONTRABANDISTA DA CIDADE A VENDEU PRODUTO CONTRABANDEADO PARA COMPRADOR NA CIDADE B; APREENDIDA A MERCADORIA NO DESTINO, COMPETE AO JÚIZO FEDERAL DE B JULGAR, EM EXCEÇÃO À SÚMULA 151 DO STJ..... 1224

5. OUTROS CRIMES DO CÓDIGO PENAL 1227

- 5.1. COMPARTILHAR POSTAGEM COM UMA CHARGE FEITA POR CARTUNISTA, SEM A INTENÇÃO DE OFENDER, INJURIAR OU VILIPENDIAR A HONRA DA SUPOSTA VÍTIMA NÃO TEM O CONDÃO DE QUALIFICAR A PRÁTICA DE INFRAÇÃO PENAL..... 1227
- 5.2. EXPRESSÕES CONTUMELIOSAS PROFERIDAS EM MOMENTOS DE EXALTAÇÃO OU NO EXERCÍCIO DO DIREITO DE CRÍTICA RETIRAM O ELEMENTO SUBJETIVO NECESSÁRIO PARA QUE CARACTERIZEM CRIMES CONTRA A HONRA..... 1228
- 5.3. NÃO É POSSÍVEL AUTORIZAR O ABORTO EM CASO DE FETO COM SÍNDROME DE EDWARDS; ESSA CONDIÇÃO NÃO SE EQUIPARA AO FETO ANENCÉFALO..... 1230
- 5.4. A TENTATIVA DE FUGA APÓS O ACIDENTE É POSTERIOR AOS FATOS E NÃO PERMITE CONCLUIR QUE O RÉU AGIU COM DOLO..... 1231
- 5.5. É POSSÍVEL CUMULAR AS CAUSAS DE AUMENTO DE PENA DA CONTINUIDADE DELITIVA E DO CONCURSO FORMAL EM DELITOS FISCAIS, QUANDO O SUJEITO ATIVO SONEGA DIVERSOS TRIBUTOS, REITERANDO A CONDUTA AO LONGO DE CERTO PERÍODO..... 1231
- 5.6. A AÇÃO FRAUDULENTA QUE INDUZ O FISCO EM ERRO CONFIGURA O DESVALOR DA CONDUTA NOS CRIMES DO ART. 1º DA LEI 8.137/1990, PERMITINDO INQUÉRITO POLICIAL SEM CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO..... 1233
- 5.7. É POSSÍVEL APLICAR RETROATIVAMENTE UM ATO NORMATIVO QUE AUMENTA O VALOR MÍNIMO PARA AJUIZAMENTO DE EXECUÇÃO FISCAL, RECONHECENDO A INSIGNIFICÂNCIA

DE CRIMES TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS
COMETIDOS ANTES DE SUA VIGÊNCIA? 1234

- 5.8. NA RELAÇÃO DE CONSUNÇÃO, PREVALECE O CRIME DE USO DE DOCUMENTO FALSO, CRIME-FIM, SOBRE A FALSIDADE IDEOLÓGICA, DELITO-MEIO 1236
- 5.9. O MERO PORTE DE CRLV FALSIFICADA NA CONDUÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR, SEM A APRESENTAÇÃO PELO CONDUTOR NO MOMENTO DA ABORDAGEM, NÃO TIPIFICA O CRIME DE USO DE DOCUMENTO FALSO, PREVISTO NO ART. 304 DO CÓDIGO PENAL 1238

6. LEI DE DROGAS (LEI 11.343/2006)..... 1239

- 6.1. O SIMPLES FATO DE O INDIVÍDUO TER SIDO PRESO COM GRANDE QUANTIDADE DE DROGAS PARA TERCEIROS NÃO JUSTIFICA O AFASTAMENTO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO; ISSO PORQUE A CONDIÇÃO DE MULA NÃO É ARGUMENTO, POR SI SÓ, PARA AFASTAR O PRIVILÉGIO 1239
- 6.2. A PRÁTICA DO CRIME SOB MONITORAMENTO ELETRÔNICO É FUNDAMENTO IDÔNEO PARA MODULAR A FRAÇÃO DA MINORANTE DO TRÁFICO, POIS DENOTA DESCASO COM A JUSTIÇA..... 1241
- 6.3. MESMO SENDO MULA DO TRÁFICO, O RÉU PODE RECEBER A MINORANTE DO TRÁFICO PRIVILEGIADO; NO ENTANTO, ESSA CIRCUNSTÂNCIA PODE SER UTILIZADA PARA QUE A CAUSA DE DIMINUIÇÃO SEJA APLICADA EM SEU PATAMAR MÍNIMO (UM SEXTO)..... 1241
- 6.4. DECISÃO DO STF QUANTO AO PORTE DE PEQUENA QUANTIDADE DE MACONHA PARA USO PESSOAL..... 1242
- 6.5. É ATÍPICA A CONDUTA DE POSSUIR 23 GRAMAS DE MACONHA PARA CONSUMO PESSOAL, DEVENDO O ILÍCITO ADMINISTRATIVO SER APURADO NO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL, CONFORME DECIDIDO PELO STF NO RE 635.659/SP (TEMA 506)..... 1246
- 6.6. A APREENSÃO E PERÍCIA DA SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE É IMPRESCINDÍVEL PARA A COMPROVAÇÃO DA MATERIALIDADE DO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS..... 1247
- 6.7. O FATO DE TER SIDO ENCONTRADO RESQUÍCIO DE DROGA NA BALANÇA DE PRECISÃO DE ACUSADO NÃO É SUFICIENTE PARA A COMPROVAÇÃO DA MATERIALIDADE DO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS..... 1250
- 6.8. PARA A CARACTERIZAÇÃO DO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS BASTA QUE, EVIDENCIADO O LIAME SUBJETIVO ENTRE OS AGENTES, HAJA A APREENSÃO DE DROGAS COM APENAS UM DELES PARA QUE ESTEJA EVIDENCIADA A PRÁTICA DO DELITO..... 1251
- 6.9. SUSPEITO CORREU PARA DENTRO DA CASA QUANDO PERCEBEU A VIATURA; POLICIAIS O PERSEGUIRAM E ENTRARAM NA RESIDÊNCIA

- MESMO SEM AUTORIZAÇÃO; VIRAM ENTÃO O SUSPEITO JOGAR DROGA POR CIMA DO MURO; PARA O STJ, O INGRESSO NA CASA FOI ILÍCITO 1252
- 6.10. SE A ARMA É USADA PARA PROTEGER O TRÁFICO, AUMENTA A PENA DO TRÁFICO (NÃO É CRIME AUTÔNOMO); MAS SE A ARMA TAMBÉM ERA USADA PARA OUTRAS FINALIDADES, O RÉU RESPONDE POR TRÁFICO E POSSE/PORTE ILEGAL DE ARMA 1253
- 7. OUTROS TEMAS DA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE 1254**
- 7.1. MP OFERECIU DENÚNCIA POR ESTELIONATO E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA; HOUE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE NO QUE TANGE AO ESTELIONATO; É POSSÍVEL A CONTINUIDADE DO PROCESSO QUANTO À ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA 1255
- 7.2. PARA APLICAR-SE A LEI MARIA DA PENHA, NÃO SE EXIGE DEMONSTRAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA OU DE VULNERABILIDADE DA MULHER AGREDIDA 1256
- 7.3. É DESNECESSÁRIA A DEMONSTRAÇÃO ESPECÍFICA DA SUBJUGAÇÃO FEMININA PARA QUE SEJA APLICADO O SISTEMA PROTETIVO DA LEI MARIA DA PENHA 1258
- 7.4. O FATO DE NÃO HAVER RELAÇÃO DURADOURA DE AFETO NÃO AFASTA A INCIDÊNCIA DO SISTEMA PROTETIVO DA LEI MARIA DA PENHA 1259
- 7.5. NÃO SE APLICA O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA AOS DELITOS PRATICADOS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA 1260
- 7.6. A LEI MARIA DA PENHA PODE SER APLICADA PARA MULHERES TRANS 1261
- 7.7. LESÃO CORPORAL RESULTANTE DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER É CRIME DE AÇÃO PÚBLICA INCONDICIONADA 1262
- 7.8. AS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA, EMBORA TENHAM CARÁTER PROVISÓRIO, NÃO POSSUEM PRAZO DE VIGÊNCIA, DEVENDO VIGORAR ENQUANTO PERSISTIR A SITUAÇÃO DE RISCO À OFENDIDA 1263
- 7.9. A REVOGAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA EXIGE COMPROVAÇÃO CONCRETA DA MUDANÇA NAS CIRCUNSTÂNCIAS, NÃO SENDO POSSÍVEL A EXTINÇÃO AUTOMÁTICA BASEADA EM PRESUNÇÃO TEMPORAL 1264
- 7.10. AS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA, COM NATUREZA DE TUTELA INIBITÓRIA, INDEPENDEM DE PROCESSO PRINCIPAL, DURAM ENQUANTO HOUVER RISCO À MULHER E SÓ PODEM SER EXTINTAS APÓS CONTRADITÓRIO E OITIVA DA VÍTIMA 1266
- 7.11. É POSSÍVEL APLICAR A AGRAVANTE DO ART. 61, INC. II, F, DO CÓDIGO PENAL EM CONJUNTO COM AS DISPOSIÇÕES DA LEI MARIA DA PENHA 1268
- 7.12. O FATO DE AMEAÇAS SEREM PROFERIDAS EM UM CONTEXTO DE CÓLERA OU IRA ENTRE O AUTOR E A VÍTIMA NÃO AFASTA A TIPICIDADE DO DELITO 1270
- 7.13. EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, A PALAVRA DA VÍTIMA TEM ESPECIAL RELEVÂNCIA, HAJA VISTA QUE MUITOS DESSES CASOS OCORREM EM SITUAÇÕES DE CLANDESTINIDADE 1271
- 7.14. É POSSÍVEL A RESPONSABILIZAÇÃO PENAL DA PESSOA JURÍDICA POR CRIMES AMBIENTAIS INDEPENDENTEMENTE DA RESPONSABILIZAÇÃO CONCOMITANTE DA PESSOA FÍSICA QUE A REPRESENTA 1271
- 7.15. O DELITO PREVISTO NO ART. 54, CAPUT, PRIMEIRA PARTE, DA LEI 9.605/1998 PRESCINDE DE PROVA PERICIAL PARA CONSTATAÇÃO DE POLUIÇÃO QUE POSSA RESULTAR EM DANOS À SAÚDE HUMANA 1273
- 7.16. A CONDENAÇÃO DE TERCEIRO POR GESTÃO FRAUDULENTA (ART. 4º, CAPUT, DA LEI 7.492/86) EXIGE PROVAS CONCRETAS DE QUE ELE TINHA CIÊNCIA DE QUE SEUS ATOS VISAVAM À GESTÃO FRAUDULENTA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA 1274
- 7.17. A INEXISTÊNCIA DE DELITO ANTECEDENTE EXCLUI A TIPICIDADE DO CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO E TORNA INSUBSISTENTE A IMPUTAÇÃO DO CRIME DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, PELA AUSÊNCIA DA PRÁTICA DE INFRAÇÕES PENAIS 1277
- 7.18. O PATRIMÔNIO DE TERCEIRO QUE LAVOU DINHEIRO, SEM COMETER O CRIME ANTECEDENTE, SÓ PODE SER ATINGIDO SE COMPROVADO QUE CERTOS BENS, DIREITOS OU VALORES SÃO INSTRUMENTO, PRODUTO OU PROVEITO DO CRIME ANTERIOR 1280
- 7.19. MESMO A VÍTIMA SENDO HETEROSSEXUAL, ELA PODERIA SOFRER INJÚRIA CASO FOSSE OFENDIDA COM INSULTOS PRECONCEITUOSOS E HOMOFÓBICOS 1281
- 7.20. SOMENTE APÓS A LEI 13.106/2015, O FORNECIMENTO DE BEBIDA ALCÓOLICA A CRIANÇA OU ADOLESCENTE PASSOU A SER CRIME (ART. 243 DO ECA) 1283
- 7.21. A PROMESSA DE VANTAGEM INDEVIDA PARA RECEBER CARTÃO AMARELO EM UMA PARTIDA DE FUTEBOL É SUFICIENTE PARA, EM TESE, COMETER O CRIME DO ART. 198 DA LEI GERAL DO ESPORTE, AINDA QUE ISSO NÃO ALTERE DIRETAMENTE O PLACAR DO JOGO 1286
- 7.22. PARA A CONFIGURAÇÃO DO CRIME DE PERIGO ABSTRATO PREVISTO NO ART. 1º, I, DA LEI Nº 8.176/1991, É IMPRESCINDÍVEL A COMPROVAÇÃO DO DOLO, SENDO VEDADA A RESPONSABILIZAÇÃO PENAL OBJETIVA 1287
- 7.23. PORTAR ARMA BRANCA FORA DE CASA E EM ATITUDE COM POTENCIAL DE CAUSAR LESÕES É CONDUTA QUE SE AMOLDA AO ART.

19 DA LEI DE CONTRAVENÇÕES PENAIS, QUE PERMANECE VÁLIDO EM RELAÇÃO A ARMAS BRANCAS.....1289

8. TEMAS DIVERSOS..... 1290

- 8.1. SÚMULA 668 DO STJ.....1290
- 8.2. A APREENSÃO DE MUNIÇÕES EM QUANTIDADE NÃO INSIGNIFICANTE, ALIADA A APREENSÃO DE DROGA, PETRECHOS DO TRÁFICO E EXPRESSIVAS QUANTIAS EM DINHEIRO, PERFAZ CENÁRIO QUE IMPEDE O RECONHECIMENTO DA ATIPICIDADE MATERIAL DA CONDUTA.....1294
- 8.3. AS CONDIÇÕES DO ART. 78, § 1º, DO CÓDIGO PENAL, PARA CUMPRIMENTO DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA, PODEM SER ESTABELECIDAS NO MESMO PRAZO DA PENA CORPORAL IMPOSTA.....1294
- 8.4. O ANIMUS JOCANDI EXCLUI O DOLO DE DISCRIMINAR E AFASTA A TIPICIDADE DA CONDUTA.....1296

DIREITO PROCESSUAL PENAL..... 1299

1. COMPETÊNCIA.....1299

- 1.1. JUIZ FEDERAL NÃO PODE DETERMINAR A SUSPENSÃO DE INQUÉRITO PENAL MILITAR.....1299
- 1.2. A COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR O CRIME DE VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL (ART. 184, § 2º, CP) É DA JUSTIÇA FEDERAL QUANDO VERIFICADA A TRANSNACIONALIDADE DA AÇÃO CRIMINOSA (ART. 109, V, CF/88)..... 1300
- 1.3. A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL NO CRIME DE RACISMO EM REDES SOCIAIS DEPENDE DA COMPROVAÇÃO DE QUE A POSTAGEM FOI FEITA EM PERFIL ABERTO..... 1301
- 1.4. COMPETE ÀS TURMAS DA TERCEIRA SEÇÃO DO STJ JULGAR PEDIDO DE DIREITO DE RESPOSTA AMPARADO NA ANTIGA LEI DE IMPRENSA (LEI Nº 5.250/67) DAS DEMANDAS EM ANDAMENTO.....1303
- 1.5. A SIMPLES MENÇÃO A AUTORIDADES COM FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO NÃO DESLOCA A COMPETÊNCIA, PREVALECENDO A VALIDADE DOS ATOS DA AUTORIDADE JUDICIAL APARENTEMENTE COMPETENTE.....1305
- 1.6. É INCONSTITUCIONAL NORMA DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL QUE EXIGE AUTORIZAÇÃO COLEGIADA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARA MEDIDAS CAUTELARES EM INQUÉRITOS E AÇÕES PENAIS CONTRA AUTORIDADES COM FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO.....1305
- 1.7. COMPETE AO STJ PROCESSAR E JULGAR DESEMBARGADORES, MESMO QUE OS FATOS IMPUTADOS NÃO TENHAM RELAÇÃO COM

O EXERCÍCIO DO CARGO, PARA GARANTIR A IMPARCIALIDADE..... 1310

- 1.8. COMPETE À JUSTIÇA ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR CRIMES SEM CONEXÃO PROBATÓRIA COM OS QUE ESTÃO EM CURSO NA JUSTIÇA FEDERAL, MESMO QUE OS DELITOS TENHAM SIDO DESCOBERTOS DENTRO DO MESMO CONTEXTO FÁTICO..... 1311

2. PRISÃO E OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES..... 1312

- 2.1. O FATO DE O RÉU NÃO TER SIDO LOCALIZADO NÃO É MOTIVO, POR SI SÓ, PARA A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA.....1312
- 2.2. STJ CONCEDE REGIME DOMICILIAR PARA PRESA CUIDAR DAS FILHAS DURANTE CALAMIDADE DE CHUVAS NO RS; NO ENTANTO, NEGOU PEDIDO PARA ESTENDER ESSA DECISÃO PARA TODAS AS DEMAIS PRESAS DO ESTADO.....1312
- 2.3. A REITERAÇÃO DELITIVA, POR SI SÓ, NÃO É RAZÃO SUFICIENTE PARA NEGAR A PRISÃO DOMICILIAR A GESTANTES OU MÃES DE MENORES DE 12 ANOS..... 1315
- 2.4. SÚMULA 676 DO STJ.....1317
- 2.5. MEDIDAS ASSECURATÓRIAS, COMO RETENÇÃO E SEQUESTRO DE BENS PELO JUÍZO CRIMINAL, DEVEM SE PAUTAR PELO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE, PODENDO O JUÍZO REVER SUA DECISÃO QUANDO FATOS SUPERVENIENTES ALTERAREM O CENÁRIO PROCESSUAL..... 1319
- 2.6. NA APLICAÇÃO DO ART. 24-A DO ESTATUTO DA ADVOCACIA, SE NÃO HOUVER INDÍCIOS DE FRAUDE NA FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, DEVE-SE LIBERAR INTEGRALMENTE O VALOR ACORDADO, DESDE QUE NÃO EXCEDA 20% DO PATRIMÔNIO BLOQUEADO.....1320
- 2.7. CONCEDIDA A LIBERDADE PROVISÓRIA MEDIANTE IMPOSIÇÃO DE CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO, É LÍCITA A SEGREGAÇÃO SUPERVENIENTE, DESDE QUE OBSERVADO O COMANDO DO ART. 312, § 2º, DO CPP.....1321

3. PROVAS..... 1323

- 3.1. STJ CONSIDEROU LÍCITA A GRAVAÇÃO FEITA, PELA EQUIPE DE ENFERMAGEM, DO ANESTESISTA QUE ABUSAVA DAS PACIENTES GRÁVIDAS DURANTE O TRABALHO DE PARTO.....1323
- 3.2. A PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE PERSECUÇÃO ESTATAL NA GRAVAÇÃO AMBIENTAL REALIZADA POR UM DOS INTERLOCUTORES, SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO JUDICIAL, ACARRETA A ILICITUDE DA PROVA.....1326
- 3.3. A INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA DEMANDA ORDEM JUDICIAL FUNDAMENTADA EM ELEMENTOS CONCRETOS QUE JUSTIFIQUEM

- SUA NECESSIDADE, BEM COMO QUE AFASTEM A POSSIBILIDADE DE OBTENÇÃO DAS PROVAS POR OUTROS MEIOS.....1327
- 3.4. O ESPÓLIO TEM LEGITIMIDADE PARA CONTESTAR A VALIDADE DE INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS EM PROCESSO PENAL, MESMO APÓS A MORTE DO ACUSADO, ESPECIALMENTE QUANDO AFETAM O PATRIMÔNIO DOS HERDEIROS EM AÇÕES DE IMPROBIDADE.....1328
- 3.5. A RECEITA FEDERAL NÃO PODE, AO EXAMINAR INCIDENTES TRIBUTÁRIOS E ADUANEIROS, INVESTIGAR DELITOS SEM REPERCUSSÃO DIRETA NA RELAÇÃO JURÍDICA TRIBUTÁRIA, SENDO NULOS OS ELEMENTOS DE PROVA PRODUZIDOS.....1330
- 3.6. A FUNÇÃO DAS GUARDAS MUNICIPAIS É RESTRITA À PROTEÇÃO DE BENS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES MUNICIPAIS, NÃO LHES SENDO PERMITIDO REALIZAREM ATIVIDADES OSTENSIVAS OU INVESTIGATIVAS TÍPICAS DAS POLÍCIAS MILITAR E CIVIL.....1333
- 3.7. A MERA ALEGAÇÃO GENÉRICA DE 'ATITUDE SUSPEITA' É INSUFICIENTE PARA A LICITUDE DA BUSCA PESSOAL.....1333
- 3.8. SE UMA PESSOA EM VIA PÚBLICA FOGUE CORRENDO REPENTINAMENTE AO AVISTAR A POLÍCIA, ESSE FATO PODE AUTORIZAR A REALIZAÇÃO DE BUSCA PESSOAL; NO ENTANTO, A LEGALIDADE DA MEDIDA DEPENDE DE UM EXAME MINUCIOSO.....1335
- 3.9. TENTATIVA DE SE ESQUIVAR DE GUARNIÇÃO POLICIAL EVIDENCIA A FUNDADA SUSPEITA DE QUE O AGENTE OCULTAVA CONSIGO OBJETOS ILÍCITOS, CONFORME ART. 240, § 2º, DO CPP, JUSTIFICANDO QUE POLICIAIS FAÇAM BUSCA PESSOAL, EM VIA PÚBLICA.....1337
- 3.10. A BUSCA PESSOAL SEM MANDADO JUDICIAL NÃO PODE SER MOTIVADA PELA RAÇA, SEXO, ORIENTAÇÃO SEXUAL, COR DA PELE OU APARÊNCIA FÍSICA DA PESSOA.....1338
- 3.11. EMBORA NÃO USAR CAPACETE SEJA PRAXE NO LOCAL DA ABORDAGEM, NÃO SE PODE EXTRAIR DO USO DO EQUIPAMENTO, EXCLUSIVAMENTE, A EXISTÊNCIA DE FUNDADA SUSPEITA PARA JUSTIFICAR BUSCA PESSOAL.....1340
- 3.12. GUARDA MUNICIPAL PODE REALIZAR BUSCA PESSOAL E DOMICILIAR, SE ESTIVER CONFIGURADA SITUAÇÃO DE FLAGRANTE DE TRÁFICO DE DROGAS.....1341
- 3.13. NÃO HÁ FALAR EM ILEGALIDADE NA BUSCA PESSOAL REALIZADA POR GUARDAS CIVIS MUNICIPAIS MOTIVADA PELA ATITUDE SUSPEITA DO RÉU, QUE, EM LOCAL CONHECIDO COMO DE TRAFICÂNCIA, FICOU NERVOSO AO AVISTAR A VIATURA E ESCONDEU ALGO NA CINTURA.....1342
- 3.14. NÃO HÁ ILEGALIDADE NA ABORDAGEM PELA GUARDA MUNICIPAL QUANDO CARACTERIZADA A SITUAÇÃO DE FLAGRANTE DELITO.....1343
- 3.15. O STJ DECRETOU, POR DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO, A NULIDADE DA APREENSÃO DO CELULAR DO SUSPEITO DO CRIME 1; É POSSÍVEL QUE NA INVESTIGAÇÃO DO CRIME 2, SEJA DECRETADA NOVA APREENSÃO DO MESMO APARELHO.....1345
- 3.16. O ART. 22, III, DA LEI 13.869/2019 (LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE) NÃO DEFINIU OS CONCEITOS DE 'DIA' E DE 'NOITE' PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO DOMICILIAR.....1346
- 3.17. RECEITA ESTADUAL, POLÍCIA CIVIL E MP REALIZARAM OPERAÇÃO CONJUNTA PARA APURAR SUPOSTAS FRAUDES FISCAIS; OS AGENTES FAZENDÁRIOS NÃO PODERÃO FAZER BUSCA E APREENSÃO NA SEDE DA EMPRESA INVESTIGADA SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO JUDICIAL.....1348
- 3.18. O MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO DEVE APONTAR, DE MANEIRA CLARA, A PESSOA E O LOCAL ONDE A DILIGÊNCIA OCORRERÁ, NÃO PODENDO SURPREENDER TERCEIROS EM VIOLAÇÃO DE SEUS DOMICÍLIOS.....1349
- 3.19. É LEGÍTIMA A PROVA OBTIDA NO LIXO DESCARTADO NA RUA POR INVESTIGADO COMO INTEGRANTE DE GRUPO CRIMINOSO, RECOLHIDO PELA POLÍCIA SEM ORDEM JUDICIAL, SEM CONFIGURAR PESCA PROBATÓRIA (FISHING EXPEDITION) OU VIOLAÇÃO DA INTIMIDADE.....1350
- 3.20. SÃO LÍCITAS AS PROVAS ORIUNDAS DE DILIGÊNCIA POLICIAL, SEM MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO, REALIZADA NO INTERIOR DE IMÓVEL DESABITADO, CARACTERIZADO COMO BUNKER, E DESTINADO AO ARMAZENAMENTO DE DROGAS E ARMAS.....1351
- 3.21. CABE AOS AGENTES QUE ATUAM EM NOME DO ESTADO DEMONSTRAREM, DE MODO INEQUÍVOCO, QUE O CONSENTIMENTO DO MORADOR FOI LIVREMENTE PRESTADO.....1352
- 3.22. SE O INDIVÍDUO, AO AVISTAR UMA RONDA POLICIAL, CORREU PARA DENTRO DE SUA CASA, ISSO PODE SER CONSIDERADO COMO ATITUDE SUSPEITA, AUTORIZANDO O INGRESSO NA CASA MESMO SEM AUTORIZAÇÃO OU ORDEM JUDICIAL?.....1354
- 3.23. NA HIPÓTESE DE SUSPEITA DE FLAGRÂNCIA DELITIVA, QUAL A EXIGÊNCIA, EM TERMOS DE STANDARD PROBATÓRIO, PARA QUE POLICIAIS INGRESSEM NO DOMICÍLIO DO SUSPEITO SEM MANDADO JUDICIAL?.....1358
- 3.24. CRITÉRIOS PARA A VALIDADE DA CONFISSÃO.....1362
- 3.25. A MERA INOBSERVÂNCIA DO PROCEDIMENTO DE CADEIA DE CUSTÓDIA PREVISTO CPP NÃO ACARRETA, AUTOMATICAMENTE, A IMPREESTABILIDADE DAS PROVAS COLHIDAS; A CONSEQUÊNCIA PROCESSUAL DEPENDERÁ DA ANÁLISE DO CASO CONCRETO.....1366

- 3.26. AS REGRAS ESPECÍFICAS DOS ARTS. 158-A A 158-F DO CPP, INSERIDAS PELA LEI 13.964/2019 NÃO RETROAGEM; APESAR DISSO, MESMO ANTES DO PACOTE ANTICRIME, JÁ HAVIA A EXIGÊNCIA DE QUE A CADEIA DE CUSTÓDIA FOSSE PRESERVADA.....1370
- 3.27. A FALTA DE PROCEDIMENTOS PARA GARANTIR A IDONEIDADE E INTEGRIDADE DOS DADOS EXTRAÍDOS DE UM CELULAR APREENDIDO RESULTA NA QUEBRA DA CADEIA DE CUSTÓDIA E NA INADMISSIBILIDADE DA PROVA DIGITAL1371
- 3.28. SÃO INADMISSÍVEIS AS PROVAS DIGITAIS SEM REGISTRO DOCUMENTAL ACERCA DOS PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA POLÍCIA PARA A PRESERVAÇÃO DA INTEGRIDADE, AUTENTICIDADE E CONFIABILIDADE DOS ELEMENTOS INFORMÁTICOS..... 1373
- 3.29. SÃO NULAS AS PROVAS OBTIDAS DE DADOS PRESERVADOS EM CONTAS DA INTERNET, COM CONGELAMENTO E PERDA DE DISPONIBILIDADE, POR REQUERIMENTO DO MP, SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL PRÉVIA DE QUEBRA DE SIGILO E FORA DAS HIPÓTESES LEGAIS..... 1374
- 3.30. EXTRAÇÃO, SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO JUDICIAL, DE DADOS E DE CONVERSAS REGISTRADAS NO WHATSAPP 1378
- 3.31. É POSSÍVEL A UTILIZAÇÃO DE AÇÕES ENCOBERTAS, CONTROLADAS VIRTUAIS OU DE AGENTES INFILTRADOS NO PLANO CIBERNÉTICO, INCLUINDO ESPELHAMENTO DO WHATSAPP WEB, DESDE QUE A AÇÃO CONTROLADA TENHA AUTORIZAÇÃO JUDICIAL 1380
- 3.32. É NULA A QUEBRA DE SIGILO FISCAL QUE NÃO DEMONSTRA O FUMUS COMMISSI DELICTI, MAS, AO CONTRÁRIO, BUSCA COLHER MÍNIMOS ELEMENTOS NECESSÁRIOS À INVESTIGAÇÃO.....1382
- 3.33. SÃO CONSTITUCIONAIS OS ARTS. 13-A E 13-B DO CPP, INSERIDOS PELA LEI 13.344/2016.....1384
- 3.34. É CONSTITUCIONAL O ART. 17-B DA LEI DE LAVAGEM DE CAPITALS, QUE PERMITE QUE DELEGADOS E MEMBROS DO MP ACESSEM OS DADOS CADASTRAIS DE INVESTIGADOS, MESMO SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL; SÃO DADOS DE QUALIFICAÇÃO PESSOAL, FILIAÇÃO E ENDEREÇO.....1384
- 3.35. O ART. 226 DO CPP ESTABELECE FORMALIDADES PARA O RECONHECIMENTO DE PESSOAS (RECONHECIMENTO PESSOAL). O DESCUMPRIMENTO DESSAS FORMALIDADES ENSEJA A NULIDADE DO RECONHECIMENTO1385
- 3.36. SE O SUSPEITO É COLOCADO AO LADO DE OUTRAS DUAS PESSOAS COM CARACTERÍSTICAS FÍSICAS BEM DISTINTAS, ESSE RECONHECIMENTO NÃO DEVE SER CONSIDERADO VÁLIDO POR VIOLAR O ART. 226, II, DO CPP1387
- 3.37. É NULO O RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO REALIZADO ATRAVÉS DA APRESENTAÇÃO INFORMAL DE FOTO VIA APLICATIVO DE MENSAGENS.....1389
- 3.38. APLICA-SE A TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE PROBATÓRIA QUANDO A ACUSAÇÃO, SEM JUSTIFICATIVA, DEIXA DE PRODUZIR PROVA QUE PODERIA CONFIRMAR A TESE DEFENSIVA OU AFASTAR DÚVIDAS SOBRE A VERSÃO ACUSATÓRIA..... 1391
- 3.39. O MAGISTRADO NÃO PODE EXIGIR QUE A DEFESA JUSTIFIQUE A INTIMAÇÃO JUDICIAL DAS TESTEMUNHAS, NEM QUE, SENDO A TESTEMUNHA ABONATÓRIA, O DEPOIMENTO ORAL SEJA SUBSTITUÍDO POR DECLARAÇÃO ESCRITA1392
- 3.40. O DISPOSTO NO ART. 222, § 1º DO CPP APLICA-SE À OITIVA DAS TESTEMUNHAS, NÃO ALCANÇANDO O INTERROGATÓRIO DO RÉU, QUE DEVE SER O ÚLTIMO ATO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL1394
- 3.41. A PALAVRA REQUISITAR, PREVISTA NO ART. 21, § 1º DA LEI 14.344/2022 (LEI HENRY BOREL), DEVE SER COMPREENDIDA COMO SOLICITAR1396
- 3.42. É POSSÍVEL QUE O MINISTÉRIO PÚBLICO REQUEIRA INFORMAÇÕES DO COAF A PARTIR DE MERA NOTÍCIA DE FATO?.....1398
- 3.43. A ABORDAGEM POLICIAL SEM FUNDADA SUSPEITA E COM VIOLÊNCIA, TORTURA OU TRATAMENTO CRUEL, DESUMANO OU DEGRADANTE CONFIGURA VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS E INVALIDA AS PROVAS, QUE DEVEM SER DESENTRANHASADAS DO PROCESSO1400
- 4. TRIBUNAL DO JÚRI1401**
- 4.1. O PRINCÍPIO IN DUBIO PRO SOCIETATE NÃO PODE SER UTILIZADO PARA SUPRIR LACUNAS PROBATÓRIAS.....1401
- 4.2. É NULA A DECISÃO QUE, GENERICAMENTE, INDEFERE O PEDIDO DE APRESENTAÇÃO DO RÉU EM PLENÁRIO DO JÚRI COM ROUPAS CIVIS1403
- 4.3. É POSSÍVEL A ANULAÇÃO DE JULGAMENTO REALIZADO PELO TRIBUNAL DO JÚRI QUANDO O RÉU FICAR SENTADO DE COSTAS PARA OS JURADOS DURANTE A SESSÃO.....1404
- 4.4. A AUSÊNCIA DE FORMULAÇÃO DE QUESITO OBRIGATÓRIO NO TRIBUNAL DO JÚRI ACARRETA NULIDADE ABSOLUTA DO JULGAMENTO, A QUAL NÃO SE SUBMETE AOS EFEITOS DA PRECLUSÃO, MESMO QUE NÃO TENHA SIDO SUSCITADA NA ATA DE JULGAMENTO1405
- 4.5. JUIZ INTIMOU A DEFENSORIA PÚBLICA PARA JÚRI COM 22 HORAS DE ANTECEDÊNCIA; DEFENSOR RECUSOU E PEDIU ADIAMENTO; MAGISTRADO NEGOU E NOMEOU DEFENSOR DATIVO; RÉU FOI CONDENADO; HOUVE

	NULIDADE POR VIOLAÇÃO À PLENITUDE DE DEFESA.....	1406		BASTA QUE FAÇA UMA COTA NA DENÚNCIA INFORMANDO OS MOTIVOS PELOS QUAIS NÃO OFERECU PROPOSTA.....	1428
4.6.	JOÃO FOI DENUNCIADO POR HOMICÍDIO E MARIA POR DENUNCIÇÃO CALUNIOSA; POR SEREM CRIMES CONEXOS, AMBOS TRAMITAVAM NA VARA DO JÚRI; JOÃO FALLECEU; O PROCESSO DE MARIA SERÁ DESMEMBRADO E REMETIDO PARA A VARA CRIMINAL COMUM.....	1408	5.5.	A HABITUALIDADE DELITIVA IMPEDE A CELEBRAÇÃO DO ANPP, NOS TERMOS DO ART. 28-A, §2º, II, DO CPP.....	1429
4.7.	A SUBMISSÃO DO ACUSADO AO TRIBUNAL DO JÚRI, QUANDO OS INDÍCIOS MÍNIMOS DE AUTORIA DELITIVA INQUISITORIAL NÃO SÃO CORROBORADOS POR ELEMENTOS COLHIDOS NA FASE PROCESSUAL, CONFIGURA MANIFESTO EXCESSO ACUSATÓRIO.....	1409	5.6.	A CONTINUIDADE DELITIVA NÃO IMPEDE A CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL.....	1430
4.8.	SE O RÉU FOR CONDENADO PELO TRIBUNAL DO JÚRI, ELE DEVERÁ INICIAR IMEDIATAMENTE A EXECUÇÃO DA PENA IMPOSTA, NÃO IMPORTANDO O TOTAL DA PENA FIXADA.....	1410	5.7.	COMPETE AO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL A ESCOLHA DA INSTITUIÇÃO BENEFICIÁRIA DOS VALORES DA PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA AJUSTADA NO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL.....	1432
4.9.	STJ ACOMPANHA O STF E DECIDE QUE É DEVIDA A IMEDIATA EXECUÇÃO DA CONDENAÇÃO IMPOSTA PELO TRIBUNAL DO JÚRI, INDEPENDENTEMENTE DO TOTAL DA PENA APLICADA.....	1413	5.8.	MESMO QUE O INVESTIGADO NÃO TENHA CONFESSADO NO INQUÉRITO POLICIAL, É POSSÍVEL QUE LHE SEJA PROPOSTO O ANPP.....	1432
4.10.	CASO A ABSOLVIÇÃO TENHA SE BASEADO EM QUESITO GENÉRICO, O TJ PODE DAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA UM NOVO JÚRI; SE FOI PEDIDO ABSOLVIÇÃO POR CLEMÊNCIA E ESTA TESE É COMPATÍVEL COM A CF, O STF E AS PROVAS, O TJ NÃO DETERMINARÁ NOVO JÚRI.....	1413	5.9.	NÃO CABE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL NOS CRIMES RACIAIS O QUE INCLUI AS CONDUTAS RESULTANTES DE ATOS HOMOFÓBICOS.....	1434
4.11.	AINDA QUE A PRONÚNCIA SEJA UMA FASE EM QUE A DECISÃO É TOMADA COM BASE EM UM JUÍZO DE PROBABILIDADE, NÃO SE ADMITE QUE A PRESENÇA DO DOLO, ELEMENTO ESSENCIAL AO JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI, SEJA IMPUTADO POR MERA PRESUNÇÃO.....	1418	5.10.	A CONFISSÃO DO ACUSADO QUANTO À TRAFICÂNCIA EM MOMENTO ANTERIOR, PARA SER BENEFICIADO COM A FORMALIZAÇÃO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL, NÃO IMPEDE O RECONHECIMENTO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO.....	1438
4.12.	NÃO OFENDE O A SOBERANIA DOS VEREDICTOS DO JÚRI, A DECISÃO DO TRIBUNAL DE APELAÇÃO QUE SUBMETE O RÉU A NOVO JULGAMENTO, SOB O ARGUMENTO DE QUE A DECISÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA FOI CONTRÁRIA A PROVA DOS AUTOS.....	1419	5.11.	A RECUSA INJUSTIFICADA OU ILEGALMENTE MOTIVADA DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM OFERECER O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL AUTORIZA À REJEIÇÃO DA DENÚNCIA, POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR PARA O EXERCÍCIO DA AÇÃO PENAL.....	1439
5.	TEMAS DIVERSOS.....	1420	5.12.	O ANPP PODE SER APLICADO EM PROCESSOS INICIADOS ANTES DE SUA CRIAÇÃO PELO PACOTE ANTICRIME (LEI 13.964/2019), NOS CASOS EM QUE AINDA NÃO HOUVER CONDENAÇÃO DEFINITIVA E MESMO QUE O RÉU NÃO TENHA CONFESSADO ATÉ AQUELE MOMENTO.....	1441
5.1.	A DECISÃO JUDICIAL QUE DETERMINA O ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO FAZ COISA JULGADA MATERIAL?.....	1420	5.13.	O ANPP PODE SER APLICADO PARA CRIMES OCORRIDOS ANTES DA LEI 13.964/2019, MESMO NOS PROCESSOS EM QUE JÁ PROFERIDA SENTENÇA CONDENATÓRIA, DESDE QUE AINDA NÃO TENHA HAVIDO O TRÂNSITO EM JULGADO.....	1446
5.2.	NÃO HÁ ILEGALIDADE NA ADOÇÃO DO SISTEMA PRESIDENCIALISTA DE INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHAS PELA JUSTIÇA MILITAR.....	1421	5.14.	SÚMULA 667 DO STJ.....	1447
5.3.	STF REITEROU QUE O MINISTÉRIO PÚBLICO PODE REALIZAR INVESTIGAÇÕES DE NATUREZA PENAL, NO ENTANTO, DEFINIU NOVOS PARÂMETROS E EXIGÊNCIAS.....	1423	5.15.	NÃO CABE A UTILIZAÇÃO DE ÔBICE PREVISTO PARA O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL PARA NEGAR O OFERECIMENTO DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO.....	1449
5.4.	SE O MEMBRO DO MP CONCLUIR QUE NÃO CABE ANPP, NÃO É OBRIGADO A NOTIFICAR EXTRAJUDICIALMENTE O INVESTIGADO;		5.16.	AS MEDIDAS DESPENALIZADORAS PREVISTAS NA LEI DOS JUÍZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS (INCLUINDO A SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO) NÃO SE APLICAM À JUSTIÇA MILITAR....	1450
			5.17.	MAGISTRADO QUE APENAS RECEBEU A DENÚNCIA PODE, NO FUTURO, JULGAR, COMO	

- DESEMBARGADOR, A APELAÇÃO INTERPOSTA PELO RÉU CONTRA A SENTENÇA CONDENATÓRIA..... 1451
518. A INTENÇÃO NORMATIVA DO ART. 252, III, DO CPP IMPEDE QUE O MESMO JULGADOR, SEJA EM RAZÃO DO DESLOCAMENTO DO PRÓPRIO MAGISTRADO OU DA AÇÃO PENAL, PROLATE UMA DECISÃO E, POSTERIORMENTE, EM SEDE RECURSAL, A REEXAMINE 1452
519. A INTIMAÇÃO POR APLICATIVO DE MENSAGENS VIOLA A PRERROGATIVA DA DEFENSORIA PÚBLICA DE INTIMAÇÃO PESSOAL, UMA VEZ QUE IMPOSSIBILITA A ANÁLISE DOS AUTOS E O CONTROLE DOS PRAZOS PROCESSUAIS 1454
520. A INTIMAÇÃO DEVE SER REALIZADA EM NOME DE TODOS OS ADVOGADOS INDICADOS PELA PARTE, CONFORME REQUERIMENTO EXPRESSO, SOB PENA DE NULIDADE PROCESSUAL 1455
521. É INDEVIDA A REVELIA SE O MAGISTRADO OPTOU POR INTIMAR APENAS O ADVOGADO CONSTITUÍDO PARA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, SEM BUSCAR O ACUSADO PARA SUA INTIMAÇÃO PESSOAL, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL..... 1456
522. NÃO É NECESSÁRIA INSTRUÇÃO ESPECÍFICA PARA FIXAR O VALOR MÍNIMO DE REPARAÇÃO DOS DANOS (ART. 387, IV, DO CPP) EM CASOS DE DANO MORAL PRESUMIDO (IN RE IPSA); PORÉM, É INDISPENSÁVEL QUE A ACUSAÇÃO INDIQUE QUAL É O VALOR PRETENDIDO 1457
523. NÃO É POSSÍVEL FIXAR, NA ESFERA PENAL, INDENIZAÇÃO MÍNIMA A TÍTULO DE DANOS MORAIS, SEM QUE TENHA HAVIDO A EFETIVA COMPROVAÇÃO DO ABALO À HONRA OBJETIVA DA PESSOA JURÍDICA 1461
524. PARA QUE SE POSSA IMPUTAR RESPONSABILIDADE PENAL É NECESSÁRIO QUE O MP DEMONSTRE A CRIAÇÃO, PELO AGENTE, DE UMA SITUAÇÃO DE RISCO NÃO PERMITIDO 1462
525. SE NÃO HOUVER COAUTORIA OU PARTICIPAÇÃO EM CRIMES CONTRA A HONRA, MAS DELITOS AUTÔNOMOS EM CONTEXTOS DISTINTOS, A FALTA DE QUEIXA-CRIME CONTRA TODOS OS OFENSORES NÃO VIOLA O PRINCÍPIO DA INDIVISIBILIDADE DA AÇÃO PENAL PRIVADA 1464
526. AINDA QUE OCORRAM DILIGÊNCIAS POLICIAIS EM COMUM, TRATANDO-SE DE FATOS DISTINTOS VEICULADOS EM AÇÕES PENAIS DIVERSAS, NÃO HÁ SE FALAR EM LITISPENDÊNCIA 1466
527. É POSSÍVEL CONCEDER AO COLABORADOR PREMIADO BENEFÍCIOS NÃO PREVISTOS NA LEI 12.850/2013..... 1467
528. AINDA QUE O ADVOGADO SEJA INVESTIGADO, É INADMISSÍVEL O ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA FIRMADO COM VIOLAÇÃO DO SIGILO PROFISSIONAL 1471
529. O RÉU DELATADO TEM LEGITIMIDADE PARA QUESTIONAR A VALIDADE DO ACORDO DE COLABORAÇÃO DO DELATOR; LOGO, ELE PODE TER ACESSO ÀS TRATATIVAS E À AUDIÊNCIA DE HOMOLOGAÇÃO 1473
530. O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO DO ART. 387, V, DO CPP DEVE CONSTAR NA DENÚNCIA; SE AUSENTE, NÃO PODE SER DEFERIDO, AINDA QUE SOLICITADO PELA ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO NO REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO 1475
531. NÃO É ADEQUADA A DECISÃO QUE IMPEDE A HABILITAÇÃO DO OFENDIDO EM MANDADO DE SEGURANÇA, CUJO PROPÓSITO AFETA SEUS INTERESSES, SENDO IMPERATIVA A FORMAÇÃO DO LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO..... 1476
- 6. NULIDADES..... 1477**
- 6.1. RÉU NÃO FOI CITADO PESSOALMENTE POR ESTAR FORAGIDO; NO ENTANTO, DURANTE TODA A INSTRUÇÃO ELE FOI ASSISTIDO POR ADVOGADO CONSTITUÍDO; NESTE CASO, NÃO HÁ NULIDADE 1477
- 6.2. DURANTE A APURAÇÃO E O JULGAMENTO DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL É PROIBIDA A REALIZAÇÃO DE MENÇÕES, QUESTIONAMENTOS OU DE ARGUMENTAÇÃO SOBRE A VIDA SEXUAL PREGRESSA DA VÍTIMA E SEU MODO DE VIDA 1479
- 6.3. A REALIZAÇÃO DO JULGAMENTO DE FORMA VIRTUAL, MESMO COM A OPOSIÇÃO EXPRESSA DA PARTE, NÃO É, POR SI SÓ, CAUSA DE NULIDADE OU DE CERCEAMENTO DE DEFESA 1480
- 6.4. MESMO QUE O PROCESSO ESTEJA TRAMITANDO EM SIGILO E QUE O NÍVEL DE SIGILO SEJA ELEVADO, NÃO SE PODE OCULTAR O NOME DO ADVOGADO DA PARTE NA INTIMAÇÃO 1482
- 7. RECURSOS..... 1482**
- 7.1. O DIA DO ADVOGADO (11 DE AGOSTO) É CONSIDERADO FERIADO LOCAL PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DA TEMPESTIVIDADE RECURSAL.... 1482
- 7.2. JUIZ PODERIA TER REDUZIDO A PENA EM ATÉ 2/3, MAS OPTOU POR REDUZIR NO MÍNIMO (1/3); RÉU RECORRE ALEGANDO FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO; TJ PODE MANTER 1/3 COM NOVOS ARGUMENTOS 1484
- 7.3. O PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NÃO INTERROMPE NEM SUSPENDE O PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO CABÍVEL 1485
- 7.4. A ALTERAÇÃO DO JULGAMENTO POR MEIO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, SEM A PRESENÇA DE VÍCIOS INTEGRATIVOS, CARACTERIZA USO INADEQUADO DO RECURSO 1485
- 7.5. A AUSÊNCIA DE JUNTADA DA CERTIDÃO DE JULGAMENTO NO MOMENTO DA INTERPOSIÇÃO DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA CONSTITUI VÍCIO INSANÁVEL 1486

7.6.	EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NÃO É SUFICIENTE A SIMPLES MENÇÃO AO DIÁRIO DA JUSTIÇA EM QUE O ACÓRDÃO PARADIGMA TERIA SIDO PUBLICADO.....	1488	9.3.	A REALIZAÇÃO DO EXAME CRIMINOLÓGICO PARA A PROGRESSÃO DE REGIME, NAS CONDUTAS ANTERIORES À EDIÇÃO DA LEI 14.843/2024, EXIGE DECISÃO MOTIVADA, NOS TERMOS DA SÚMULA 439/STJ.....	1508
7.7.	O SOBRESTAMENTO DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS NOS TRIBUNAIS DE ORIGEM PARA AGUARDAR A FIXAÇÃO DA TESE DE REPERCUSSÃO GERAL (ART. 1.030, III, DO CPC) NÃO SUSPENDE, DE MODO AUTOMÁTICO, O PRAZO DA PRESCRIÇÃO PENAL.....	1489	9.4.	A PROGRESSÃO DO REINCIDENTE NÃO ESPECÍFICO EM CRIME HEDIONDO OU EQUIPARADO COM RESULTADO MORTE DEVE SEGUIR O ART. 112, VI, A, DA LEP; A VEDAÇÃO DE LIVRAMENTO CONDICIONAL ATINGE APENAS O PERÍODO PREVISTO PARA A PROGRESSÃO.....	1508
7.8.	O PRAZO PARA A INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO REGIMENTAL EM MATÉRIA PENAL É DE 5 DIAS CORRIDOS.....	1492	9.5.	COM AS ALTERAÇÕES FEITAS PELA LEI 13.964/2019, A REINCIDÊNCIA ATINGIRÁ APENAS DELITOS DA MESMA NATUREZA, DIFERENCIANDO-SE ENTRE DELITOS COMUNS (COM OU SEM VIOLÊNCIA) E HEDIONDOS OU EQUIPARADO (COM OU SEM RESULTADO MORTE).....	1511
7.9.	O PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE NO PROCESSO PENAL PODE SER APLICADO QUANDO AUSENTE A MÁ-FÉ E PRESENTE O PREENCHIMENTO DOS PRESSUPOSTOS DO RECURSO CABÍVEL.....	1494	9.6.	O TEMPO DO RECOLHIMENTO DOMICILIAR NOTURNO DEVE SER CONSIDERADO PARA FINS DE PROGRESSÃO DE REGIME.....	1512
8. HABEAS CORPUS, REVISÃO CRIMINAL E RECLAMAÇÃO..... 1496			9.7.	A DECISÃO QUE CONCEDE PROGRESSÃO É DECLARATÓRIA; A DATA-BASE PARA A CONCESSÃO DA PROGRESSÃO SUBSEQUENTE É DATA EM QUE O ÚLTIMO REQUISITO É CUMPRIDO, SEJA ELE OBJETIVO OU SUBJETIVO.....	1513
8.1.	É INADMISSÍVEL A IMPETRAÇÃO DE HABEAS CORPUS NO STJ PARA IMPUGNAR DECISÃO MONOCRÁTICA DO DESEMBARGADOR DO TRF QUE DEFERIU A INTERVENÇÃO DE TERCEIROS EM HABEAS CORPUS QUE HAVIA SIDO IMPETRADO PELA DEFESA NO TRF.....	1496	9.8.	O SIMPLES FATO DE NÃO TER SIDO DE NÃO TER SIDO CONCEDIDO O BENEFÍCIO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO NÃO É SUFICIENTE PARA SE NEGAR A PROGRESSÃO DE REGIME ESPECIAL DO INCISO V DO § 3º DO ART. 112 DA LEP.....	1515
8.2.	ADMITE-SE A INTERVENÇÃO DE TERCEIROS NO PROCESSO DE HABEAS CORPUS?.....	1496	9.9.	PARA APLICAÇÃO DO INDULTO PREVISTO NO DECRETO 11.302/2022, OS CRIMES COMETIDOS EM CONTEXTOS DIVERSOS, FORA DAS HIPÓTESES DE CONCURSO, MATERIAL OU FORMAL, NÃO SE EXIGE O CUMPRIMENTO INTEGRAL DA PENA PELOS CRIMES IMPEDITIVOS.....	1517
8.3.	HÁ INCOERÊNCIA PROCESSUAL, CORRIGÍVEL POR REVISÃO CRIMINAL, QUANDO RÉU COM FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO É CONDENADO E OS DEMAIS RÉUS, SEM ESSA PRERROGATIVA, SÃO ABSOLVIDOS PELOS MESMOS CRIMES.....	1498	9.10.	PARA FINS DE EXAME DE PEDIDO DE INDULTO COM FUNDAMENTO NO DECRETO 11.302/2022, A DISCUSSÃO SOBRE EVENTUAL DIFERENCIAÇÃO ENTRE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E FACÇÃO CRIMINOSA NÃO TEM RELEVÂNCIA.....	1518
8.4.	EM DELITOS SEXUAIS, A RETRATAÇÃO DA VÍTIMA AUTORIZA A REVISÃO CRIMINAL PARA ABSOLVIÇÃO DO RÉU, QUANDO O CONJUNTO PROBATÓRIO SE LIMITA À SUA DECLARAÇÃO E A TESTEMUNHOS, SEM OUTRAS PROVAS MATERIAIS.....	1499	9.11.	OS CRIMES IMPEDITIVOS DO BENEFÍCIO DO INDULTO, FUNDAMENTADO NO DECRETO 11.302/2022, DEVEM SER TANTO OS PRATICADOS EM CONCURSO, COMO OS REMANESCENTES EM RAZÃO DA UNIFICAÇÃO DE PENAS.....	1519
8.5.	A FALSIDADE DA IDENTIFICAÇÃO CIVIL DO RÉU NÃO É APTA A INVALIDAR O PROCESSO, NEM PERMITE O MANEJO DE REVISÃO CRIMINAL POR TERCEIRO QUE TEVE O NOME INDEVIDAMENTE UTILIZADO.....	1502	9.12.	NÃO É POSSÍVEL CONCEDER INDULTO PARA CONDENADOS À PENA RESTRITIVA DE DIREITOS (ART. 8º, I, DO DEC. Nº 11.302/2022), MESMO QUE A PENA RESTRITIVA TENHA SIDO RECONVERTIDA EM PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE NO CURSO DA EXECUÇÃO PENAL.....	1521
9. EXECUÇÃO PENAL.....1503			9.13.	O INDULTO NATALINO, PREVISTO NO ART. 5º DO DECRETO 11.302/2022, SOMENTE PODE SER	
9.1.	É POSSÍVEL FIXAR CONDIÇÃO ESPECIAL AO REGIME ABERTO DE SUBMISSÃO DO CONDENADO À FREQUÊNCIA DE TRATAMENTO ANTIDROGADIÇÃO.....	1503			
9.2.	O RESULTADO DESFAVORÁVEL DE EXAME CRIMINOLÓGICO JUSTIFICA A NEGATIVA DE PROGRESSÃO DE REGIME POR FALTA DE REQUISITO SUBJETIVO.....	1505			

- CONCEDIDO ÀS PESSOAS CONDENADAS ATÉ A PUBLICAÇÃO DO REFERIDO ATO NORMATIVO..... 1522
- 9.14. NÃO CABE A CONCESSÃO DE INDULTO AO CONDENADO POR CRIMES PATRIMONIAIS QUE, NOS TERMOS DO ART. 29, XV, DO DECRETO PRESIDENCIAL 11.846/2023, DEIXA DE REPARAR O DANO OU NÃO COMPROVA A IMPOSSIBILIDADE ECONÔMICA DE FAZÊ-LO 1522
- 9.15. O JUIZ FEDERAL NÃO REALIZA JUÍZO DE VALOR SOBRE AS RAZÕES DE FATO INVOCADAS PELO JUÍZO QUE SOLICITA A INCLUSÃO OU PERMANÊNCIA DO PRESO NO PRESÍDIO FEDERAL; O JUIZ FEDERAL EXAMINA APENAS A REGULARIDADE FORMAL DO PEDIDO..... 1523
- 9.16. É DEVER DO JUDICIÁRIO PERGUNTAR À PESSOA AUTODECLARADA TRANSEXUAL SUA PREFERÊNCIA PELA CUSTÓDIA EM UNIDADE FEMININA, MASCULINA OU ESPECÍFICA, SE HOUVER, E, NA UNIDADE ESCOLHIDA, PELO CONVÍVIO GERAL OU EM ALAS ESPECÍFICAS..... 1527
- 9.17. SE O PRESO FEZ UM CURSO À DISTÂNCIA, ELE SOMENTE TERÁ DIREITO À REMIÇÃO SE A INSTITUIÇÃO DE ENSINO QUE MINISTROU O RECURSO FOR CREDENCIADA JUNTO AO SISTEC DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 1528
- 9.18. É CABÍVEL A REMIÇÃO PENAL POR APROVAÇÃO NO ENEM AO REEDUCANDO QUE JÁ HAVIA CONCLUÍDO O ENSINO SUPERIOR ANTES DE INGRESSAR NO SISTEMA PRISIONAL?1530
- 9.19. O CÁLCULO DE REMIÇÃO DA PENA POR TRABALHO INTERNO DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO EM HORÁRIO ESPECIAL INFERIOR A 6 HORAS DIÁRIAS DEVE CONSIDERAR OS DIAS EFETIVAMENTE TRABALHADOS 1531
- 9.20. DEVIDAMENTE COMPROVADO O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE LABORAL AUTÔNOMA PELO APENADO, É ILEGÍTIMO AFASTAR A REMIÇÃO QUANDO NÃO HÁ COMPROVAÇÃO DE SUPERVISÃO DA ATIVIDADE E DO CUMPRIMENTO DA JORNADA MÍNIMA DE 6 HORAS DIÁRIAS 1532
- 9.21. O INADIMPLETO DA PENA DE MULTA IMPEDE A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE MESMO QUE JÁ TENHA SIDO CUMPRIDA A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE OU A PENA RESTRITIVA DE DIREITOS? 1533
- 9.22. O ADIMPLETO DA PENA DE MULTA É CONDIÇÃO PARA O RECONHECIMENTO DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE?..... 1534
- 9.23. É POSSÍVEL A PENHORA DE ATÉ 1/4 DO PÉCÚLIO OBTIDO PELO CONDENADO PARA SALDAR A PENA DE MULTA DETERMINADA EM SENTENÇA CONDENATÓRIA.....1538
- 9.24. É PERMITIDO AO APENADO SACAR PARTE DO PÉCÚLIO PARA DESPESAS PESSOAIS ESSENCIAIS, COMO ITENS DE HIGIENE, DESDE QUE NÃO HAJA OUTROS DESCONTOS
- PENDENTES E O PRESÍDIO NÃO FORNEÇA REGULARMENTE ESSES PRODUTOS 1540
- 9.25. A RESOLUÇÃO DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS DE 22/11/2018, QUE DETERMINA O CÔMPUTO DA PENA EM DOBRO, DEVE SER APLICADA A TODO O PERÍODO CUMPRIDO PELO CONDENADO NO INSTITUTO PENAL PLÁCIDO DE SÁ CARVALHO (IPPSC)..... 1541
- 9.26. NÃO CABE AO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL ESTABELECEER CONDIÇÕES NÃO PREVISTAS NO ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA..... 1547
- 9.27. O FORNECIMENTO DE PERFIL GENÉTICO, NOS TERMOS DO ART. 9º-A DA LEP, NÃO CONSTITUI VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO À AUTOINCRIMINAÇÃO, CONFIGURANDO FALTA GRAVE A RECUSA.....1548
- 9.28. A UTILIZAÇÃO DE APARELHO CELULAR DURANTE O TRABALHO EXTERNO, SEM EXPRESSA VEDAÇÃO JUDICIAL, CONFIGURA FALTA GRAVE?1550
- 9.29. DECRETO ESTADUAL NÃO PODE ESTIPULAR PRAZOS PRESCRICIONAIS PARA A PUNIÇÃO DE CONDENADOS QUE PRATICAREM FALTA DISCIPLINAR; ESSA É UMA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO 1551
- 9.30. A LEI 14.843/2024 RESTRINGIU A SAÍDA TEMPORÁRIA; ESSA MUDANÇA NÃO PODE SER APLICADA PARA CRIMES PRATICADOS ANTES DA SUA VIGÊNCIA (11/04/2024)..... 1553
- 9.31. COMPETE AO JUIZ DA SENTENÇA OU AO INDICADO NA LEI LOCAL A EXECUÇÃO PENAL DE CONDENAÇÃO ORIUNDA DA JUSTIÇA ESTADUAL AO CUMPRIMENTO DE PENA EM REGIME SEMIABERTO, AINDA QUE O APENADO TENHA MUDADO DE DOMICÍLIO 1553

DIREITO TRIBUTÁRIO 1555

1. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA..... 1555

2. TEMAS DIVERSOS 1556

- 2.1. É CONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE INSTITUI TAXA PARA O EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA NA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERÁRIOS, DESDE QUE O VALOR COBRADO SEJA PROPORCIONAL AO CUSTO ESTATAL1556
- 2.2. MUNICÍPIO NÃO PODE INSTITUIR TAXA PARA (I) A EMISSÃO DE GUIAS PARA A COBRANÇA DE IPTU E PARA (II) A PREVENÇÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIO1558
- 2.3. É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE EXIJA DAS EMPRESAS, EM OPERAÇÕES DE SAÍDA DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL, MINERAL OU ANIMAL, O PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO

SOBRE O VALOR DA OPERAÇÃO INDICADO NO DOCUMENTO FISCAL	1562	SÓ É POSSÍVEL CASO EIVADO DE MANIFESTA ILEGALIDADE, CONTRÁRIO A SEDIMENTADOS PRECEDENTES JURISDICIONAIS OU INCORRIDO EM DESVIO OU ABUSO DE PODER	1586
24. SÚMULA 666 DO STJ	1565	216. O MANDADO DE SEGURANÇA NÃO PERMITE A RESTITUIÇÃO ADMINISTRATIVA EM DINHEIRO OU VIA PRECATÓRIOS/RPV, MANTENDO-SE AS RESTRIÇÕES ESTABELECIDAS PELAS SÚMULAS 269 E 271 DO STF, MESMO APÓS O JULGAMENTO DO TEMA 1.262 PELO STF.....	1589
25. AS DECISÕES PROFERIDAS PELO CARF NÃO PODEM SER ENQUADRADAS COMO PRÁTICAS REITERADAMENTE OBSERVADAS E ACEITAS PELAS AUTORIDADES ADMINISTRATIVAS, PREVISTAS NO ART. 100, III, DO CTN.....	1566	217. É PRERROGATIVA DO PODER EXECUTIVO REDUZIR LIVREMENTE O PERCENTUAL DO REINTREGA	1592
26. É INCONSTITUCIONAL DECISÃO NORMATIVA DO TCU QUE ALTERA OS COEFICIENTES USADOS NO CÁLCULO DAS COTAS DO FPM EM DESACORDO COM A LC 165/2019	1568	218. AS MULTAS APLICADAS EM CASOS DE SONEGAÇÃO, FRAUDE OU CONLUÍO DEVEM SE LIMITAR A 100% DA DÍVIDA TRIBUTÁRIA, SENDO POSSÍVEL QUE O VALOR CHEGUE A 150% DA DÍVIDA EM CASO DE REINCIDÊNCIA.....	1594
27. É CONSTITUCIONAL LEI QUE EXCLUIU DA ISENÇÃO DO II E DO IPI NAS OPERAÇÕES COM PETRÓLEO E DERIVADOS POR EMPRESAS DA ZONA FRANCA DE MANAUS	1572	219. PRESIDENTE DE SOCIEDADE POR AÇÕES DE CAPITAL FECHADO, NA QUAL SUBSIDIÁRIA DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA FEDERAL COM PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA RELEVANTE, NÃO MAJORITÁRIA, NÃO EXERCE FUNÇÃO PÚBLICA DE DIREÇÃO DO ART. 11 DA LEI 13.254/2016	1598
28. O PEDIDO DE HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS APRESENTADO AO FISCO ACARRETA A SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL PARA O PLEITO COMPENSATÓRIO.....	1575	220. A LEI 14.184/2021, QUE ALTEROU O MARCO REGULATÓRIO DAS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO (ZPES), É CONSTITUCIONAL.....	1600
29. O VALOR PAGO A TÍTULO DE GORJETAS, ANTE A SUA NATUREZA SALARIAL, NÃO PODE INTEGRAR O CONCEITO DE FATURAMENTO, RECEITA BRUTA OU LUCRO PARA FINS DE APURAÇÃO TRIBUTÁRIA	1577	221. A AÇÃO CONSIGNATÓRIA PREVISTA NO ART. 164, III, DO CTN EXIGE A EFETIVA COBRANÇA, ADMINISTRATIVA OU JUDICIAL, DO MESMO TRIBUTO POR MAIS DE UM ENTE PÚBLICO, DEMONSTRADA NA PETIÇÃO INICIAL	1604
210. AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL ESTÃO ISENTAS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINematográfica NACIONAL (CONDECINE).....	1578	3. IMPOSTO DE RENDA..... 1605	
211. NO PROCEDIMENTO DE REVISÃO DO LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO, A REQUANTIFICAÇÃO MONETÁRIA DA BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO PARA ADEQUAÇÃO AO VALOR EFETIVAMENTE DEVIDO PELO CONTRIBUINTE CONFIGURA-SE ERRO DE FATO (ART. 149, VIII DO CTN)	1579	3.1. SE EMPRESA BRASILEIRA CONTRATA SERVIÇOS TÉCNICOS SEM TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA DE EMPRESAS SITUADAS EM PAÍSES COMO ARGENTINA, CHILE, ÁFRICA DO SUL E PERU, DEVERÁ RETER O IMPOSTO DE RENDA AO FAZER A REMESSA DO PAGAMENTO.....	1605
212. O TERMO INICIAL DO PRAZO DECADENCIAL PARA QUE O FISCO PROCEDA A NOVO LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO, CONSTATADO EQUÍVOCO FORMAL NO PRIMEIRO LANÇAMENTO, É A DATA EM QUE SE TORNAR DEFINITIVA A DECISÃO QUE ANULOU O PRIMEIRO LANÇAMENTO	1581	3.2. O PORTADOR DE ALZHEIMER POSSUI DIREITO À ISENÇÃO DO IRPF QUANDO A DOENÇA RESULTAR EM ALIENAÇÃO MENTAL	1607
213. EM REGRA, O ESTABELECIMENTO DE VALOR MÁXIMO PARA FORMALIZAÇÃO E ADESÃO AO PARCELAMENTO SIMPLIFICADO PODE SER FEITO POR ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS, SEJA DA RECEITA FEDERAL OU DA PGFN, SEM OFENSA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	1582	3.3. A ALTERAÇÃO DA GRAVIDADE DA DOENÇA NÃO AFASTA O DIREITO À ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE PROVENTOS DE APOSENTADORIA	1607
214. STF DETERMINOU A REINCLUSÃO NO REFIS DE CONTRIBUINTES EXCLUÍDOS DO PROGRAMA POR RECOLHEREM VALORES CONSIDERADOS INSUFICIENTES PARA AMORTIZAR A DÍVIDA (SITUAÇÃO QUE FICOU CONHECIDA COMO 'PARCELAS ÍNFIMAS OU IMPAGÁVEIS').....	1584	3.4. O § 1º DO ART. 7º DA IN SRF 213/2002 É ILEGAL, POIS TRIBUTA O RESULTADO POSITIVO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL DE EMPRESAS CONTROLADAS OU COLIGADAS NO EXTERIOR ALÉM DOS LUCROS EFETIVAMENTE REALIZADOS, CONTRARIANDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE.....	1608
215. A INVALIDAÇÃO, PELO JUDICIÁRIO, DE ATO DO CARF LESIVO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO,		3.5. NÃO INCIDE IMPOSTO DE RENDA SOBRE OS RENDIMENTOS RECEBIDOS A TÍTULO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA.....	1609

3.6.	INCIDE IRRF NA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO POR SUCESSÃO CAUSA MORTIS?.....	1610
3.7.	NO STOCK OPTION PLAN, DE NATUREZA MERCANTIL, NÃO HÁ INCIDÊNCIA DE IRPF NO MOMENTO DA AQUISIÇÃO DE AÇÕES, POIS NÃO HÁ ACRÉSCIMO PATRIMONIAL; INCIDIRÁ IRPF SOBRE EVENTUAL GANHO DE CAPITAL QUANDO O ADQUIRENTE REVENDER ESSAS AÇÕES.....	1611
3.8.	É POSSÍVEL A APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO RETIFICADORA DO IMPOSTO DE RENDA DURANTE O PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO, PORQUANTO AINDA NÃO HOUEVE O LANÇAMENTO DO TRIBUTO DEVIDO.....	1614
3.9.	É POSSÍVEL A TRIBUTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS OU DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRESTADOS NO EXTERIOR PELO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE NO BRASIL.....	1615
3.10.	É INCONSTITUCIONAL A INCIDÊNCIA DA ALÍQUOTA DE VINTE E CINCO POR CENTO DO IMPOSTO DE RENDA NA FONTE SOBRE PENSÕES E APOSENTADORIAS RECEBIDAS POR BRASILEIROS QUE RESIDEM NO EXTERIOR (ART. 7º DA LEI 9.779/99).....	1616
3.11.	O ART. 9º, DA LEI 9.429/95, NÃO IMPÕE LIMITAÇÃO TEMPORAL PARA A DEDUÇÃO DE JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO (JCP) REFERENTES A EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	1617
3.12.	O MONTANTE, ANTES UTILIZADO PARA AS DEDUÇÕES DE IRPJ E CSLL E, POSTERIORMENTE, OBJETO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO, COMPÕE AS BASES DE CÁLCULO DESSES TRIBUTOS, POR CONSTITUIR ACRÉSCIMO PATRIMONIAL.....	1619
3.13.	CRÉDITO PRESUMIDO DE ICMS NÃO INTEGRA A BASE DE CÁLCULO DO IRPJ E DA CSLL.....	1620
3.14.	O ICMS COMPÕE A BASE DE CÁLCULO DO IRPJ E DA CSLL, QUANDO APURADOS NA SISTEMÁTICA DO LUCRO PRESUMIDO.....	1621
3.15.	O ISS COMPÕE A BASE DE CÁLCULO DO IRPJ E DA CSLL QUANDO APURADOS PELA SISTEMÁTICA DO LUCRO PRESUMIDO.....	1623
3.16.	AS DESPESAS COM ÁGIO INTERNO PODEM SER DEDUZIDAS DA BASE DE CÁLCULO DO IRPJ E CSLL QUANDO RELACIONADAS A OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS ANTERIORES À LEI 12.973/2014?.....	1624

4. IPI, IOF, ITR E OUTROS IMPOSTOS FEDERAIS.....1628

4.1.	AS MERCADORIAS ORIGINÁRIAS DEVEM SER EXPEDIDAS DIRETAMENTE DO PAÍS EXPORTADOR PARA O IMPORTADOR PARA TER DIREITO AO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO PREFERENCIAL DO ART. 4º DA RESOLUÇÃO 78/1987 DA ALADI.....	1628
4.2.	É CONSTITUCIONAL O INCISO II DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 32 DO	

4.3.	DECRETO-LEI 37/1966 QUE ESTABELECE A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA, PELO PAGAMENTO DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO, DO REPRESENTANTE, NO BRASIL, DE TRANSPORTADOR ESTRANGEIRO.....	1631
4.3.	SÚMULA 671 DO STJ - NÃO DEVE HAVER PAGAMENTO DE IPI SE A MERCADORIA FOI FURTADA OU ROUBADA APÓS A SUA SAÍDA DO FABRICANTE E ANTES DA ENTREGA AO ADQUIRENTE.....	1633

5. ICMS E OUTROS IMPOSTOS ESTADUAIS .. 1634

5.1.	A TUST E/OU A TUSD INTEGRAM A BASE DE CÁLCULO DO ICMS.....	1634
5.2.	É CONSTITUCIONAL A LEI QUE PREVÊ A INCIDÊNCIA DO ICMS SOBRE O TRANSPORTE MARÍTIMO INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL.....	1637
5.3.	OS ADICIONAIS DE ICMS INSTITUÍDOS PELOS ESTADOS E PELO DISTRITO FEDERAL PARA FINANCIAR OS FUNDOS DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA FORAM VALIDADOS PELA EC 42/2003.....	1638
5.4.	O REGIME DE ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO DO ICMS NÃO CONSTITUI BENEFÍCIO FISCAL PRÓPRIO CAPAZ DE ATRAIR A EXIGÊNCIA DE SUA REGULAMENTAÇÃO POR LEI COMPLEMENTAR.....	1639
5.5.	O CONTRIBUINTE NÃO PRECISA COMPROVAR QUE ASSUMIU O ENCARGO FINANCEIRO PARA PEDIR A RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS A MAIS A TÍTULO DE ICMS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA PARA FRENTE.....	1640
5.6.	É CONSTITUCIONAL A CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE ICMS NA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DESDE QUE HAJA EXPRESSA AUTORIZAÇÃO EM CONVÊNIO DO CONFAZ, AINDA QUE NOVA LEI ALTERE POSTERIORMENTE A LEI ESTADUAL ORIGINÁRIA.....	1643
5.7.	SÃO CONSTITUCIONAIS AS REGRAS DO CONFAZ QUE OBRIGAM AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS A FORNECER INFORMAÇÕES SOBRE PAGAMENTOS E TRANSFERÊNCIAS FEITOS POR CLIENTES EM OPERAÇÕES ELETRÔNICAS COM RECOLHIMENTO DO ICMS.....	1645
5.8.	SÃO CONSTITUCIONAIS OS DISPOSITIVOS DA LC 123/2006 QUE OBRIGAM O RECOLHIMENTO DA DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS DO ICMS-ST PELAS EMPRESAS OPATANTES PELO SIMPLES NACIONAL QUE REALIZEM OPERAÇÕES INTERESTADUAIS.....	1647
5.9.	O DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS DO ICMS (DIFAL) NÃO INTEGRA AS BASES DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS E DA COFINS.....	1649
5.10.	ESTADOS DEVEM REPASSAR PARCELA DO ICMS AOS MUNICÍPIOS MESMO QUANDO HOUEVER ENTRADA INDIRETA DE RECEITA.....	1653
5.11.	É CONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE PERMITE A COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DE ICMS COM PRECATÓRIOS	

ESTADUAIS DE AÇÕES ATÉ 31/12/1999, DESDE QUE SEJAM REPASSADOS 25% AOS MUNICÍPIOS, CONFORME O ART. 158, IV, "A", DA CF/88.....	1655	7.1. OS CRÉDITOS PRESUMIDOS DE IPI NÃO INTEGRAM A BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS, SOB A SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO CUMULATIVA, PORQUE CRÉDITOS PRESUMIDOS DE IPI NÃO SÃO FATURAMENTO.....	1675
512. ALTERANDO-SE PRÁTICA REITERADA DO FISCO DE NÃO COBRAR DETERMINADO TRIBUTO, SÓ PODERÁ SER COBRADO A PARTIR DO FATO GERADOR POSTERIOR À MODIFICAÇÃO DA ORIENTAÇÃO ADMINISTRATIVA, DEVIDO AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE	1659	7.2. A INCONSTITUCIONALIDADE DO CAPUT DO ART. 31 DA LEI 10.865/2004 NÃO É EXTENSÍVEL AO § 2º DO MESMO ARTIGO	1676
513. É PERMITIDO O APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS DE ICMS NA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS USADOS NA PRODUÇÃO DE FLUIDO DE PERFURAÇÃO, DESDE QUE SEJAM ESSENCIAIS À ATIVIDADE DA EMPRESA, MESMO QUE CONSUMIDOS GRADUALMENTE.....	1660	7.3. O STF MANTEVE QUE UMA DECISÃO DEFINITIVA SOBRE TRIBUTOS RECOLHIDOS DE FORMA CONTINUADA PERDE SEUS EFEITOS QUANDO A CORTE SE PRONUNCIAR EM SENTIDO CONTRÁRIO, SEM MODULAÇÃO DOS EFEITOS DO TEMA 881.....	1678
6. IMPOSTOS MUNICIPAIS1662		7.4. AS CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS AO SISTEMA S (SESC, SENAI, SESI E SENAC) NÃO ESTÃO SUBMETIDAS AO TETO DE VINTE SALÁRIOS	1679
6.1. É INCONSTITUCIONAL LEI MUNICIPAL QUE CONCEDE ISENÇÃO DE IPTU SEM A PRÉVIA ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO EXIGIDA PELO ART. 113 DO ADCT	1662	7.5. A MAJORAÇÃO DA ALÍQUOTA DA CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES ESTADUAIS AO RPPS NÃO EXIGE A EDIÇÃO DE LEI COMPLEMENTAR, SENDO CONSTITUCIONAL QUE OCORRA MEDIANTE LEI ORDINÁRIA OU MEDIDA PROVISÓRIA.....	1680
6.2. SE FOI APROVADA LEI MUNICIPAL QUE INCLUIU O IMÓVEL NA ZONA URBANA E SE OS REQUISITOS DO ART. 32 DO CTN ESTÃO PREENCHIDOS, É POSSÍVEL A COBRANÇA DO IPTU NÃO SENDO NECESSÁRIA A COMUNICAÇÃO AO INCRÁ DE QUE TRATA O ART. 53 DA LEI 6.766/79.....	1663	7.6. A AJUDA DE CUSTO E O ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA DEVEM SER INCLuíDOS NA BASE DE CÁLCULO DO FGTS	1683
6.3. MESMO COM PREVISÃO NO EDITAL, ARREMATANTE NÃO RESPONDE POR DÍVIDA TRIBUTÁRIA ANTERIOR À ALIENAÇÃO DO IMÓVEL.....	1667	7.7. O ART. 29 DA LEI 10.865/2004, QUE PREVIU QUE O COMERCIANTE ATACADISTA É SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO DO FABRICANTE NÃO É RETROATIVO	1685
6.4. PARA IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO ATIVO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SEDE DE ISSQN DEVE-SE VERIFICAR SE HÁ UNIDADE EMPRESARIAL AUTÔNOMA NO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, SENDO IRRELEVANTE A SUA DENOMINAÇÃO (SE DE SEDE OU FILIAL).....	1667	7.8. NÃO HÁ CRÉDITO DE PIS E COFINS SOBRE DESPESAS COM FRETE DE VEÍCULOS DESTINADOS A REVENDA	1687
6.5. A SOCIEDADE MÉDICA UNIPROFISSIONAL, AINDA QUE CONSTITUÍDA SOB A FORMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, GOZA DO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO DIFERENCIADO PREVISTO NO ART. 9º, § 1º E 3º, DO DL 406/68.....	1668	7.9. COBRANÇA DE PIS E COFINS SOBRE LOCAÇÃO DE MÓVEIS OU IMÓVEIS É CONSTITUCIONAL; ISSO PORQUE O CONCEITO DE FATURAMENTO (ART. 195, I, DA CF) ABRANGE OS VALORES AUFERIDOS COM TODAS AS ATIVIDADES OPERACIONAIS DAS EMPRESAS	1690
6.6. O MUNICÍPIO COMPETENTE PARA COBRAR O ISSQN SOBRE SERVIÇO DE LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS É ONDE COLETADO O MATERIAL A SER EXAMINADO, INDEPENDENTE DE OS PROCEDIMENTOS LABORATORIAIS SEREM EXECUTADOS EM MUNICÍPIO DIVERSO	1671	7.10. OS JUROS RECEBIDOS PELAS PESSOAS JURÍDICAS ESTÃO NA BASE DE CÁLCULO DO PIS/PASEP E COFINS.....	1692
6.7. O TABELAMENTO DE PREÇOS NÃO ELIMINA A NATUREZA INDIRETA DO ISS, EXIGINDO QUE O CONTRIBUINTE PROVE A AUSÊNCIA DE REPASSE ECONÔMICO OU TENHA AUTORIZAÇÃO DO CONTRIBUINTE DE FATO PARA PEDIR A RESTITUIÇÃO	1673	7.11. O PERCENTUAL DA ALÍQUOTA DO CRÉDITO PRESUMIDO, CONFORME O ART. 8º DA LEI 10.925/2004, É DEFINIDO PELA NATUREZA DA MERCADORIA DA AGROINDÚSTRIA, E NÃO PELA ORIGEM DO INSUMO UTILIZADO	1697
		7.12. EXISTE DIREITO DE CREDITAMENTO DE PIS/PASEP E COFINS EM CASO DE ICMS-ST?.....	1699
		7.13. OS VALORES PAGOS PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS A SEUS CORRESPONDENTES BANCÁRIOS NÃO PODEM SER DEDUZIDOS DA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS, POIS NÃO SÃO DESPESAS COM A OPERAÇÃO DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	1701
		7.14. O IMPORTADOR POR CONTA E ORDEM DE TERCEIROS NÃO TEM LEGITIMIDADE PARA UTILIZAR CRÉDITOS DE PIS-IMPORTAÇÃO E	
7. CONTRIBUIÇÕES1675			

	COFINS-IMPORTAÇÃO, UMA VEZ QUE NÃO ARCA COM O CUSTO FINANCEIRO DA OPERAÇÃO	1702
715.	A DETERMINAÇÃO DE SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO PIS E DA COFINS PREVISTA NO ART. 54, III, DA LEI 12.350/2010 RESTRINGE-SE ÀS OPERAÇÕES DE VENDAS EFETUADAS A PESSOAS JURÍDICAS, NÃO ABRANGENDO VENDAS FEITAS A PESSOAS FÍSICAS	1704
716.	É CONSTITUCIONAL O DECRETO Nº 11.374/2023, QUE RESTABELECEU AS ALÍQUOTAS ORIGINÁRIAS DO PIS/COFINS SOBRE RECEITAS FINANCEIRAS, PREVISTAS NO DECRETO 8.426/2015	1705
717.	O DECRETO Nº 11.374/2023, QUE RESTABELECEU AS ALÍQUOTAS ORIGINÁRIAS DO PIS/COFINS SOBRE RECEITAS FINANCEIRAS, NÃO PRECISA RESPEITAR A ANTERIORIDADE NONAGESIMAL	1707
718.	A INCLUSÃO DO PIS E DA COFINS NA BASE DE CÁLCULO DO ICMS É LEGAL, UMA VEZ QUE AS CONTRIBUIÇÕES CONFIGURAM REPASSE ECONÔMICO E NÃO INCIDEM DIRETAMENTE SOBRE O VALOR FINAL COBRADO DO CONSUMIDOR, COMO OCORRE COM O ICMS E O IPI	1709
719.	NOS TERMOS DO ART. 535, § 8º, DO CPC, É ADMISSÍVEL O AJUIZAMENTO DE AÇÃO RESCISÓRIA PARA ADEQUAR JULGADO REALIZADO ANTES DE 13/5/2021 À MODULAÇÃO DE EFEITOS ESTABELECIDO NO TEMA 69/STF - REPERCUSSÃO GERAL	1711
720.	O FATO GERADOR DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA RECONHECIDA POR MEIO DE AÇÃO TRABALHISTA É A DECISÃO PROFERIDA PELA JUSTIÇA DO TRABALHO, E NÃO A DATA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	1711
8. DIREITO FINANCEIRO		1712
8.1.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE PERMITE O USO DE VALORES DE DEPÓSITOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS, DECORRENTES DE PROCESSOS ENVOLVENDO EMPRESAS ESTATAIS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL, PARA PAGAR PRECATÓRIOS	1712
8.2.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE PERMITA AO PODER EXECUTIVO USAR DEPÓSITOS JUDICIAIS DE TRIBUTOS ESTADUAIS E SEUS ACESSÓRIOS, SEM QUALQUER FORMALIDADE	1714
8.3.	CE PODE ESTABELECEER QUE AS EMENDAS INDIVIDUAIS AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA, DE EXECUÇÃO OBRIGATÓRIA, SEJAM APROVADAS NO LIMITE DE 2% DA RCL DO EXERCÍCIO ANTERIOR, COM METADE DESTINADA A AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	1717
8.4.	CHEFE DO PODER EXECUTIVO POSSUI INICIATIVA EXCLUSIVA EM MATÉRIA ORÇAMENTÁRIA; EMENDAS PARLAMENTARES SÓ SÃO VÁLIDAS SE TIVEREM PERTINÊNCIA COM O PROJETO APRESENTADO E SE NÃO INTERFERIREM DEMAIS NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1720
8.5.	FICAM SUSPENSAS AS EMENDAS PIX APRESENTADAS POR PARLAMENTARES AO ORÇAMENTO DA UNIÃO ATÉ QUE O CONGRESSO CRIE REGRAS PARA GARANTIR TRANSPARÊNCIA NA ALOCAÇÃO DESSES RECURSOS	1722
8.6.	POR OFENSA AO ART. 113 DO ADCT, ENCONTRA-SE COM EFICÁCIA SUSPENSA A LEI 14.784/2023, QUE PRORROGOU A DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE MUNICÍPIOS E DE DIVERSOS SETORES PRODUTIVOS	1724
9. DIREITO ADUANEIRO		1726
DIREITO PREVIDENCIÁRIO		1729
1. APOSENTADORIA		1729
1.1.	A CERTIDÃO DE CASAMENTO NA QUAL CONSTE QUE O CÔNJUGE DA AUTORA É LAVRADOR É, EM REGRA, INÍCIO DE PROVA MATERIAL PARA FINS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA RURAL POR IDADE	1729
1.2.	STF NÃO ADMITE A REVISÃO DA VIDA TODA	1730
2. TEMAS DIVERSOS		1733
2.1.	LAUDO PERICIAL ATESTOU QUE UM INDIVÍDUO COM HIV NÃO TINHA CAPACIDADE PARA O TRABALHO, MAS POSSUÍA CAPACIDADE PARA A VIDA INDEPENDENTE; ESSE INDIVÍDUO PODE SER CONSIDERADO PESSOA COM DEFICIÊNCIA PARA FINS DE BPC/LOAS	1733
2.2.	INCIDE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL SOBRE VALORES PAGOS AO TRABALHADOR A TÍTULO DE 13º PROPORCIONAL AO AVISO PRÉVIO INDENIZADO, INCIDÊNCIA DECORRENTE DA NATUREZA REMUNERATÓRIA DA VERBA EM APREÇO	1734
2.3.	INCIDE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL SOBRE O ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, EM RAZÃO DA SUA NATUREZA REMUNERATÓRIA	1737
2.4.	A INCLUSÃO DO TERÇO DE FÉRIAS NO CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL SÓ VALE A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DA ATA DO JULGAMENTO SOBRE O TEMA 985	1739

- 2.5. DESCONTOS NO SALÁRIO NÃO AFETAM BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL.....1740
- 2.6. É INCONSTITUCIONAL O INCISO III DO ART. 25 DA LEI 8.213/91, QUE EXIGIA CARÊNCIA APENAS PARA TRÊS ESPÉCIES DE SEGURADAS..... 1742
- 2.7. NÃO É POSSÍVEL ENQUADRAR COMO SALÁRIO-MATERNIDADE OS VALORES PAGOS ÀS EMPREGADAS GESTANTES AFASTADAS POR FORÇA DO DISPOSTO NA LEI 14.151/2021, ENQUANTO DURAR O RESPECTIVO AFASTAMENTO1745
- 2.8. A LEI 14.151/2021 NÃO PERMITE A COMPENSAÇÃO DE VALORES PAGOS PELO EMPREGADOR A TÍTULO DE REMUNERAÇÃO À EMPREGADA COM PARCELAS DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA E DE CONTRIBUIÇÃO PARAFISCAL, COMO SE FOSSE SALÁRIO-MATERNIDADE.....1747
- 2.9. NAS AÇÕES DE ACIDENTE DE TRABALHO, SE O INSS FOR VENCEDOR, OS HONORÁRIOS PERICIAIS ADIANTADOS PELA AUTARQUIA SERÃO PAGOS PELO ESTADO-MEMBRO NOS MESMOS AUTOS, SEM NECESSIDADE DE AÇÃO AUTÔNOMA1749
- 2.10. A ISENÇÃO DO PREPARO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 129 DA LEI Nº 8.213/91 NÃO SE ESTENDE AO PATRONO DA PARTE AUTORA, CASO O RECURSO VERSE EXCLUSIVAMENTE SOBRE VERBA HONORÁRIA DE SUCUMBÊNCIA FIXADA EM FAVOR DO ADVOGADO DA CAUSA.....1751
- 2.11. FORMA DE COMPENSAÇÃO DAS PRESTAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, RECEBIDAS NA VIA ADMINISTRATIVA, DA ELABORAÇÃO DOS CÁLCULOS DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONCESSIVA DE OUTRO BENEFÍCIO, COM ELAS NÃO ACUMULÁVEL, ART. 124 DA LEI 8.213/91..... 1752
- 2.12. É CONSTITUCIONAL A LEI 13.134/2015, QUE ALTEROU O PRAZO DE CARÊNCIA DO SEGURO-DESEMPREGO E O PERÍODO MÁXIMO DO SEGURO-DEFESO 1753
- 2.13. A SENTENÇA TRABALHISTA MERAMENTE HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO SERVE COMO INÍCIO DE PROVA MATERIAL, NA FORMA DO ART. 55, § 3º, DA LEI 8.213/91?.....1758
- 2.14. A TESE FIXADA NO TEMA 692 COMPLEMENTADA PELO STJ EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA DEIXAR CLARO QUE É POSSÍVEL A COBRANÇA DOS VALORES PAGOS POR FORÇA DE DECISÃO PRECÁRIA NOS PRÓPRIOS AUTOS OU EM AUTOS APARTADOS.....1760
- 2.15. NÃO SE ADMITE RECURSO ESPECIAL PARA DISCUTIR A EXISTÊNCIA, A EXTENSÃO OU A DURAÇÃO DA INCAPACIDADE EM PROCESSOS DE BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE (APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, AUXÍLIO-DOENÇA E AUXÍLIO-ACIDENTE).....1764
- 2.16. PARA EFEITO DE ADEQUAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS CONCEDIDOS ANTES DA CF/88 AOS TETOS DAS ECS 20/98 E 41/02, NO CÁLCULO DEVEM SER APLICADOS OS LIMITADORES VIGENTES À ÉPOCA DE SUA CONCESSÃO - MENOR E MAIOR VALOR TETO 1766
- 2.17. A COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DEVIDA AOS EX-FUNIONÁRIOS DA EXTINTA RFFSA, AINDA QUE VINCULADOS À CBTU NA APOSENTADORIA, DEVE SER CALCULADA COM BASE NO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DA EXTINTA RFFSA, CUJA SUCESSORA É A VALEC 1767
- 2.18. É CONSTITUCIONAL A LEI 13.135/2015, QUE TORNOU MAIS RÍGIDAS AS REGRAS DE CONCESSÃO E DURAÇÃO DA PENSÃO POR MORTE.....1769
- 3. PREVIDÊNCIA PRIVADA..... 1772**
- 3.1. O ESPÓLIO FAZ JUS AO RECEBIMENTO DOS VALORES REVERTIDOS PELA ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, APÓS A MORTE DA BENEFICIÁRIA, POR FORÇA DOS SUPERÁVITS APURADOS NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES A SUA MORTE.....1772
- 3.2. COMPETE À JUSTIÇA DO TRABALHO JULGAR RECLAMAÇÃO CONTRA A CEF E FUNCEF, VISANDO A REIMPLANTAÇÃO DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO EM PECÚNIA E A COMPLEMENTAÇÃO DA APOSENTADORIA, PARA REFLETIR A INCLUSÃO DA PARCELA SALARIAL NO BENEFÍCIO..... 1774
- 3.3. A SÚMULA 289 DO STJ APLICA-SE APENAS AOS CASOS DE DESLIGAMENTO E DE RESGATE, NÃO SE APLICANDO ÀS DE MIGRAÇÃO ENTRE PLANOS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.....1775
- 3.4. DEVE SER ADMITIDA A INCLUSÃO POSTERIOR DO DEPENDENTE DIRETO COMO BENEFICIÁRIO DO EX-PARTICIPANTE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, DESDE QUE ISSO NÃO ACARRETE PREJUÍZO AO FUNDO DE PENSÃO1777
- DIREITO INTERNACIONAL..... 1779**
- 1. HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA 1779**
- 1.1. A VALIDADE DA CITAÇÃO PARA RESPONDER AO PROCESSO JUDICIAL QUE TRAMITOU EM PAÍS ESTRANGEIRO DEVE SER VERIFICADA CONFORME AS NORMAS PROCESSUAIS DO PAÍS ONDE OCORRE A CITAÇÃO E TAMBÉM DE ACORDO COM EVENTUAL CONTRATO PACTUADO.... 1779
- 2. ALIMENTOS INTERNACIONAIS.....1780**

- 2.1. A REMESSA DE VALORES PARA O EXTERIOR A TÍTULO DE ALIMENTOS INTERNACIONAIS É ISENTA DO PAGAMENTO DE TARIFAS BANCÁRIAS 1780

3. TEMAS DIVERSOS 1783

- 3.1. É COMPETENTE A JUSTIÇA ESTRANGEIRA PARA DETERMINAR A EXPEDIÇÃO DE PASSAPORTES E PARA AS DEMAIS QUESTÕES RELACIONADAS À SAÍDA DE CRIANÇAS DE PAÍS NO EXTERIOR QUANDO ESTE FOR O LOCAL DE DOMICÍLIO DELAS E DE SEUS GENITORES..... 1783
- 3.2. A CONVENÇÃO DA HAIA SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇA PERMITE A REGULAMENTAÇÃO DO DIREITO DE VISITA TRANSFRONTEIRIÇA INDEPENDENTEMENTE DE SUBTRAÇÃO OU RETENÇÃO ILÍCITA DA CRIANÇA ENVOLVIDA..... 1784

**DIREITO DO TRABALHO E
PROCESSUAL DO TRABALHO 1787**

1. TEMAS DIVERSOS 1787

- 1.1. É CONSTITUCIONAL A EXCLUSÃO, DO ÂMBITO DE INCIDÊNCIA DA LEI 12.690/2012, DAS COOPERATIVAS DE PROFISSIONAIS LIBERAIS CUJOS SÓCIOS EXERÇAM AS ATIVIDADES EM SEUS PRÓPRIOS ESTABELECIMENTOS..... 1787

BIBLIOGRAFIA..... 1789